



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

0

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

DE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

LUDMILLA FERRAZ DIAS VIEIRA

**VIDA NO FORTE SÃO JOÃO E A TECEDURA DE POLÍTICAS:
ACOMPANHANDO A PRODUÇÃO DE REDES.**

VITÓRIA

2012

VIDA NO FORTE SÃO JOÃO E A TECEDURA DE POLÍTICAS: ACOMPANHANDO A PRODUÇÃO DE REDES.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia Institucional. Orientadora Prof.^a Dr.^a Ana Lucia Coelho Heckert.

VITÓRIA

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

V658v Vieira, Ludmilla Ferraz Dias, 1983-
Vida no Forte São João e a tecedura de políticas :
acompanhando a produção de redes / Ludmilla Ferraz Dias
Vieira. . 2012.
199 f. : il.

Orientadora: Ana Lúcia Coelho Heckert.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) .
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Políticas públicas. 2. Assistência social. 3. Pobreza. 4.
Narrativa (Retórica). I. Heckert, Ana Lúcia Coelho. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

VIDA NO FORTE SÃO JOÃO E A TECEDURA DE POLÍTICAS: ACOMPANHANDO A PRODUÇÃO DE REDES.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Vitória, 03 de setembro de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Coelho Heckert

Universidade Federal Do Espírito Santo

Orientadora

Prof. Dr. Eduardo Henrique Passos Pereira

Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Maria Andrade Aragão

Universidade Federal Do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Definitivamente essa não foi uma empreitada feita só. A construção dessa pesquisa e deste texto só foi possível pela companhia constante e atenta de muitos que nessas breves linhas desejo honrar. São companheiros que desde o processo seletivo do programa de mestrado acreditaram juntos, apoiaram, debruçaram-se comigo sobre a aposta que conduziu esse trabalho.

Agradeço a Aline Morschel, amiga querida, encontrada de repente nas trincheiras de luta pelo SUS. Obrigada por ter acreditado antes de mim que o retorno à universidade pelo mestrado poderia ser um caminho potente.

Ao nosso grupo de orientação giraiá-laborde, que fez dos primeiros passos dessa caminhada processo coletivo. Obrigada pelas conversas, por escutarem atentamente a proposta de pesquisa, mesmo quando pouco conseguia comunicá-la. Obrigada pelas sinalizações responsáveis que traziam tanto destaques de caminhos interessantes, como alertavam quando meu olhar era absorvido pelos quadros identitários. Obrigada também pelos telefonemas em tempos difíceis que davam força pelo simples motivo de comunicar ~~%estamos juntos+~~

Obrigada, galerinha do Projeto de pesquisa e extensão Redes no Território, vocês fizeram possível que esse mestrado não se fizesse distante dos enfrentamentos da vida universitária. Que bom terem me acolhido, terem me convidado a voltar a Cariacica agora por Campo Verde, terem ocupado a disciplina optativa do estágio probatório com indagações. Vocês encheram essa caminhada de vida!

Quero agradecer também aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. As aulas, as trocas formais e informais, a vontade compartilhada de fazer desse mestrado um espaço de possibilidade de outras experimentações de vida na academia fizeram toda a diferença.

Agradeço aos professores Eduardo Passos e Beth Aragão pelo acolhimento dado ao texto de qualificação, pela firmeza em intervir sem desqualificar, pela rica contribuição para esse trabalho, pelas falas que foram aulas de ginga, ~~%de jogar capoeira+~~ em meio aos territórios identitários muito bem demarcados que povoavam

...to-me muito privilegiada pela companhia de vocês
nessa produção!

Agradeço à Ana, por tanta coisa. Por ter se disposto a aventurar-se comigo nesse projeto, por acolher minhas crises, incômodos, indagações, pelas incrivelmente pertinentes sugestões de discussões, de caminhos, de modos de trazer para essas páginas o Forte, sem perder-me em divagações que o fizessem sumir também nesse trabalho. Agradeço pelas cobranças que só têm força porque vêm acompanhadas de comprometimento com o que está sendo produzido e, também, por ter sabido se alegrar junto quando conseguimos caminhos interessantes para a feitura desse trabalho. Mas não apenas por isso, agradeço à Ana pela aposta que faz insistentemente no público, na vida, mesmo quando parece não haver terreno para tal. Obrigada, Ana, porque sua postura me inspira e sei que não só a mim, ela reverbera!

Quero também agradecer a Cleilson, companheiro giraia que muito ajudou nos rumos tomados por este texto. Obrigada pela leitura cuidadosa e responsável, pelas sugestões de textos e autores com quem pudesse conversar acerca da experiência dessa pesquisa, pela firmeza com que questionou alguns caminhos que vinha tomando. Professor Cleilson, você é o cara!

Agradeço aos trabalhadores do CRAS Jucutuquara, que abriram as portas para essa pesquisa e em todo tempo se dispuseram a contribuir para sua realização. Obrigada!

Agradeço aos moradores do Forte, que andaram comigo por todo o morro, subiram e desceram escadarias, que ocuparam essa pesquisa com a vida nesse território. Esse trabalho é nosso!

Agradeço a Lucas, meu amado maridinho, que sofreu comigo quando chegava a pensar que esta dissertação nunca sairia, que me deu força para avançar nos momentos mais difíceis, que topou morar em duas cidades se fosse isso o necessário, para que eu pudesse conciliar trabalho e finalização do mestrado, e tanto mais, impossível de enumerar. Obrigada, porque você tem sido um companheiro pra tudo e pra toda a vida.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

arta, que com generosidade me cederam a casa em Parati, para que o trabalho em Anchieta não inviabilizasse o término do mestrado. Vocês me ensinam muito!

Agradeço a meus pais queridos, minhas irmãs e meu cunhado, que fizeram absolutamente tudo que estava a seu alcance para me ajudar. Pai, mãe, Nê, Bruno e Paulinha, que bom ter vocês comigo! Obrigada por cada esforço impensável! Paulinha, muito obrigada, minha pequena, por acompanhar comigo a revisão deste texto.

Alair e Sindinalva, como agradecer a vocês? A todo tempo oferecendo ajuda, sempre dispostos, com tanto amor. Obrigada, meus sogros, por tudo que fizeram!

Agradeço também à Fundação Educacional Monte Belo que, no início desse percurso, deu todo o apoio necessário para que eu pudesse dar início ao curso sem precisar deixar de trabalhar. Obrigada também à equipe do Centro de Referência para Apoio e Atendimento Educacional de Anchieta, pela compreensão das exigências da reta final do mestrado. Carrego em mim a cidade de Anchieta repleta de boas lembranças.

Agradeço ao Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia de Vitória (FACITEC), pelo apoio a esses e outros projetos de pesquisa no município de Vitória, muito obrigada.

Agradeço a Jesus, meu Deus, presença que faz toda diferença em cada um dos meus dias. Obrigada, meu amigo, senhor e mestre, pela companhia e cuidado em mais essa empreitada!

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo, cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for,
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão.+
(Chico Buarque de Holanda)

RESUMO

A presente pesquisa, realizada no Forte São João, Vitória - Espírito Santo, se propôs a efetuar uma escuta à vida que é tecida nesse território e às redes que forja com as políticas sociais. Por meio de grupos narrativos realizados com moradores do Forte São João, visamos cartografar essas redes, propondo uma análise das conexões que se efetuam entre esse território e a política de atenção básica da assistência social. Vamos, ao longo do texto, acompanhar funcionamentos frios e quentes dessas redes e sua ressonância na ampliação ou restrição da experiência do público no cotidiano dessas políticas. As análises aqui empreendidas se fizeram no entrecruzamento dos aportes teóricos advindos, principalmente, dos trabalhos de Foucault, Certeau, Deleuze e Guattari e de outros pesquisadores do campo das políticas sociais como Eduardo Passos e Regina Benevides que contribuíram na análise dos processos que atravessam essas políticas em tempos de focalização. Esse estudo pretendeu ressaltar que, no cotidiano da vida de populações que são identificadas pela noção de pobreza, forjam-se exercícios de resistência que podem fazer variar políticas que a esse público se destinam, desestabilizando naturalizações.



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ABSTRACT

The present research, developed at Forte São João, Vitória . Espírito Santo, proposed to make a listen to the life that is woven in this territory and the networks that it makes with social policies. Through narrative groups formed with São João Fort dwellers, we aim to map these networks, suggesting an analysis on the connections that are made among this territory and the basic attention policies of social assistance. Through the text we will mark warm and cold operations of these networks and their reverberations on the enlargement or restriction of the public experience on the daily issues of these policies. The analysis here undertaken were made in the intersection of the theoretical contributions that came mainly from the works of Foucault, Certeau, Deleuze and Guattari and from other researchers of the field of social policies as Eduardo Passos and Regina Benevides that contributed on the analysis of the processes that crossed these policies at times of focusing. This study intended to highlight that in the daily life of populations that are identified by the notion of poverty, resistance exercises are created that may lead to variations on the policies that are destined to this public, destabilizing naturalizations.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais

BPC . Benefício de Prestação Continuada

CMEI . Centro Municipal de Educação Infantil

CRAS . Centro de Referência da Assistência Social

FEMB . Fundação Educacional Monte Belo

PAC . Programa de Atenção à Criança de 0 a 6 anos

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF . Programa Bolsa Família

PFC . Programa Família Cidadã

PMV . Prefeitura Municipal de Vitória

PNAS . Política Nacional de Assistência Social

SEMAS . Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS . Sistema Único de Saúde

UFES . Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

VIDA INCONFORME ÀS LUZES DA CIDADE	12
1 PESQUISA TECIDA ENTRE AS QUEBRADAS DAS ESCADARIAS	24
1.1 NÓS DA REDE NAS QUEBRADAS DO FORTE SÃO JOÃO	40
1.2 ANDANDO POR QUEBRADAS: DESVIOS NO CAMINHAR DA PESQUISA	52
2 A VIDA NO FORTE E SUAS CONEXÕES COM POLÍTICAS SOCIAIS: REDES FRIAS E REDES QUENTES	58
2.1 REDES DE AMIZADE . CRIAÇÃO E VISIBILIZAÇÃO DE UM TERRITÓRIO	68
2.2 MODOS DE GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: ABERTURAS E CAPTURAS DE CRIAÇÕES DO COTIDIANO	91
3 O SOCIAL, A POBREZA E A FOCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	102
3.1 A NOÇÃO DE POBREZA E AS ARTES DE GOVERNAR	105
3.2 E O QUE ESCAPA A ESSA TOTALIZAÇÃO? UMA VIDA...+.....	121
4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ENTRE FOCALIZAÇÃO E TÁTICAS DE TRAPAÇARIA	130
4.1 E NÃO HÁ POBRES NO FORTE SÃO JOÃO	146
5 NO ARREIMATE DA PESQUISA CARTOGRAFIAS DE UMA OCUPAÇÃO ...	159
5.1 A VIDA OCUPANDO O TERRITÓRIO DE UMA PESQUISA OU UMA REDE+.....	183
6 REFERÊNCIAS	187
APÊNDICES	194

LUZES DA CIDADE

Vitória, capital do estado do Espírito Santo, é também chamada de Cidade Presépio, Ilha do Mel e Delícia de Ilha. O apelido Cidade Presépio lhe foi dado no início do século XX, durante o governo de Florentino Avidos, em função da paisagem geofísica da cidade, composta por um núcleo urbano instalado no conjunto de morros e pedras (Maciço Central) situado entre duas baías. O cognome também refere-se às luzes das casas estabelecidas no alto dos morros, que se refletiam tremulantes na baía, dando a impressão de pisca-piscas semelhantes aos utilizados no período do Natal¹¹. O apelido visava produzir a imagem de uma ilha harmônica, onde haveria perfeita conciliação entre o sítio geográfico em que a cidade se erigiu e suas construções urbanas. Posteriormente, intervenções urbanas modificaram a configuração da cidade e os novos ordenamentos urbanos alteraram a paisagem geofísica que foi usada para cunhar este apelido que, contudo, ainda circula entre alguns espaços em que os capixabas transitam (MONTEIRO, 2002).

Este apelido foi criado, segundo Monteiro (2002), visando conferir à cidade uma marca singular, traçar uma identidade que lhe desse visibilidade e a distinguisse entre as capitais brasileiras e que atraísse visitantes e investimentos econômicos. Os apelidos: Ilha do Mel, Delícia de Ilha e Cidade Presépio fizeram e fazem parte das incessantes tentativas de produzir e promover uma Vitória identitária. A delimitação de identidades bem definidas e contrastadas não se faz sem obscurecer e invisibilizar aquilo que não coaduna com o conjunto de características que se quer apresentar. Anula-se o que lhe é estranho em favor do harmônico. Uma identidade se constitui como um consenso acerca de um território¹, quer seja ele existencial ou geográfico, consenso que só se faz pela supressão do que lhe é dissenso: dos embates, dos conflitos, do que dele desvia, diverge (PALOMBINI, 2007). Ao se apresentar a cidade de Vitória num quadro que evidencia sua modéstia, harmonia e suave beleza, opera-se a invisibilização de tudo aquilo que a essa suposta identidade é diverso.

¹ Território aqui compreendido a partir do conceito formulado por Milton Santos (1994) que será apresentado mais adiante nesse trabalho.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

À noite chega, têm suas luzes admiradas. À noite o que deves se ve são apenas as luzes, a escuridão coloca na penumbra quem neles habita, suas experiências e saberes, e a precariedade evidenciada em barracos apinhados nos morros da cidade. Com a luz do dia e com o nascer do sol surge Vitória, Ilha do Mel, Delícia de Ilha, cidade rica, com o terceiro IDH e maior PIB *per capita* entre as capitais do país². Com o levantar do dia é para o mar que o olhar se direciona, somos ilha! Evita-se olhar o maciço central e os demais morros da cidade, onde hoje se localizam alguns bairros em que parcelas da população vivem em situação precária. Evita-se por eles passar e muito pouco deles de fato se vê. Não há pobres nessa cidade?+(ouvi essa pergunta certa vez de uma professora do Rio de Janeiro que nos visitava). Em seu presépio só cabem as luzes; os barracos pendurados, a dura vida de subir e descer as escadarias, os becos, as vielas sem pavimentação, as lutas, os enfrentamentos, as histórias, memórias, paixões, violências, resistências³ e tanto mais que nesses morros se passa é nesse processo invisibilizado.

E essa não é a única estratégia de invisibilização do que se passa nesses morros. Sua identificação como território de pobreza carrega todo um conteúdo associado à vida do pobre. A ideia de pobreza é comumente conjugada a componentes como desemprego, exclusão, crime e morte violenta. O obscurecimento não vem pelo não falar, mas pelo muito falar que evidencia e produz uma realidade que invisibiliza, esfumaça aquilo que a vida nesses territórios produz como diverso do que se espera ali encontrar.

A vida que se tenta obscurecer no quadro da cidade presépio denuncia, no entanto, que a cidade não se esgota no discurso que a descreve, e na suposta identidade que se tenta produzir. Tal vida é colocada na penumbra por variar, divergir do quadro encomendado para exportação. Certeau (1990) fala dessa produção da cidade que se dá nos limiares onde cessa a visibilidade. O autor pondera a existência de estranhezas cotidianas que escapam às totalizações produzidas do olhar.

² <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/tab03.pdf>

³ Trataremos aqui resistência no sentido que lhe foi dado por Foucault ao longo de sua obra. Segundo o autor, as resistências são forças que escapam às tentativas de dominação das relações de poder, afirmando a todo tempo que a vida não pode ser dominada totalmente. Logo, a resistência não se dá em oposição ao poder, ela lhe é anterior, é condição para sua operação (HECKERT, 2004).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ade é também efeito de práticas que fazem ver e obscurecer, evidenciar e encobrir sem prescindir da vigilância panóptica⁴. Por vezes confundimos a cidade com um quadro estático, quando ela se tece permanentemente, cotidianamente e indefinidamente. A vida urbana extrapola o discurso que instaura A Cidade por meio de estratégias socioeconômicas e políticas. A vida urbana, com suas astúcias e movimentos que escapam ao poder panóptico, interfere na produção cotidiana da cidade, fazendo-a a todo momento outra, diversa ao quadro em que a tentam aprisionar (CERTEAU, 1990).

Hoje, sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder ~~se~~ urbaniza+, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional . impossíveis de gerir (CERTEAU, 1990, p. 174).

Mas é sobre esse mesmo urbano que escapa e se faz impossível de gerir, que se intenta exercer a ordem, o controle. A Cidade apresentada no quadro é a que Vainer (apud PALOMBINI, 2007) chama de City . cidade econômica, lugar de negócios. A cidade econômica, no caso aqui a Cidade Presépio, busca pacificar a cidade socialq . a Polis, lugar de todos os encontros e confrontos - pela dominação, e eliminar espaços de fricção estabelecendo impositivamente o consenso. Logo, não há uniCidade, territórios delimitados por identidades bem definidas são produções que se mantêm pela imposição e por intentos de subjugação a todo instante dos conflitos e da diversidade de sociabilidades que produzem a cidade como ~~um~~ pulsar de espaços e lugares interpenetrados, confronto entre singularidades, num amplo cenário explicitamente político+(ARANTES, 1994, p. 200).

⁴ A ideia do panóptico foi concebida no final do Séc. XVIII pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, um projeto de prisão circular onde um observador poderia ver todos os locais onde houvesse presos sem ser visto por eles. Foucault observa que o panoptismo é um dispositivo do poder disciplinar que opera como uma espécie de observação total onde o indivíduo se percebe vigiado durante todo o tempo sem que saiba por quem e em que momento está sendo de fato vigiado, com a finalidade de ~~o.~~] induzir... um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento autoritário do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente nos seus efeitos... a perfeição do poder tenta tornar inútil a atualidade de seu exercício.+(Foucault, 1997, p. 166).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

dos territórios que delimitam identidades bem definidas e
s, nas praças e ruas das grandes cidades formam-se conflitos e
sociabilidades, constituindo lugares sociais efêmeros e multifacetados, no
entrecruzamento complexo de múltiplos territórios. (PALOMBINI, 2007, p.
70).

O urbano é assim flexível, efêmero e híbrido, não podendo ser reduzido a uma identidade. É campo de forças em combate, em constante movimento. Os pontos obscurecidos no quadro de Vitória, Cidade-Presépio, Ilha do Mel, Ilha de Delícias, podem conter movimentos de encontro e confronto que afirmam a cidade que não se esgota nos limites de sua suposta identidade.

A cidade de Vitória, logo após os primeiros momentos de trabalho como psicóloga nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, se fez outra; seus contornos, que antes via como delineados apenas pela baía e o mar aberto, passaram a incluir a presença de seus diferentes morros e os bairros que em sua encosta se constituíram. A presença do que antes era quadro, adorno, presépio, era tal, que não poucas vezes, em andanças pela cidade com amigos e familiares percebi-me apresentando os morros, falando de sua presença e, de certo modo, convocando-os a habitar comigo essa cidade que a mim se apresentava outra.

De fato outra como as cidades apresentadas por Ítalo Calvino (2000), em seu romance *Cidades Invisíveis*. Através das histórias que o autor imagina entre Marco Polo e o imperador Kublai Khan, são apresentados relatos de cidades visitadas pelo viajante mercador alertando que ~~na~~ ^{para} nunca se pode confundir uma cidade com o discurso que a descreve+ e que de uma cidade aproveitamos ~~na~~ ^{na} resposta que dá às nossas perguntas+. Com isso, sugere que nunca possuímos ou conhecemos de fato uma cidade, o modo como a percebemos é feito no encontro entre a vida que ali circula e o que atravessa a vida de quem por ela passa.

O apelido Cidade Presépio, desconhecido hoje por moradores que já habitaram a cidade expandida para suas áreas continentais, esteve presente no olhar que construí sobre a cidade desde os primeiros anos em que passei a viver na capital capixaba. A região que hoje chamamos de Centro era a área que abarcava boa parte da capital urbanizada no período em que lhe foi tentado dar o codinome de Cidade Presépio. Apesar de nunca ter morado no Centro, foi lá que cursei ensino fundamental e médio, além de ser o centro comercial mais próximo do bairro onde

ular por várias de suas ruas e residências em função de encontros com os amigos, trabalhos escolares e compras.

Com meu ingresso no Ensino Superior, meu cotidiano se afastou do Centro, tomando o rumo da área continental do município. Retorno a correr suas ruas cotidianamente quando passo a trabalhar em um dos programas da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória . SEMAS, programa esse que se operacionalizava por meio de convênio entre a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) e uma fundação sem fins lucrativos, num Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. O Programa de Atenção à Criança de 0 a 6 anos (PAC) foi escrito por um grupo de trabalhadores de diferentes CRAS e foi implementado como programa da SEMAS em 2005, quando deu início a um trabalho itinerante nos cinco CRAS existentes no município naquela ocasião.

O tempo em que trabalhei na equipe itinerante me possibilitou visitar quase todos os bairros de Vitória, porém não fiz nesse período nenhuma visita a bairros referenciados no CRAS Centro. Mas, quando os profissionais do PAC passaram a compor as equipes fixas dos CRAS, fui alocada nesse CRAS que naquele momento atendia os moradores da Ilha do Príncipe, Quadro, Vila Rubim, Moscoso, Centro, Santa Clara, Parque Moscoso, Piedade, Fonte Grande, Capixaba, Cidade Alta e Forte São João. Alguns desses bairros nunca havia notado nessa região, apesar de serem visíveis de várias ruas do Centro. Cada visita remexia o quadro tão conhecido por mim da Cidade-Presépio e exigia a presença de desenhos, reentrâncias, personagens, modos de vida que passaram a compor outra cidade e junto a essa composição um convite a habitá-la.

A experiência de trabalho no CRAS Centro de Vitória foi tão rica quanto dolorosa. A riqueza vinha do encontro com a população, das redes tecidas, do constante processo de construção de uma outra Vitória pelo qual tão logo me vi tomada, de belas experiências de criação coletiva e incessante de um programa, da aposta firme na experimentação do público na política de assistência social, das alianças feitas no cotidiano de trabalho que transpassavam as fronteiras delimitadoras do que corresponderia ao trabalho de cada categoria profissional. A dureza vinha das mortes esperadas e inesperadas, de sonhos contados já no tom de fantasias inalcançáveis por crianças ainda tão pequenas, dos abusos (não apenas usos) que

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

essa população a fim de cumprir metas (cujo sentido passava longe da vida tecida nos morros) e angariar recursos, e da violência com que se respondia a toda e qualquer tentativa de gerir de forma coletiva a política de assistência social.

A vida da população com que trabalhei ali é dura, vivem em áreas de difícil acesso, em moradias precárias, nem sempre têm acesso à oferta de serviços públicos essenciais com qualidade, como de saúde, educação, saneamento básico e assistência social. O tráfico de drogas é também elemento configurador desses territórios. Para nós, nas visitas, determinava (via orientações dos usuários) quando poderíamos subir, em qual horário, por qual trajeto. Essas eram as determinações que chegavam a nós, mas havia também as regras a que os moradores cotidianamente precisavam se submeter.

No entanto, a vida que encontrei nos morros não se resumia a isso. Havia uma proximidade diferente entre os moradores, uma responsabilidade compartilhada quanto às crianças, aos jovens e idosos da comunidade. Em especial, chamava minha atenção a ginga habilidosa com que torciam as inúmeras barreiras que encontravam a fim de dar prosseguimento a suas vidas . nós em pingo de água! . mesmo quando o que buscavam garantir era simplesmente o próximo dia. Uma habilidade criativa, uma atenção à espreita de fissuras que possibilitassem à vida seguir fora das determinações que aprisionam suas existências. O trabalho então era exercitar uma atenção flutuante capaz de conectar a política de assistência social a essas virtualidades.

A convocação dessa pesquisa, portanto, veio desses territórios ao mesmo tempo alvo das políticas sociais e sombreado da Cidade Presépio, dessa população, de suas produções, do que são capazes de provocar e destoar em meio a práticas que tentam paralisar e invisibilizar suas lutas. Há nesse campo, além das fixações, controles e reproduções, criações de modos de vida que escapam às determinações da produção capitalística⁵ e que por isso podem ser capazes de colocar em risco a

⁵ Guattari (1996) acrescentou o sufixo .ístico a capitalista para defini-lo como modo de produção de subjetividade. Tal modo de produção, apesar de característico do capitalismo, também está presente no capitalismo periférico+(que vive em dependência do capitalismo) e no socialismo burocrático.

por esse modo de produção instaurada, denunciando que também nela há vulnerabilidades.

Essa conversa que de início estabelecemos com a cidade de Vitória, regiões nela obscurecidas e a política de assistência social, pediu-nos o lançar mão de ferramentas conceituais que poderiam nos ajudar a acompanhar as redes que se forjam nesse encontro entre as políticas de assistência social e a vida cotidiana de moradores do Forte São João. Usaremos aqui o conceito de território formulado pelo geógrafo Milton Santos (2007), para iniciarmos nossas conversas sobre as políticas de invisibilização dos morros de Vitória.

Milton Santos (2007) desloca o conceito de território da ideia de espaço físico para o de lugar onde acontecem paixões, ações, domínios, fraquezas, ou seja, onde a história humana se realiza a partir das fabricações de sua existência. Trata-se do território de uso, cujo desenho é feito pelo circular da vida, não por demarcações estabelecidas por acidentes geográficos ou pela ordenação urbana, diferenciando-se assim de contornos de bairros, cidades e nações. Trata-se da dimensão do cotidiano redesenhando de modo dinâmico os limites territoriais (SANTOS, 2007).

Falamos assim de territórios obscurecidos. Ou seja, modos de vida, lidas, lutas, criações, durezas, violências, escapes que somem como fumaça quando o discurso sobre A Cidade e sobre A Pobreza afirmam tudo saber sobre o que se passa nesses territórios. Baptista (2001) traz na Ábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios+uma narrativa que coloca em cena como um mundo de coisas, de intensidades, de embates, estratégias, gingas, habilidades somem como fumaça quando a luz do saber hegemônico as enquadra, descreve, sintetiza, varrendo como restos desvalidos o tanto que não se entende, não se encaixa no que já está certo que deve se encontrar ali.

Somem como fumaça, mas deixam vestígios! Esses traçados, que a lida da população que compõe e habita territórios obscurecidos desenha, podem nos apontar nervuras na vida urbana que estranham o material sintético dos quadros identitários. Nos morros de Vitória, para onde psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, educadores sociais e tantos outros profissionais são levados com mandatos sociais que conduzem as lutas pela via do direito e normatizam modos de

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Quando possível perceber que ali em absoluto não há apenas falta. Na luta pela sobrevivência, na escassez do que se acumular, há que se criar e compartilhar; e se cria, se inventa, se transforma.

Aragão (2001), em trabalho vinculado ao Projeto de Extensão *Uma intervenção nos Conselhos Tutelares do município de Cariacica*, discute como num terreno de crueldade e descaso do poder público evidente e recorrente, população e conselheiros tutelares constroem redes de solidariedade, num penoso aprendizado de tornar práticas que fugissem a essa via, um exercício possível. A autora, nesse estudo, sinaliza que, em espaços onde a pobreza se evidencia e a desigualdade salta aos olhos, onde forças de morte e destruição escancaram a crueldade produzida nesse mundo, movimentos importantes são feitos a fim de enfrentar essa correlação de forças. Redes paralelas imprimem re-invenções da vida, da concepção do público, da concepção de sujeitos de direitos civis, políticos e sociais, num penoso exercício de assegurar a possibilidade de vida nesses territórios.

Nas urgências da vida o tempo é outro, e não necessariamente corre mais rápido que este em cuja velocidade temos sido aprisionados a viver. Não é da urgência que acelera o tempo que estamos falando. Falamos aqui da presteza, da tenacidade, da vida em tempo real, da ginga e da manha de quem precisa ter habilidade para criar modos de transformar em recursos de vida o que por outros tantos nem se valora. E o faz porque disso depende o esquite do destino de miséria ou da morte matada que constantemente lhes espreita.

A vida que é tecida nesses territórios ditos de pobreza está longe de resumir-se ao padrão pobreza-desemprego-exclusão-crime-morte violenta. Os modos de vida e as redes que ali se estabelecem transpõem e transbordam essa ideia de uma vida retida e aprisionada num curso marcado unicamente por carências. Esses territórios são identificados por suas carências porque o olhar que lhes é destinado parte de modelos representacionais que delineiam como a vida deve se efetuar. E a representação intervém no que lhe é diverso através da identificação do excesso ou da falta (CERTEAU, 1990). O que excede deve ser tirado, extirpado, arrancado, já o que falta carece de inserções, colocações, de suprimentos. E as ações decorrentes dessas intervenções (tirar, extirpar, arrancar; inserir, colocar, suprir) se justificam pela necessidade de adequar os desvios ao código, às normas institucionalizadas

a. De que modo a política de assistência tem se associado ou se desvinculado desse modelo de intervenção no encontro que tem se dado entre ela e a população que lhe é usuária?

Conhecer as redes que se constituem *entre*⁶ a vida da população que habita esses territórios obscurecidos e a política de assistência social que se atualiza num dos CRAS do município de Vitória é o eixo que constituiu esta proposta de pesquisa. Que políticas são criadas nesses territórios para garantir a expansão da vida? Que conexões a política de assistência social tem estabelecido com essa população? Que práticas estão sendo criadas com esses territórios? Tem havido porosidade nessa política para se agenciarem com o que nesses territórios se cria, ou apenas se captura, se determina, se lhes normatiza a vida? Como a população tem interferido nas políticas de assistência social, no sentido de produzir desvios em seus modos de funcionamento?

Entre os bairros que compõem o maciço central de Vitória e se configuram como alvo das políticas sócio-assistenciais, definimos por realizar essa pesquisa no morro Forte São João. Em Vitória temos hoje doze CRAS em funcionamento. O CRAS de Jucutuquara é atualmente o que atende, entre outros bairros, o bairro Forte São João. No entanto, esse bairro foi anteriormente atendido pelo CRAS Centro, o mais antigo dos CRAS, o primeiro a ser implantado no município. Por essa razão, diferente de outros bairros, o Forte São João tem uma população que é usuária do Sistema Único de Assistência Social desde o início de sua implantação e implementação em Vitória.

Contudo, este não foi o único bairro atendido no primeiro CRAS do município. Por que, então, este e não um dos demais bairros? Um primeiro motivo é que essa população foi atendida em duas unidades do CRAS do município. Sendo assim, sua relação com a política de assistência não se construiu em um único CRAS. O bairro Forte São João fica localizado à beira de uma das mais movimentadas avenidas de Vitória. De um lado os contornos do morro e do outro a baía e o Penedo, cartões

⁶ Assumimos aqui a ideia de *entre* da obra de Deleuze e Guattari. Esses autores, embora não tenham escrito um capítulo específico sobre este tema, se utilizam em muitos momentos desse conceito-ferramenta para afirmar o caráter processual da vida, seu engendramento através da conexão de forças, de agenciamentos, de composições.

quidade e a desigualdade social que, em sua maior proporção em nossa cidade, ficam numa região que muitos nem precisam atravessar⁷, ali se coloca exposta, mesmo que isso não garanta que o que nesses territórios se passa encontre visibilidade.

Há um discurso hegemônico que nubla também movimentos da vida no Forte São João. Os jornais trazem sobre esse morro notícias que evidenciam o tráfico de drogas, a violência e a escassez. O que se diz desse bairro no dia a dia midiático produz medo e distanciamento. No CRAS, o medo e a violência também foram o que primeiro ouvimos acerca do Forte, elementos cuja conexão com outras questões que perpassam o trabalho do CRAS (prioridade do atendimento no equipamento, metas, demandas oriundas da secretaria com caráter de urgência) fazia com que duas das três assistentes sociais do equipamento ainda não tivessem ido ao bairro. No CRAS, ouvimos falar do Forte São João também como bairro de desprivilegiada localização, marcado pelo abandono do poder público, pela baixa escolaridade, por vínculos precários de trabalho, tomado pelas drogas, pelo alcoolismo, pela sujeira, o que por fim o caracterizava como lugar de precárias condições de vida e de moradia, em que a população só permanecia pela impossibilidade de se viver num outro lugar.

Aqui não queremos de forma alguma dizer que tudo isso que traz a mídia e que perpassa o CRAS não esteja presente no cotidiano do Forte São João. O que aqui sinalizamos é que tais discursos reafirmam o que supostamente caracteriza vidas em situação de pobreza. A violência e a falta são características que têm definido identitariamente territórios como o do Forte São João e com isso invisibilizado tudo o mais que se vive, se passa, se enfrenta a todo tempo ali.

Deste modo, esta dissertação buscou efetuar uma escuta à vida que é tecida no Forte São João a partir da narrativa de seus moradores. Por meio de grupos narrativos, visamos cartografar as redes que se forjam entre essa população e as políticas sociais que compõem o cotidiano desse território, propondo uma discussão

⁷ A Região composta pelos bairros Condusa, Conquista, Ilha das Caieiras, Nova Palestina, Redenção, Resistência, São José, Santo André, São Pedro e Santos Reis é, segundo a Prefeitura Municipal de Vitória, a de maior índice de pobreza da cidade de Vitória. Esses dez bairros ficam localizados na baía noroeste de Vitória por onde passa a Rodovia Serafim Derenze, é uma região que muitos não precisam ou evitam passar.

entre a vida no Forte São João e a política de atenção básica da assistência social.

Para produção dos dados, realizamos grupos narrativos com usuários da assistência social, moradores desse bairro. Fizemos uso também de conversas⁸ com outros moradores do Forte e trabalhadores do CRAS de Jucutuquara. Fomos ao CRAS a fim de apresentar a proposta da pesquisa e mapear, através de prontuários, moradores com diferentes inserções em seus programas com o propósito de convidá-los a participarem dos grupos. Foram realizados quatro encontros, sendo que os relatos feitos nos dois primeiros encontros foram registrados e apresentados para validação no terceiro e no quarto encontro, incluindo alterações, contrapontos e acréscimos.

Em função do modo como o grupo se efetuiu, os registros das narrativas foram feitos apenas pela pesquisadora, porém lidos, modificados e validados pelo grupo que questionou pontos, acrescentou outros, inserindo, inclusive, elementos de contradição. Em nenhum momento um conteúdo foi sugerido pelo grupo no sentido de suprimir algum registro já feito, a contradição foi levantada e validada pelos moradores como compositora também da vida no território do Forte. Com a leitura dos registros, pretendeu-se que o grupo tivesse espaço para interferir nos rumos da pesquisa, validando conjuntamente os dados produzidos, implicando-os nessa composição. Entendemos que essa proposição desloca a validação como procedimento a ser realizado ao final de uma pesquisa e a inclui em seu processo de construção (Santos-Filho, 2009).

Um quinto encontro foi feito para a produção de um mapa do Forte São João por moradores desse território. Como os relatos que acompanharam esse momento não puderam ser validados, apresentamo-los nesse trabalho diferenciados do registro dos grupos narrativos. As falas que acompanharam a produção do mapa, pela impossibilidade de validação coletiva, foram trazidas neste texto no formato de discurso direto, agregando o que foi dito pelos diferentes moradores no momento em que desenhavam no mapa elementos compositores do território do Forte São João.

⁸ Conversas e grupos narrativos como estratégias metodológicas de acesso à experiência. A escolha desses instrumentais metodológicos será discutida mais adiante nesse trabalho.



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

conversas com moradores e trabalhadores do CRAS e a produção do mapa foram gravados em áudio, porém parte desse registro não teve seu uso nessa pesquisa autorizado pelos moradores, o que será neste trabalho problematizado. Pela perspectiva que norteou sua produção, pactuamos chamar os registros dos grupos narrativos de Narrativas do Forte São João.

NTRE AS QUEBRADAS DAS ESCADARIAS

O território do Forte São João que traremos nessa pesquisa não é um lugar a ser descoberto, nem mesmo a ser conhecido como algo que estava ali a todo tempo, pronto, sobre o que essa pesquisa viria a versar. O cenário dessa pesquisa é o de uma composição. Desse modo não traremos aqui uma perfeita descrição da vida no Forte São João e de sua relação com a política de assistência. Contamos nas páginas desta dissertação um processo de constituição que envolve e compõe campo de pesquisa e pesquisadora a todo tempo no caminho desse pesquisar.

O método que assumimos foi feito também nesse caminho, método como um modo de caminhar (PASSOS E BENEVIDES, 2005). Logo, não foi algo feito *a priori*, como técnica a ser aplicada no campo que se pesquisa, foi no encontro com o campo que as estratégias para acompanhamento dessa composição foram assumindo traçados, definições.

O lugar hegemonicamente construído e herdado das ciências naturais destaca a primazia da meta com relação ao caminhar. Ou seja, a meta é dada e configurada previamente, uma espécie de verdade que aguarda o momento de sua revelação, definindo a *priori* e de forma prescritiva o caminhar: *metahodos*. A inversão apontada aqui indica que a *meta* (direção) é efeito do *hodos* (caminho), ou seja, é no processo de pesquisa (no caminhar) que a meta (direção) se constitui (...) (HECKERT E PASSOS, 2009).

Com isso, afirma-se aqui que foi no encontro com moradores do Forte São João que caminhos para a pesquisa foram delineados. No fazer da pesquisa buscamos estar a todo tempo atentos às solicitações outras que, advindas do campo, sinalizassem nesse *caminho* que as estratégias precisariam ser reformuladas. Tomamos como referencial a pesquisa-intervenção por compreendermos que toda pesquisa produz realidades, práticas, movimentos, logo é intervenção. É intervindo que conhecemos e transformamos, entendendo que intervir, conhecer e transformar são processos indissociáveis (HECKERT E PASSOS, 2009).

Não se supõe possível, nem se espera, um encontro neutro com o campo a ser pesquisado. Percebo-me, como sublinha Lourau (2004), *um elemento do campo+* que não pode ser subtraído. Sendo assim, também será colocada em análise minha posição nas relações sociais, pois sendo ela também um elemento do campo,

pesquisa, seu caminho e composição. Sigamos então apresentando o cenário de composição dessa pesquisa.

De duas das principais avenidas de Vitória é possível avistar o bairro Forte São João. Ao atravessá-las é fácil ter os olhos capturados por nossa formosa baía coroada com o imponente e arguto Penedo. Convite aos olhos incansavelmente aceito dia a dia em razão de sua peculiar beleza e por possibilitar desviar o olhar da desagradável paisagem de um morro apinhado de casas e barracos inacabados, denunciando a violenta desigualdade social que também compõe a vida da capital capixaba.

A rua faz referência ao lugar que não é o Forte São João. Diz-se lá: os daqui e os da rua; é seguro aqui, mas lá na rua... O caminho percorrido para se conhecer o Forte São João não é aquele que se faz atravessando ruas ou avenidas, mas deixando-as para trás. E deixar a rua, deixar para trás a segurança que se aprende a ter em meio ao movimento intenso de carros, do comércio, de pessoas mesmo que desconhecidas, não é e não foi algo simples de fazer. Na rua o fato de não lhe reconhecerem não importa, importa sim conhecer bem a via, sentir-se visto, evitar a obscuridade e o isolamento. Fomos produzidos para acreditar que a vida em grandes cidades exige que sejamos vistos, observados, vigiados a todo o momento . terminamos por requerer o panoptismo, visto que o argumento que sustenta suas estratégias e proliferação é a garantia de que tal visibilidade nos trará segurança. Produz-se o medo e junto a ele produz-se a necessidade de segurança alcançada por meio da cada vez mais presente vigilância.

Aprendemos então a ter segurança na visibilidade, na via conhecida, no trajeto já percorrido. Mas nem todos aprendem como se deixa a rua, a muitos escapa o conhecimento acerca do modo de se percorrerem os desenhos sombreados de uma escadaria. E aprender isso foi o que chamaremos da primeira quebrada feita no caminho dessa pesquisa.

A população do Forte chama de quebrada as reentrâncias, os desvios, os clivos que a construção das escadarias precisa fazer para acompanhar os moventes usos dos espaços no morro. A escadaria varia com esses usos e por isso não é algo que se sobe indefinidamente e diretamente de forma linear da parte mais baixa a mais alta.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

curso para conduzir o caminho até casas, terrenos baldios, bares, pomares e igrejas. É possível vir ao Forte São João pelo Parque Municipal da Gruta da Onça, por outros morros e por algumas escadarias que partem das ruas. Escadas com fins e começos cambiáveis. São os usos que interferem no seu curso, alinhavando espaços e cosendo caminhos. Para conhecer os usos é preciso acompanhá-los, e fazê-lo exige o abandono da ideia de um caminho previamente definido e sequente. Requer a disposição de conduzir-se por quebradas.

Não era possível nessa pesquisa seguir um caminho retilíneo. Tal qual os moradores, era preciso conduzir-se por quebradas, deslocar indagações, problematizar procedimentos.

Essa pesquisa teve início com uma proposta organizada de caminho para sua realização. Seu feitio se deu já no contato com o campo, era um primeiro traçado cuja pertinência só seria conhecida no caminhar da pesquisa. Ida ao CRAS; apresentação da pesquisa aos profissionais desse equipamento; identificação dos usuários que seriam convidados a participar dos grupos em virtude de suas diferentes inserções no CRAS; idas ao Forte São João para visitar esses usuários e convidá-los; três encontros com dois grupos a fim de construirmos narrativas que compartilhassem a experiência de viver no Forte e as interferências dos usuários nas políticas de assistência social; e devolução do registro das narrativas no encontro subsequente para sua validação.

Detalhando de forma mais clara, a pesquisa compreendia uma primeira etapa que visava mapear nos prontuários do CRAS moradores do Forte que seriam convidados a participar de um dos grupos narrativos da pesquisa em função de suas diferentes inserções no CRAS. Com esse mapeamento formaríamos dois grupos com oito participantes cada. O primeiro grupo composto por usuários que acessaram o CRAS uma vez e não retornaram, usuários que frequentam o CRAS, mas que nunca foram incluídos em grupos de acompanhamento pela equipe técnica e usuários que recusaram a inclusão nesses grupos, porém permaneceram fazendo uso de outros serviços do CRAS. No segundo grupo teríamos usuários atualmente em acompanhamento pelo CRAS, usuários que abandonaram o acompanhamento e

...ados pela equipe técnica, mas em dado momento foram designados desse acompanhamento.

Para o grupo a ser realizado aos sábados pela manhã, mapeamos usuários do equipamento que, apesar de referenciados no CRAS, nunca foram incluídos no rol de famílias acompanhadas. Para o grupo da tarde, fizemos o mapeamento de usuários moradores do Forte São João que estão em acompanhamento ou já passaram por esse processo em um outro momento. Por meio da formação desses dois grupos, buscaríamos problematizar as interferências e agenciamentos feitos entre essa população e as políticas de assistência social.

Uma segunda etapa consistia em convidar os moradores mapeados pelos prontuários para a participação nos grupos narrativos. Convite que seria feito inicialmente por visitas ao morro, tendo em mãos os endereços dos usuários listados ou secundariamente por meio de contato telefônico, com a parceria de um profissional do CRAS. A terceira etapa compreenderia a realização com cada grupo de três encontros. Cada encontro seria gravado - quando autorizado pelo grupo - ou registrado por meio de anotações - quando o grupo preferisse que a gravação não fosse feita ou se percebermos que sua realização causaria constrangimento - e registrado como narrativa a ser validada no encontro subsequente, onde poder-se-iam também rerepresentar pontos levantados em encontros anteriores que carecessem de maior discussão. A partir do segundo encontro com os grupos, seria devolvido para os participantes um registro da experiência do encontro anterior, para validação.

Logo ficou claro que insistir em seguir a risca esse direcionamento da pesquisa era obstar a conexão com a vida no Forte São João. Era preciso deixar para trás a rua, a estrada já conhecida, para se conduzir por estreitas escadas versáteis, de múltiplas direções e sentidos, capazes de seguir rotinas e ressaltos da vida que percorre aquele território.

O primeiro deslocamento precisou ser dado já no início da pesquisa, em sua entrada pelo CRAS. O trabalho no PAC me possibilitou conhecer profissionais de todos os CRAS do município. E não era diferente no CRAS da região de Jucutuquara. O esforço implicado em retornar ao CRAS ocupando um outro lugar ou um não-lugar

preciso dar-me conta de que havia feito o caminho de volta pela mesma rua em que saí.

Voltando pela mesma rua, olhava procurando o que não estava em dado lugar, o que acostumei ver por ali e não mais encontrava, como andava o movimento, se mais veloz ou mais truncado, se continuavam andando por ela de um jeito ou se novas regras haviam sido criadas, se os problemas vividos eram os mesmos e quais novos estavam enfrentando. Tudo que via referenciava à minha velha conhecida rua. Partia de comparações, observava o que se passava no CRAS, verificando o que me parecia se manter igual ao que encontrei e vivi no período em que fui trabalhadora da política de assistência social e o que de diferente ao por mim vivido estava hoje em processo neste equipamento. Esse era um modo de manter-me num terreno conhecido, referenciando-me ao que estamos aqui chamando da velha e conhecida rua.

Referenciar esse encontro com o CRAS à velha rua poderia fazer passar despercebido, não visto, ignorado, o que por ela não havia passado, ou mesmo nunca houvera sido notado. Essa referência podia fazer invisíveis ou desimportantes rotas tidas como acessórias, secundárias, complementares. Mas o convite que ali tambémurgia era o de abandonar os territórios já conhecidos para assim tornar possível aventurar-me em outras vias.

Essa quebrada foi construída através da apresentação da proposta da pesquisa aos trabalhadores do CRAS. Logo na primeira ida ao equipamento havia apresentado a pesquisa à coordenadora, mas pela dificuldade de encontrarmos horário comum disponível, dei prosseguimento ao mapeamento dos usuários nos prontuários, adiando esse momento. Nesse período, os trabalhadores passaram de uma recepção calorosa para um acompanhamento desconfiado do que era registrado a partir dos prontuários. Quem era eu ali afinal? UFES, Psicologia, FEMB⁹? O que eles poderiam esperar de alguém que se recusava a aderir a uma dessas vinculações para ter a possibilidade de tecer outras?

A UFES, como única universidade pública do Espírito Santo, tem sido tomada como lugar que detém um suposto saber. Muitas vezes o saber acadêmico se relaciona

⁹ Fundação Educacional Monte Belo (FEMB) é a fundação pela qual fui contratada para coordenar o Programa de Atenção à Criança de 0 a 6 anos.

os desqualificando e pouco dialogando com seu cotidiano, tornando-se um agente externo avaliador das práticas dos trabalhadores. Esse modo de relação entre a universidade e os equipamentos públicos também permeia os CRAS, gerando nos trabalhadores determinadas expectativas quando alguma proposta de pesquisa ou de projeto de extensão chega ao equipamento por meio da universidade. Não é a essa prática que essa pesquisa quis se associar e, nesse sentido, foi preciso chegar ao CRAS já num processo de desconstrução de um suposto lugar de pesquisadora da universidade, para iniciar a feitura de uma possível experimentação de uma outra relação entre CRAS e UFES. Era preciso assumir esse atravessamento, mas com abertura para a construção, juntamente com os trabalhadores, de um modo diferente de fazer pesquisa. Era preciso ter cuidado para não voltar tomada pelo pesquisador de jaleco¹⁰ (LOUZADA, 2009), posicionando-me distante e indiferente ao campo e difundindo desse lugar juízos, avaliações e atribuições de valores quase sempre depreciativos.

Com a preocupação de não vestir-me desse jaleco e de assumir a mistura com o campo que já carregava, terminei por voltar pela mesma rua. Abordaram-me algumas vezes, então, tratando-me no mesmo lugar que antes havia ocupado: %Com a Monte Belo¹¹ não é diferente que com a ADRA¹², também tem hora que você precisa se virar em suco¹³; % família que vamos visitar tem crianças de 0 a 6 anos, você não quer ir até lá?+Falas que fizeram ver que voltei ao CRAS sem sair do lugar de trabalhadora do Programa de Atenção à Criança de 0 a 6 anos.

A UFES não era a única instituição que me atravessava nesse retorno ao CRAS. Durante todo tempo em que trabalhei na assistência social estive vinculada como

¹⁰ Pesquisador de jaleco é uma expressão usada por Louzada (2009) para se referir a práticas de viés higienista, que buscam distância, neutralidade, recusa de qualquer mistura do pesquisador com o campo. Por isso a ideia de um pesquisador vestido com um jaleco branco tão límpido que possa facilitar a identificação de qualquer sinal de contaminação.

¹¹ A Fundação Educacional Monte Belo (FEMB) é uma ONG que atua através de parcerias com iniciativas públicas e privadas. Com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória (SEMAS) executou por convênio nos CRAS o Programa de Atenção a crianças de 0 a 6 anos e o Programa Família Multiplicadora, programas em que trabalhei.

¹² ADRA . A Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais é uma organização privada, não governamental, sem fins lucrativos, ligada à Igreja Adventista do Sétimo Dia. Nas duas últimas gestões da prefeitura, a ADRA foi a agência que executou em convênio com a SEMAS o Programa de Atenção Integral à Família . PAIF, principal programa de atenção básica da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

¹³ Questionamento feito em razão de não ter sido enviado ao CRAS pela ADRA nesse dia alguns recursos necessários à realização de uma atividade prevista no planejamento apenas da unidade de Jucutuquara. Funcionários ligados à ADRA trataram de sublinhar que com os programas da FEMB tais dificuldades também aconteciam.

acional Monte Belo (FEMB) e logo atravessa o CRAS e também a mim a política de parceria entre o Estado e as organizações da sociedade civil para a execução de políticas públicas, política essa que vem se aprofundando nos últimos anos. Não podemos tratar como banal ou trivial esse atravessamento.

Essa forma de terceirização é uma prática cada vez mais utilizada pelos gestores públicos com a justificativa de possibilitar uma redução de custos e uma maior agilidade na execução das políticas. Essa agilidade é possibilitada em função das ONG's não precisarem se submeter ao direito público, ou seja, podem, por exemplo, contratar profissionais sem a necessidade de concurso público, e não precisam licitar bens e serviços para adquiri-los, possibilitando também uma maior rapidez operacional. Por outro lado, já é previsto em lei mecanismos de fiscalização do uso desses recursos; uma ONG que receba recursos públicos é obrigada a prestar contas de forma detalhada da aplicação dos recursos recebidos e tais relatórios devem ser analisados obrigatoriamente pelo Tribunal de Contas (CICONELLO, 2004).

Os recursos públicos, no entanto, ajudam as ONG's a manter-se em exercício, a construir sua imagem diante de organismos privados e, por meio das políticas públicas, a executar também os objetivos que demarcam ser o propósito de sua existência. Ou seja, ainda que possa não haver qualquer intento de desvio da verba pública, com os convênios estabelecidos, as ONGs podem ser utilizadas para atender a interesses privados e produzir demandas que justifiquem sua existência. Com isso, a parceria com o Estado na execução de políticas públicas se torna espaço de disputa dessas entidades.

O PAC, programa em que atuei como psicóloga, foi escrito por um grupo de trabalhadores de diferentes CRAS, e através de um convênio entre a PMV e a FEMB foi implementado como programa da SEMAS em 2005. Com uma equipe formada inicialmente por um psicólogo, uma assistente social, uma pedagoga e uma brinquedista, o PAC deu início a um trabalho itinerante nos, então, cinco CRAS do município. O PAC, em seus primeiros anos de execução, era percebido como ação externa ao CRAS, como retrabalho para os profissionais fixados nestes equipamentos e que precisavam compor com a equipe itinerante, fazendo assim

PAIF (então Programa de Atenção Integral à Família¹⁴). Neste período, nos CRAS, os profissionais tinham diferentes vínculos que correspondiam também a diferenças salariais. Havia alguns efetivos, outros contratados temporariamente pela PMV e um grande grupo contratado através de convênio entre a prefeitura e a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) para execução do PAIF.

Variadas agendas, compromissos, expectativas e projetos políticos estavam claramente presentes ali. A ADRA e a FEMB são organizações não governamentais confessionais, ambas com história muito anterior à da inserção da Assistência Social como política de responsabilidade do Estado brasileiro. A ADRA é uma agência internacional criada em 1956 que deu início a suas atividades no Brasil em 1984. A FEMB data de 1961 e, apesar de não estar ligada a nenhuma denominação religiosa, seus idealizadores confessam o cristianismo e balizam suas ações pela fé que professam.

Ou seja, não foi a defesa dos direitos sociais nem seu reconhecimento legal dado pela constituição de 1988 o que de início provocou o ingresso dessas agências nesse campo. Tampouco foi a política de terceirização da assistência social pelo discurso do voluntariado feita em especial no governo Fernando Henrique Cardoso o que as levou a se organizarem, e ainda não surgiram em função de abocanhar o espaço e os recursos públicos advindos da política de convênio em operação no governo Lula. Há muito essas agências vêm sendo motivadas a agir no campo sócio-assistencial; seus modos de funcionamento e os objetivos que balizam sua existência não é objeto de análise aqui, no entanto ressaltamos que não é a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), seu texto normativo, o que as norteia ou sustenta suas ações. Submetem-se ao SUAS por ser esse hoje o sistema regulador de todas as práticas em assistência social presentes no Estado brasileiro. Suas apostas, todavia, em alguns momentos se acercam daquilo que está no texto legal, em outros diferem dos princípios e diretrizes que norteiam o SUAS,

¹⁴ Hoje denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, o PAIF é o programa através do qual a política de proteção básica da Assistência Social se operacionaliza nos CRAS. É chamado programa guarda-chuva por organizar sob seus parâmetros todas as ações e serviços de atenção básica da Assistência Social.

em muitas situações suas ações estão motivadas pela te professora e por interesses de cunho organizacional.

Uma importante análise a ser feita é que habita o cotidiano dos equipamentos de Assistência Social uma pluralidade de projetos societários, de políticas, ainda que esta diversidade tenha que se submeter ao que está preconizado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Assim, a prefeitura, ao estabelecer convênios com ONG's, termina por inserir no campo de construção de determinada política todo um arcabouço de crenças, intenções, e de projetos que nem sempre se coadunam com as diretrizes da política estatal pactuada. Obviamente, esta pluralidade política está sempre presente e também vigoraria se gestão e execução fossem totalmente estatais. Mas é preciso estar atento às sutis estratégias de privatização do público que se operam por meio desses convênios e concessões.

Também estão nesse jogo interesses partidários, eleitoreiros, que procuram articular com a gestão governamental os grandes grupos religiosos e empresariais. Assim, a definição de com que instituição serão estabelecidos os convênios traz também para o cotidiano dos equipamentos públicos um emaranhado de interesses que a todo tempo trabalham por deslocar as políticas ali em execução do plano público para o plano privado. Desse modo, era preciso ressaltar nesse reencontro com os profissionais do CRAS que, embora tenha sido funcionária de uma dessas organizações, essa era uma pesquisa cuja aposta estava colocada na ampliação da experimentação do público na política de assistência, e não na sua privatização.

A disputa por espaço nos CRAS acontece também entre as categorias profissionais de psicólogos e assistentes sociais. A assistência social é campo ainda hoje ocupado majoritariamente por profissionais do serviço social. A inclusão de psicólogos na equipe mínima do CRAS e de outros equipamentos do SUAS tem provocado intensa e constante disputa que coloca em debate especialmente a forma de trabalho, as atribuições desses profissionais, e os mandatos sociais destas categorias. Nos CRAS de Vitória, houve experiências de borramento dessas fronteiras compondo um campo de atuação comum e transversalizado¹⁵ do

¹⁵ Referimo-nos aqui à noção de transversalidade conforme enunciada por Guattari (1981). Tal noção busca confrontar-se aos eixos hegemônicos de comunicação nas instituições, tais como a verticalidade (comunicação hierárquica) e a horizontalidade (comunicação entre membros de dada corporação). A transversalidade implica um aumento do grau de comunicação entre sujeitos e grupos

operava conectando os diferentes saberes em ações comuns.

No entanto, tal processo, sem o devido aprofundamento através de discussão acerca da composição desse plano transversal, era percebido por ambos grupos profissionais como uma ameaça ao espaço conquistado na Assistência Social. É preciso, na apresentação do cenário da pesquisa, trazer também esse atravessamento e, em sua análise, incluir a delicadeza necessária para falar do campo da assistência social com referencial teórico pouco utilizado nos cursos de serviço social. O desafio é na tecedura desse texto operar transversalização e não delimitação de um espaço discursivo da psicologia sobre essa política.

Nesse campo e nessa pesquisadora, portanto, passavam todos esses atravessamentos. Era então preciso assumi-los e analisá-los, na tentativa de deslocar a construção dessa pesquisa desses lugares definidos. Essa era a questão, com toda dificuldade que essa empreitada significa, era como um não-lugar que queríamos operar, assim como não era com objetos demarcados que essa pesquisa se propôs a conversar. Uma prática utópica (em grego $\mu\upsilon\pi\omicron\varsigma$ - não - e $\tau\omicron\pi\omicron\varsigma$ - lugar) de pesquisa que pudesse ser capaz de pensar o entre lugares. Uma topologia (dinâmica relacional que configura ou modifica as formas), não uma topografia (descrição exata e detalhada de um lugar) (PASSOS E BARROS, 2001). Pensar assim o que se passa entre a população do Forte São João e a política de assistência social, entre a política de assistência social e as disputas que se operam nesse terreno, entre a Vitória identitária e os territórios nela obscurecidos e também entre as instituições que me atravessam e esse campo de pesquisa.

Com esse propósito de estabelecer com os trabalhadores conexões diversas às que já tomaram forma na relação com UFES, psicologia e ONGs, marcamos um momento para apresentar a pesquisa, compartilhando apostas, metodologia e desafios. Conteí a história da desfiguração da Cidade Presépio, de como Vitória se fez outra para mim após o ingresso no trabalho na assistência social. Elas (com exceção dos vigias patrimoniais, todos os demais profissionais do CRAS de Jucutuquara são mulheres) também trouxeram suas experiências na constituição de

que desfaz hierarquias e corporações. (GUATTARI, F. Transversalidade. In. GUATTARI, F. Revolução molecular. São Paulo: Brasiliense, 1981)

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ade a partir do trabalho na PNAS. Expliquei esse primeiro momento de pesquisa nos prontuários e também o seguinte de formação dos grupos. Bastante interesse surgiu aí, e a pesquisa passou a ser percebida como algo um pouco de todos. Por que você não tenta o contato por aqui?; Podemos depois usar essa metodologia com os outros bairros+.

A construção da segunda quebrada foi necessária ao subir o Forte (como é comumente chamado o bairro) para convidar os moradores. Como já dito, pretendia subir junto com um técnico do CRAS, e por isso esperei três semanas antes de subir o morro. Aqui cabe expor que desde o início dessa pesquisa não cogitava subir o Forte sem alguma companhia. O medo de adentrar sem guias esse território obscurecido pelos discursos da violência e do tráfico de drogas me atravessava e paralisava. Além disso, no tempo em que fui trabalhadora do CRAS, costumávamos fazer a visita em dupla, como estratégia de segurança. Subir com os técnicos do CRAS, já conhecidos pela população moradora do bairro, foi a primeira estratégia imaginada, também logo acolhida por esses profissionais.

No entanto, na expectativa de conseguirmos agendar o momento de subirmos, os técnicos do CRAS receberam a notícia, por um usuário morador do Forte São João, de que estavam acontecendo tiroteios no morro em razão do assassinato de um menino do Forte por outro do Romão (bairro vizinho). Assim, como houve a informação do tiroteio, as técnicas decidiram aguardar um contato com morador que lhes desse tranquilidade quanto ao momento de subir. Esse não era o único elemento que dificultava a ida ao morro. O foco em atendimentos individuais, as reuniões de grupo, de equipe do CRAS, das equipes dos programas, ocupam boa parte da agenda, ou seja, o modo como o trabalho está organizado torna a presença desses profissionais nos bairros referenciados ao CRAS algo esporádico.

No dia de subirmos, as técnicas exigiram que eu as acompanhasse também com o colete do CRAS, identificação necessária para dar a todos segurança, explicaram. O colete não é instrumento usado apenas por eles nas idas aos bairros, mas por todos os profissionais da Política de Assistência Social e também da Política de Saúde. É uma forma de comunicar quem são e porque estão ali. É um bilhete de passagem e também de poder para fazer certas intervenções. É forma de dizer de onde veio e para onde é preciso voltar, como uma pretensa garantia de realização desse

pesquisa, percebemos que o uso deste colete produz outros efeitos. Usar o colete é também não se misturar, não se confundir com a paisagem deste território, ser elemento passageiro. Passageiro mesmo, porque a ideia não é ficar muito tempo pelo bairro, é fazer o maior número possível de visitas numa única e breve subida ao morro porque muito trabalho as espera no retorno ao CRAS.

O dia a dia nos CRAS de Vitória é intenso, de agendas tomadas por atendimentos individuais, reuniões de grupos, registros, relatórios, encaminhamentos. No tempo em que estive no CRAS de Jucutuquara, buscando nos prontuários usuários que poderíamos abordar para a formação dos grupos, havia para todos pouco tempo ocioso. As técnicas estavam sempre dedicadas a algum atendimento (quer em grupo, quer individual) ou ao registro desses (que hoje é feito em papel e reproduzido de forma digital pelos profissionais, aumentando o tempo que já era despendido nesse processo).

Duas das assistentes sociais que haviam passado a trabalhar no CRAS em 2011 ainda não haviam conseguido visitar o Forte São João. Explicavam que essa dificuldade era devido à correria do trabalho, em especial de demandas que chegavam com caráter de urgência provenientes da SEMAS. Geralmente essas demandas eram originárias da necessidade de atualização dos cadastros de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que demandava uma busca ativa que, por vezes, as levavam aos bairros e, por outras, era viabilizada através de listas colocadas nas unidades de saúde, nas escolas, CMEI's (Centro Municipal de Educação Infantil) e Centro comunitários, indicando aos usuários presentes nessas listas que deveriam procurar o CRAS. Tais buscas ativas tomam atualmente grande parte do tempo desses profissionais que precisam cancelar todas as demais ações para dar conta de fornecer à secretaria informações que são requisitos para o repasse de recursos do governo federal para a prefeitura.

Dentro desse panorama de tempo também disputado, as visitas domiciliares são ações que demandam muito tempo e um intenso trabalho que não é contabilizado nos números dos indicadores mensais. Não há carro que as leve aos morros. É preciso pegar ônibus, visto que o CRAS abrange uma região em seu entorno e não

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

bairros a pé. Algumas vezes apenas um ônibus atende ao bairro e um tempo entre 20min a 50min é gasto em sua espera. Ao chegar ao morro, outro tempo é despendido para encontrar as casas ainda não visitadas. Há endereços e nomes dados ao CRAS que não são os mesmos conhecidos entre os moradores. Assim, muitas vezes perguntar por um beco com seu nome registrado na prefeitura é nunca encontrá-lo até que de algum modo se descubra o nome pelo qual aquela passagem é conhecida pela população moradora do bairro. O mesmo ocorre também com os nomes dos usuários. Nos CRAS os cadastros são preenchidos com os nomes do registro civil, mas se pergunta também se a pessoa é conhecida por algum apelido no bairro onde mora. Essa pergunta é feita porque há pessoas que nunca foram conhecidas pelo nome do registro civil por seus vizinhos e mesmo por familiares. Ou seja, um enorme tempo é despendido para subir o morro e, a cada visita, para encontrar a residência dos moradores. Por vezes, dois trabalhadores voltam para o CRAS depois de uma manhã ou tarde de trabalho com duas ou três visitas feitas juntas pelos dois. Nos indicadores, o que aparece é só o quantitativo de visitas realizadas, somado à redução de atendimentos individuais ou em grupos que poderiam ter sido feitos nesse período.

Mas no CRAS Jucutuquara, outro fator tem interferido nessa organização do trabalho em que as visitas deixam de ter prioridade. As técnicas contaram também que assumiram os atendimentos realizados no espaço físico do CRAS como prioritários. Foi feita uma escolha pelas famílias que já frequentam o equipamento em detrimento àquelas a quem precisariam buscar nos bairros. Com isso atendem com mais rapidez aos agendamentos, todos que procuram o atendimento no CRAS conseguem tê-lo sem demora. É em função de não reprimir demandas que esse posicionamento foi tomado, mas é possível que estejam com isso restringindo ainda mais com quais demandas da população o CRAS efetivamente tem entrado em contato.

O uso do colete também fala de uma distância estabelecida entre a população alvo das políticas de assistência e a PNAS. Como disse, o colete é usado para identificar e de forma visível definir quem sou e quem não sou. Não se quer ser confundido com policiais ou moradores de bairros rivais e o colete é o instrumento utilizado nessa identificação. Há em boa parte dos morros vigilância perene sobre quem sobe e quem desce. O tráfico local procura sempre se informar acerca de presenças

ntos têm por ali. Ou seja, de algum modo em função do tranco de drogas e peido de quem sobe uma identificação.

Por outro lado, o colete identificando os técnicos diz também dos mandatos sociais que carregam. Há uma legitimidade produzida de que esses profissionais possam ir até a casa desses moradores não apenas conhecer como se vive, que modos de vida têm construído e que violações de direitos têm sofrido, mas também fiscalizar o modo como cuidam de sua residência, como criam seus filhos, como utilizam seus recursos. O que tem produzido e sustentado essa legitimidade?

Um vetor importante de sustentação dessas práticas de controle dessa população são benefícios como a Cesta Básica, o Bolsa Família, o Programa Família Cidadã (PFB) e o BPC. Alguns desses benefícios preveem o cumprimento de condicionalidades, enquanto que outros minimamente requerem um acompanhamento das famílias beneficiárias, o que na forma de visita domiciliar termina por incluir entre seus propósitos a averiguação da real necessidade do benefício recebido. Há assim também no uso desse colete o estabelecimento com a população de uma relação de poder que implica vigilância, controle e fiscalização de suas vidas.

O colete fala de um modo de relação que se estabeleceu entre Política de Assistência Social e população usuária, que certamente não é o único. Como trabalhadora do CRAS, por vezes usei e por outras não usei colete. Na experiência mais rica que vivi num morro, a população exigiu que não fôssemos como representantes da prefeitura, que despíssemos o colete, para que assim pudéssemos construir algo de forma coletiva. Explicavam que, pelas experiências que tiveram, tudo que se produzia em conjunto com a prefeitura era pela máquina de governo apropriado para atender a interesses outros que não os que haviam sido com eles discutidos.

Para acompanhar se outras redes eram tecidas para além da que a vida ali compunha com o CRAS como equipamento da prefeitura, era preciso entrar no Forte de outra forma. Por isso tentei recusar subir com o colete. No entanto, as técnicas também se recusaram a subir comigo sem o colete por questões de segurança. O medo de subir sozinha, somado ao fato de que não sabia orientar-me

... fazia crer que dependia delas para subir ao morro. Não queria mais tatarar em ir ao bairro, então decidi pôr o colete e acompanhá-las.

Como disse, as visitas são feitas de ônibus e há um único ônibus que sobe o Romão facilitando a chegada às casas de três dos bairros referenciados no CRAS de Jucutuquara. Ficamos quase uma hora esperando por ele. O ônibus enche ao pé do morro. Homens e meninos pulam a roleta para andar atrás, mulheres e crianças se espremem na frente, quase ninguém paga a passagem e o motorista cumprimenta a quase todos. O ônibus é deles e garante uma subida mais fácil com bolsas, crianças e sacolas.

As técnicas estavam preocupadas em realizar as visitas planejadas, eu em fazer os convites para os grupos narrativos. Só que eu não sabia andar pelo Forte São João. Como encontrar as escadarias, becos, vielas e pontos de referência dos endereços registrados? Elas me levaram até o Projeto Sarça¹⁶ a fim de que eu solicitasse a liberação de um espaço físico no Forte para realizar os grupos. Queria fazê-los no bairro e era necessário acordar esse local antes de dar início aos convites. A coordenadora do projeto não estava presente e ninguém que estava lá podia dar uma resposta a essa solicitação. Aguardei o retorno das técnicas que, quando chegaram, já avisaram que precisavam voltar ao CRAS.

Essa primeira ida ao Forte deixou claro que voltar ao bairro via CRAS, além de tornar inviável a pesquisa em razão das raras e rápidas visitas ao morro, poderia significar fazer conexões como quem estava apenas de passagem. Esse funcionamento é produto de um modo de organizar o trabalho da assistência social que acaba por fazer com que a presença dos profissionais nos bairros se dê dessa forma. Como efeito desse funcionamento, as práticas no CRAS se aproximam cada vez mais das demandas estatais e governamentais e se distanciam do cotidiano da população usuária.

Era preciso deixar o caminho conhecido de entrada no Forte São João e fazer outro que desse acesso ao morro no que nele também não se vincula ao CRAS, mas

¹⁶ O Instituto Sarça é um projeto da Igreja Presbiteriana do Brasil inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente que oferece atividades extracurriculares para jovens com temas ligados ao resgate da história, cultura e folclore local. É o único projeto social com sede no Forte São João.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

e dificultava e muito a minha subida . o medo. Não queria de forma nenhuma subir sozinha o Forte. O tempo que trabalhei com a população desse bairro não foi suficiente para que eu aprendesse a localizar moradias e a andar pelas intrincadas vielas, becos e escadarias. E se eu parasse onde não devia? E se não soubesse como sair? E se não encontrasse alguém a quem me referendar e ter como auxílio para procurar os moradores que havia listado pelos prontuários do CRAS? Nos cinco CRAS de Vitória em que trabalhei, as visitas domiciliares eram feitas em dupla, nunca íamos sozinhos. Essa era uma prática que visava segurança. Talvez seja pouco provável que estarmos em dupla pudesse ampliar a segurança nas visitas, no entanto, é certo que isso assinalava que as visitas eram práticas que ofereciam risco, perigo.

Esse desejo de segurança é produzido na percepção daquilo que nos é estranho, como perigoso, ameaçador. Mantendo a vida dessa população na obscuridade ou enquadrada numa identidade marcada pela violência, parte da população de Vitória vê esses morros como estranhos à cidade, perigosos. O efeito dessa produção vai muito além do medo e da distância que atravessava o CRAS e também a mim. Em nome da segurança se lida, por exemplo, com essa população por meio de violentas ações policiais, elemento que, mesmo silenciado¹⁷, não faltou às narrativas construídas com os grupos.

Mas nesse momento era com esse medo que precisava lidar. Propus convidar um dos estudantes de graduação participantes do Grupo de Pesquisa e Extensão Redes no Território para ir comigo. O trabalho deles em Cariacica-ES, em vários aspectos se aproximava do que estava proposto por esta pesquisa, além disso, já há quase um ano ia com dois desses estudantes a Campo Verde e pensei que seria interessante ampliar essa parceria também na subida ao Forte São João. No entanto, eles já estavam bastante tomados por diferentes atividades da graduação, e seria complicado também atrelar os momentos possíveis de subir o Forte à disponibilidade deles. Ao mesmo tempo, nas reuniões de orientação, analisávamos os efeitos desta produção do medo na pesquisa em andamento, e as estratégias

¹⁷ Nos encontros com a população, a violência policial fez parte do que foi narrado acerca da vida do Forte São João, mas os moradores não autorizaram que essa parte da vida deles entrasse nas narrativas da pesquisa. Uma análise desse silenciamento será feita mais adiante neste texto.

da ida ao morro sem o aparato de segurança já conectado.

Veio então a ideia de procurar um morador que, pelo menos para uma primeira visita, pudesse acompanhar a procura de alguns dos usuários listados. Assim, a partir desses convites, poderia pedir auxílio a um outro morador para ir ao encontro dos demais. Nesse meio tempo, na igreja da qual hoje eu participo, ouvi falar de um senhor morador do Forte São João. Anotei seu nome e depois percebi que ele estava entre aqueles que havia listado no CRAS em função de ter ido uma só vez ao equipamento e nunca mais retornado. Chamaremos-lo aqui de Seu Agenor¹⁸, um idoso, pedreiro, que teve o BPC negado em função da renda *per capita* de sua família ultrapassar o corte de renda em R\$6,00.

1.1 NÓS DA REDE NAS QUEBRADAS DO FORTE SÃO JOÃO

Conheço quatro escadarias que ligam o Forte São João à Avenida Vitória. Nesse primeiro dia, sem ter a certeza de por qual delas seu Agenor iria me buscar, aguardei em frente à escadaria Ilma de Deus. Escolhi-a por ser a mais visível da Avenida, o que de novo fala desse atravessamento da produção do medo e do desejo de visibilidade, pois entendia isso como uma garantia de segurança (interessante que os moradores do Forte me orientaram a evitar passar por essa escadaria em função de lá acontecerem frequentes assaltos). Já havia subido ao Forte São João quando este bairro era ainda referenciado no CRAS da Região Centro. Mas essa subida era muito diferente. Estava no processo de deixar a rua para trás, o colete, a dupla, a via do CRAS. Nesse dia nada portava que me identificasse a algum outro lugar. E enquanto estava sozinha não podia evitar a invasão de um medo.

Que medo estranho! Conheço boa parte dos morros de Vitória e aprendi a subi-los enfrentando poucas vezes situações de perigo. Conheço usuários dos CRAS em muitos deles e encontrar alguém conhecido é algo quase certo. Logo, assim como

¹⁸ Nome fictício.

ntar perigos ali, havia também precauções que davam garantias de uma subida em segurança. Mas ainda assim o medo me invadia e incomodava!

Esse medo que atravessa a relação da população de Vitória com o morro Forte São João não passou despercebido nos relatos dos moradores. Desde o primeiro dia ele foi falado, questionado, provocado, até zombado. Não se ignoram perigos, nem violências presentes ali, esses são assumidos como parte da vida no Forte. No entanto, esse tal medo foi todo tempo exposto como algo que não é deles, que não é vivido pelo povo dali, que é algo que vem de fora, circunda o morro, e fala, fala dele, até que tudo mais se obscureça, um medo estrangeiro.

Seu Agenor desceu o morro e me acompanhou na primeira andança por ali. Subir a escadaria não é coisa fácil. Na escadaria Ilma de Deus, subimos um bom número de degraus antes de nos depararmos com a primeira casa. Essa escadaria é bem suja, tem um cheiro forte e desagradável e por ela escorre incessantemente uma água sem proveniência clara. Subindo, para-se de tempo em tempo para retomar o fôlego, encontrar espaço entre os cachorros e cumprimentar os vizinhos. Quando começam as casas o mau cheiro desvanece, as escadas ficam menos sujas e também mais disformes. Surgem aí as quebradas que dirigem a escadaria aos variados destinos do morro.

De quebradas é feita a escadaria, degraus irregulares que brotam e rompem com o que era trajeto de uma escadaria principal. Já não há mais uma escada, mas variadas reentrâncias sem forma ou direção definidas. A vida não para e para acompanhá-la é preciso versatilidade. Por vezes a escadaria abria-se como um rizoma a novas conexões, por vezes seu funcionamento mostrava-se arborescente, ordenador. Em certas trajetórias já não há conexão alguma direta com a escadaria principal, e qualquer ponto pode ser conectado ao outro, seguindo as linhas que a vida já fez. O morro Forte São João tem saída para Capixaba, Fonte Grande e Piedade, outros territórios obscurecidos que compõem a Região Centro da cidade. Não consigo imaginar todas essas conexões, mas delas moradores novos e antigos sempre falam. Caminhos clandestinos, alternativos, pelos quais não passei, mas cuja existência não se opera necessariamente pela concretude, materialidade, mas pela possibilidade de que conexões possam se efetuar.

o por Deleuze e Guattari (1995) se opõe à figura da árvore, muito utilizada como elemento de organização do mundo e do pensamento. A figura da árvore supõe sempre uma unidade superior, central, que inspira e provoca anexos (os galhos) que remetem sempre a ela. O rizoma, de modo diferente, é uma figura toda composta por radículas que partem uma das outras de qualquer ponto e assumem diferentes formas. O rizoma fala de alianças, de encadeamentos que se dão *entre*, de transversalidade, de diferenças puras . que não se dão num padrão de referência; fala de linhas¹⁹.

Linhas que se conduzem por agenciamentos em que qualquer ponto pode conectar-se com outro e deve fazê-lo. Elas se articulam, segmentarizam, territorializam, mas também desestratificam e funcionam como linhas de fuga. A escadaria é feita de quebradas, cuja disposição que faz lembrar essa ideia de rizoma compõe e fala junto com as vozes que construíram essa pesquisa, como é a vida no morro Forte São João.

Linhas que se agenciam e formam rede. Com Seu Agenor teci apenas um primeiro nó com a metamorfoseante rede, cujas movimentações procurei acompanhar no Forte São João. Seu Agenor me convidou a ir até sua casa para que eu explicasse sobre o que se tratava a pesquisa e também para acompanhá-lo num café. Nesse caminho, encontrei usuários que havia acompanhado no CRAS Centro, me conheciam pelo nome, perguntavam se estava no CRAS de Jucutuquara, por qual CRAS eu andava e o que estava fazendo por ali no morro.

Se eu não estava no CRAS em que eles eram referenciados, devia estar em outro para me verem por ali subindo o morro. Além disso, mudança de CRAS é prática frequente na política de assistência social de Vitória, agravando a rotatividade já

¹⁹ Para Deleuze e Guattari (1996, p. 83-115), indivíduos, grupos e sociedade são compostos por linhas que têm natureza diversa, constituindo-se no entrecruzamento dessas linhas. Os autores destacam que as linhas podem ser nomeadas como linhas de segmentaridade dura - linhas molares - , linhas flexíveis - linhas moleculares - e linhas de fuga. As linhas de segmentaridade dura funcionam operando dualizações e dicotomizações (homem/mulher, branco/negro, público/privado, criança/adulto), efetuando segmentarizações de forma binária. As linhas flexíveis traçam desvios nos processos de codificação e operam pelo devir. Segundo aponta Heckert (2004), são linhas que engendram movimentos que desviam dos processos identitários e provocam rupturas. Por fim, a linha de fuga que é marcada pela desterritorialização intensa, e escapa dessas organizações binárias (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 3).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

dos vínculos empregatícios praticados. Desse modo, contratos encerrados com a prefeitura, demissões e realocações feitas como punição, como mecanismo de desagregação de uma equipe, ou para compor a equipe mínima de novos CRAS abertos sem exigir da prefeitura novas contratações, se somam tornando corriqueira a rotatividade de profissionais nos CRAS.

Seu Agenor me levou até sua casa, caminho labiríntico que não saberia repetir. Contou-me que mora há 50 anos no Forte São João, que quando chegou as escadas eram feitas pelos moradores no morro, e que muitas vezes buscou água e lenha (não tinham fogão a gás) na rua e os trouxe nos ombros para casa. Contou também que quando chegou já tinha bastante gente no bairro e que algumas ainda estavam por ali. Como muitas outras famílias, seu Agenor e sua esposa saíram do interior do estado e vieram para Vitória buscando melhores condições de trabalho. Lamentou que já recebeu muitas visitas em sua casa, mas que atualmente isso é coisa rara de acontecer. Acha que as pessoas não vão por terem preguiça de subir as escadarias, apesar de dizerem que não vão porque é perigoso. Essa não lhe parecia uma desculpa plausível.

A renda de seu Agenor é variável, visto que ele trabalha como autônomo prestando serviços de pedreiro. Sua esposa é aposentada, trabalhou por toda a vida como lavadeira, e na capital foi lavadeira do Vitória Futebol Clube. Há alguns anos sofre do mal de Alzheimer. Passou por mim com uma bacia e várias peças de roupas úmidas. Mostrou-as para mim e disse que acordou cedo para aproveitar o sol e lavar as roupas. Voltou a mexer nas roupas e saiu. Seu Agenor, enquanto me oferecia o café, contou-me que o médico disse que sua esposa estava assim porque sua mãe cansou. Ele concorda, disse que ela trabalhou muito toda a vida e ressaltou que naquele tempo era tudo a mão, não existia máquina de lavar roupa. Mas sorriu quando disse que ela gostava muito do que fazia, que em gente que não gosta, ela gostava, tanto que até hoje é o que ela faz...+

Seu Agenor dedica bastante cuidado à esposa, acompanhou-me ao CMEI avisando que não poderia demorar para não deixá-la sozinha em casa. Trabalha aos fins de semana, quando seus filhos podem assumir esse cuidado e por isso não pôde participar dos grupos narrativos que aconteceram aos sábados. Quando o encontrava, em outros dias, perguntava sobre a pesquisa, buscava saber seu

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

participação dos demais moradores. Mesmo sem participar dos grupos, sua história narra sobre a vida no Forte e sua relação com a Política Nacional de Assistência Social. Seu Agenor nunca mais voltou ao CRAS. A política não vê as lutas que enfrenta. Seu cotidiano que precisa articular o cuidado com a esposa e um trabalho duro já depois dos 65 anos não está previsto em seus programas.

Com seu Agenor fui ao CMEI Robson José Nassur Peixoto, local onde aconteceram os grupos narrativos. O CMEI é na região do Cruzeiro, na parte média do morro, e a relação da população com este espaço foi um importante analisador na construção desta pesquisa, visto que essa relação fala de como são diversas as redes que se tecem com aquilo que nas políticas se cola à máquina governamental e as redes que se forjam com o que nelas opera seu descolamento e aproximação com o cotidiano da população.

A diretora já esperava minha visita, o que me surpreendeu. Contou-me que a coordenadora do CRAS havia entrado em contato com ela, avisando que iria procurá-la. Seu Agenor me acompanhou em toda a conversa. Expliquei a proposta da pesquisa e a necessidade de um espaço próximo aos moradores para realizar os grupos. A diretora ponderou sobre o pequeno espaço do CMEI e que atualmente todas suas salas estão em uso. Expliquei que realizaria os grupos aos sábados (para alcançar a presença de moradores que trabalham durante a semana) e perguntei sobre a possibilidade de utilizarmos o CMEI nesses dias. Ela propôs inicialmente outros espaços no bairro, como a Igreja Batista, já utilizados pelo CMEI na realização de suas atividades. Por fim, disse que poderia utilizar o CMEI, que avisaria aos vigias, que bastava ser comunicada durante a semana se naquele sábado haveria os grupos.

Mostrei-lhe a lista dos moradores que estava procurando e alguns lhe eram conhecidos. Perguntava sempre se eu sabia se eles tinham crianças, quais eram seus nomes, para a partir das crianças matriculadas no CMEI identificá-los, mas não tinha comigo essas informações. Três nomes da lista eram de membros do Conselho Escolar, a diretora ligou para uma delas que veio ao nosso encontro no CMEI. Expliquei a ela a pesquisa e fiz o convite para que participasse. A moradora aceitou e falou que convidaria os demais a quem conhecesse. Pedi para que me

casas, ela aceitou e nos preparamos para sair. Seu Agenor, nesse momento, pediu-me que confirmasse depois com ele o dia do grupo, pois iria voltar para casa de onde disse já havia se ausentado tempo demais.

Após estabelecido o contato com a direção do CMEI, pensava em dar prosseguimento às etapas planejadas, mas foi preciso acompanhar mais uma quebrada. É que logo na saída do CMEI comecei a encontrar moradoras que, ao me reconhecerem, queriam saber por que andava pelo Forte, e quando explicava a proposta da pesquisa já começavam a falar, contar histórias, elogiar e queixar-se da vida ali. Ao mesmo tempo em que percebia que seria difícil achar os usuários através das informações da lista elaborada quando efetuado o mapeamento nos prontuários, os moradores que encontrava queriam relatar suas experiências e se antecipavam convidando outros passantes para participarem da pesquisa também. Era preciso abandonar mais uma via, a da lista bem organizada, para criar outro modo de fazer o convite. Acoplamos à procura de usuários da lista que tiveram seus nomes reconhecidos pelos moradores que já havia contatado o convite a outros que encontrávamos pelo caminho.

No caminho, avistei moradores que já haviam participado do PAC. Eles queriam mostrar-me as crianças, fotos delas em atividades do CMEI, apresentar-me às que haviam nascido depois que deixei o CRAS. Falavam dos interesses que elas demonstravam e da inexistência de atividades assim no morro. Sublinharam também como é difícil acessar os programas que ficam em equipamentos fora do morro, ou na rua+. Dizem dificilmente conseguirem garantir vagas que priorizam ordem de chegada, pois as pessoas da rua+ ocupam primeiro essas vagas e já quase nem tentam consegui-las. Valorizaram a chegada de uma professora no CMEI que acolheu essa demanda e tem dado aulas de dança para as crianças. São fotos das apresentações de dança as que são guardadas e apresentadas com muito orgulho por essas moradoras. Apesar de ser essa uma ação ofertada pelo CMEI, quando perguntei sobre como pensam que esses cursos poderiam chegar ao bairro, falaram que poderiam ser oferecidos pela Igreja Batista.

Era a segunda vez que mencionavam a Igreja e isso me incomodava. Por vezes pensei em não fazer menção a essas referências neste texto, pois discutir essa presença era também um trabalho de análise de implicação. Entretanto, no último

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Os grupos com a produção de um mapa do Forte São João feito por moradores que participaram da pesquisa, e cujo traçado comporá também as linhas desse trabalho, a referência à igreja novamente apareceu. Nenhum deles é membro ou frequenta essa igreja, no entanto, foi com o desenho desse prédio que começaram a tecer o mapa do Forte São João que propus ser elaborado ao final de nossos encontros.

Estado e Igreja se misturam no território do Forte São João, assim como no campo da Assistência Social. Antes de haver políticas estatais de assistência social que atendessem a essa população, as igrejas estavam ali. As moradoras, hoje adultas, contam saudosas dos encontros que faziam na Igreja Batista, das brincadeiras e passeios promovidos, e também de provisões sistemáticas feitas àqueles que viviam algum tipo de necessidade. Também falam da Pastoral da Criança, chegam a dizer que hoje é o único serviço com que a população do Forte pode de fato contar. Dizem que a Pastoral faz parte do Forte, é do Forte por ser um serviço atento às necessidades vividas pelos moradores.

A todo tempo o assunto remexia, presentificando-se também nas narrativas. Há rede movimentando-se entre a vida do Forte e as igrejas ali presentes. Qual o modo de operar assumido por essas redes? Partimos para ele perguntando para não lançar um olhar para essas conexões já acreditando saber o que encontraríamos. Caminho árduo, pois pouco nesse campo tem se cabido perguntar. Se ele é sacro e dogmático para muitos daqueles que professam a fé ali anunciada, é também comum que seja visto como puramente associado às mais reprováveis práticas por aqueles que o criticam.

O cristianismo, quer seja ele católico, protestante ou mesmo sincrético, como é comum nas terras brasileiras, traz no cerne de seus ensinamentos o amor ao próximo, o serviço ao outro, o repartir do pão. Essa concepção cristã que o catolicismo nomeou de caridade tem impelido a ação coletiva ou individual de serviço aos pobres, a moradores de rua, a doentes, a crianças abandonadas, a pessoas com deficiência, entre outras situações entendidas como de necessidade do favor de outrem. Pelos ensinamentos cristãos essa deve ser uma prática decorrente da compreensão do favor de Deus e de uma multiplicação desse favor pelo serviço ao outro, ou seja, não seria a caridade uma prática que visasse

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

compensas materiais, mas sim uma prática movida pela gratidão. Há também oriunda a ideia de que as boas obras garantiriam a salvação da alma.

Com o atravessamento do discurso cristão em nossa sociedade, essa concepção de caridade difundiu-se, fazendo com que a assistência a essa população fosse assumida como prática cujo dever é moral. Seria uma prática que possibilitaria o estabelecimento de uma relação de união e comunhão com o outro, pois o rico deveria usar sua riqueza para servir ao que passa por necessidade, e o pobre com humildade aceitar o que lhe é oferecido, entendendo ser assim participante da riqueza vivida pelo outro. Ou seja, com a caridade assumindo lugar de prescrição moral de um indivíduo para com o outro, impõe-se a anulação do conflito, coloca-se a questão da riqueza e da pobreza no âmbito individual e se obscurece um modo de produção que gera simultânea e dependentemente riqueza que se acumula por alguns e miséria que se impõe a tantos outros.

Em nome da caridade cristã foram e são organizadas associações filantrópicas como asilos, albergues, creches, e também serviços de assistência nas paróquias e igrejas locais. Muitas dessas associações se formalizaram no intuito de buscar do Estado e da chamada sociedade civil isenções de impostos, doações e repasses que garantissem a manutenção e ampliação de seus serviços. Porém, especialmente no que tange ao catolicismo (mas não exclusivamente a ele), o discurso da caridade se associou em alguns grupos a outras orientações teológicas e políticas operando mudanças na sua tradicional forma de agir.

Elaborou-se na América Latina um pensamento teológico que propunha articular a leitura dos evangelhos com uma análise sociológica dos conflitos sociais, a teologia da libertação. No protestantismo a ideia de Missão Integral é que fez essa articulação ou deslocamento. Em ambos os discursos, a **salvação** que antes só denotava livramento da condenação do inferno e a vida eterna a ser desfrutada no céu, agora denota também a instauração de condições de vida mais dignas na Terra. Pautadas nesse pensamento, novas práticas e frentes de ação foram criadas como Pastorais, Movimento de Educação de Base, Juventude Operária Católica, Juventude Universitária Católica, Visão Mundial, que se somaram as organizações filantrópicas já existentes nas ações assistenciais (SILVA, 2006).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ações desenvolvidas por essas organizações não se limitam ao atendimento de demandas emergenciais ou a práticas assistencialistas de concessão de cestas básicas, roupas, remédios e brinquedos. Há uma preocupação de que as intervenções feitas possibilitem a superação da situação enfrentada individual ou coletivamente, inclusive com espaços de debate sobre a conjuntura social envolvida na questão. Muitos voluntários dessas organizações engajaram-se em movimentos sociais que lutavam para que a assistência social fosse garantida como um direito (SILVA, 2006).

Assim como a compreensão de que as ações deviam extrapolar práticas de cunho meramente assistencialista, a ideia de condicionalidades também já estava presente, por exemplo, nas pastorais, antes mesmo de comporem texto, práticas e expectativas que envolvem a política de assistência social. Se algumas dessas organizações exigiam, sob pena de ser excluído do atendimento, que seus beneficiários não faltassem à missa ou a uma reunião, hoje o comparecimento a reuniões mensais é às vezes pré-requisito nos CRAS para concessão de Cestas Básicas. Se a expectativa de alcançar o ingresso de beneficiários no mercado de trabalho já estava colocada para essas agências filantrópicas, a PNAS mantém também esse objetivo. Recentemente foi divulgada na Segunda Rodada da Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família a constatação da diminuição do interesse no trabalho formal e um aumento equivalente no trabalho informal como um efeito a ser corrigido pelo programa, explicando que medidas já vêm sendo tomadas no sentido de garantir aos beneficiários do programa segurança para aproveitarem novas oportunidades de engajamento produtivo e melhorar suas condições de vida+ (MDS, 2012, p.2). Ou seja, a ideia de provisoriedade da assistência social perpassa tanto agências filantrópicas quanto a PNAS.

Essas agências filantrópicas têm por décadas atuado em locais onde o poder público tem pouca ou nenhuma ação, substituindo-o às vezes e também, por vezes, avigorando a omissão do Estado para com essas populações. Suas práticas, experiências e discursos atravessam o campo da Assistência Social em nosso país e logo também o modo como os usuários percebem essa política. Nota-se diferença entre a cesta básica concedida no CRAS e aquela fornecida na Ação Social da Igreja Batista? Entre os cursos de capacitação ofertados pela Igreja e aqueles

as atividades do Cajun²⁰, da FAFI²¹ e do Sarça? Entre as visitas e orientações da pastoral e aquelas feitas pelos técnicos do CRAS?

Esse atravessamento do cristianismo na vida do Forte e na política de assistência social foi evidenciado pelos movimentos e narrativas da população. Partiremos dos registros construídos nos grupos narrativos para avançar na análise desse atravessamento, suas composições, seu modo de operar e seus efeitos no território do Forte São João.

Com a possibilidade de realizar os grupos no CMEI e a companhia de moradores para fazer os convites, percorri algumas partes do morro procurando os usuários listados e outros que demonstravam interesse e curiosidade, ora por me reconhecerem, ora pela apresentação da pesquisa pelo morador que me acompanhava. Subi em direção às Três Marias, parte alta do morro que se conecta com o Parque da Gruta da Onça. Uma moradora dessa região me acompanhou, e outra, moradora da área do Cruzeiro, depois de perguntar se ficaria no morro até mais tarde, me convidou para, ao descer, almoçar em sua casa.

Os moradores eram bastante receptivos ao convite, perguntavam detalhes, asseguravam sua presença sublinhando que fariam com prazer sobre a vida ali, mas que era preciso me avisar que no Forte há histórias que não se podem contar. Queriam que eu entendesse que nada contariam sobre um aspecto do cotidiano do Forte, pois fazia parte da vida ali também esse silenciamento. Explicaram nas outras tantas conversas posteriores que, para habitar o Forte, para se viver ali, aprender isso é essencial, é conselho que se dá ao pé do ouvido e se fala em todo lugar. É mais que um conselho, é uma lei tão forte e vigente que tomou a forma de um saber compartilhado que faz com que seus corpos se acostumem e passem a não perceber a violência do silenciamento. Nos grupos narrativos falam desse

²⁰ O Cajun (Caminhando Juntos) é um projeto da Prefeitura de Vitória que promove cultura, arte, esporte e inclusão social a crianças e adolescentes com idade entre 7 e 17 anos. O Cajun integra em Vitória a rede de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social. Não há Cajun no Forte São João e sim no bairro vizinho, Romão, mas as unidades são de referência de uma região e não apenas de um bairro, podendo atender também crianças moradoras do Forte.

²¹ A Escola de Teatro, Dança e Música Fafi é um equipamento municipal ligado à Secretaria de Cultura que oferece oficinas livres a crianças, adolescentes e adultos provenientes de qualquer cidade do Estado ou do país. Também possui cursos de qualificação profissional em teatro e em dança abertos à população.

mesmo funcionamento definindo que parte do que foi dito não poderia ser neste texto publicizado.

O próximo ensinamento que logo compartilharam foi aquele que contava como os nomes que eu trazia do CRAS (anotei os nomes de registro civil) não os levava a identificar nenhum conhecido. Essas pessoas podiam até morar no bairro, mas não eram conhecidas por esses nomes. O que eu trazia eram nomes de batismo, de registro no cartório, úteis para o acesso aos equipamentos públicos, mas raramente utilizados ali. Quando o nome remetia a algum morador identificado, ou por onde morava ou por seu sobrenome (através do qual sabiam sua família), era para logo em seguida ser traduzido pelo apelido, este sim bem conhecido. Os nomes eram outros e conhecer os moradores por estes diferentes nomes indicava pertença, vinculação com o que eles chamaram comunidade.

Os primeiros moradores convidados me ajudaram nas andanças pelo morro. Se as listas que eu tinha feito buscavam organizar os usuários do Forte São João em grupos em função da vinculação que tinham com a CRAS, os convites com os moradores também alcançavam fazê-lo. A cada morador apresentado me explicavam que vinculação já havia tido com o CRAS. Conheciam e acompanhavam essas vinculações. Assim convidávamos já os organizando nos grupos que aconteceriam no sábado pela manhã (com usuários nunca acompanhados) e pela tarde (usuários em algum momento acompanhados). Agendamos já para o sábado seguinte o primeiro grupo narrativo, o CMEI era um lugar aprovado por todos, dada sua localização no morro, e os horários também não encontraram objeção.

O convite para o almoço incluía o de habitar o Forte de um outro modo. Não era eu quem ofertava, era um morador; almoçar na casa dos usuários não é prática corrente entre os profissionais do CRAS (por diferentes razões que inclui ponderações de que se a família solicita uma Cesta Básica é porque já lhe é difícil garantir a alimentação para seus membros, e também por uma relação naturalizada entre pobreza e falta de higiene); e porque passar mais que poucas horas no bairro incluía a possibilidade de que eu pudesse estar no morro mais que para uma visita passageira. Mas o compartilhar desse almoço me fez conhecer também um outro elemento que motivara o convite.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

territórios que se atravessam, ora misturando-se, ora distanciando-se também pelo medo. Cada qual vê o lugar onde vive como tranquilo e bom de viver, bastando para isso conhecer certos conselhos que por ali são compartilhados. Morro de cima, morro de baixo, morro de trás, difícil de definir entre eles fronteiras, mas o Forte São João é assim também apresentado. Transpassar esses territórios já não é hoje movimento tão comum. O deslocamento de moradores de um território para o outro nas andanças que fiz por lá não foi feito sem algum receio, atenção redobrada, preocupação. Mas foram todos trajetos tranquilos, que possibilitavam aos moradores que me acompanhavam ver partes do morro já há algum tempo não visitadas, encontrar amigos que já não viam e com eles colocar a conversa em dia.

Contudo, no endurecimento dessas fronteiras, que ali também se opera, o almoço foi também um modo de saber se tudo havia ido bem, se eu tinha podido andar por esses territórios em segurança: *Que bom que você voltou, estava preocupada, não tem nada não, né? Mas sei lá, a gente se preocupa+. Não é o fato de ter ou não ter com o que se preocupar a questão que aqui se levanta, mas sim da presença de um medo que atravessa também a população que ali habita.*

A descida do morro, nesse dia, teve também a companhia de moradores. Desci pela escadaria do Cruzeiro e foi por ela que me orientaram a subir quando fôssemos fazer os grupos. Tentei aprender o trajeto de descida para posteriormente utilizá-lo na subida, mas uma moradora se propôs a me encontrar ao pé do morro para subirmos juntas. A companhia me era muito bem vinda, várias vezes nas andanças feitas para realizar os convites me perdi em trajetos que já havíamos percorrido. Eles riam. Os trajetos, bem conhecidos por eles, eram extremamente labirínticos para mim. Foi apenas após algumas subidas, que minha proposta de, na vez seguinte, subir sozinha não foi seguida da disponibilidade de alguém que descesse e esperasse ao pé do morro para me acompanhar. Subir sozinha foi nesse primeiro momento algo não recomendado pelos moradores.

JEBRADAS: DESVIOS NO CAMINHAR DA PESQUISA

O caminho feito desde estãõ para ir até o CMEI era por essa outra escadaria. Consideram a Ilma de Deus muito suja e perigosa e evitam passar por lá. Passei a subir a chamada escadaria do Cruzeiro. O nome Cruzeiro faz referência à praça do Forte São João que foi assim nominada por nela haver uma cruz. Ninguém soube me explicar a razão de ter sido erigida uma cruz na praça. Contam apenas que as inúmeras marcas nessa cruz tratam-se de bolinhas de gude que a enfeitavam em sua inauguração e que arrancadas serviram de brinquedo para as crianças do morro.

A escadaria do Cruzeiro é bem movimentada. Ao subirmos, encontramos crianças a caminho da escola, mães subindo com crianças de colo, homens levando materiais de construção, pessoas com compras e material escolar carregados nos braços. Difícil é ver quem suba sem levar nada consigo. Os degraus são disformes, uns grandes, outros estreitos, é preciso estar atento a todo tempo para não tropeçar nesse variante chão. As sombras feitas por árvores no quintal são preciosas, pois no sol quente proporcionam a parada necessária para retomar o fôlego e prosseguir.

A dificuldade de realizar esse trajeto ajuda a compreender porque a conquista de um CMEI no morro é tão valorizada e quanto o acesso aos demais equipamentos é marcado por complicações. Quando se tem crianças e não se tem com quem deixá-las é preciso levá-las junto, mesmo ainda muito pequenas, submetendo-as a essa atividade desgastante e tornando o trajeto ainda mais cansativo. Além disso, nem todos os serviços e profissionais fazem esse trajeto que para os moradores é atividade cotidiana, situação interpretada pela população como justificada pelo medo ou mesmo por indisposição.

Em diversos momentos fui alvo de risos por depois de já ter sido acompanhada por um trecho, passar novamente por ele e errar a direção a seguir. Parece mesmo um labirinto, confuso aos desavisados ou desacompanhados. Os moradores até estranham o olhar perdido e desarrumado de quem não entende por onde entrou ou saiu. Mas seus habitantes sabem a importância de sua companhia a esses ~~os~~ estrangeiros. E foi com essa disponível companhia que pude realizar os primeiros

...nder um pouco como se sobem e descem essas escadarias.

Reunir pessoas no Forte mostrou-se uma ação difícil. Todas as solicitações demonstradas no momento do convite não repercutiram em presenças nos encontros agendados. Pela manhã, os encontros tiveram no máximo quatro participantes e à tarde não aconteceram os grupos narrativos, pois os usuários convidados não compareceram.

Razões para não terem aparecido havia, os moradores explicavam sua ausência com questões emergentes no dia, mesmo que essas fossem o esquecimento ou a perda do horário. Poderia também ser um trabalho que surgiu, a necessidade de ficar com as crianças para o companheiro trabalhar, um sol perfeito para dar faxina ou ter amanhecido sem sentir-se muito bem. Motivos que pareciam expressar que a pesquisa estava distante do que se passava em suas vidas, das urgências da vida cotidiana, da vontade, das ocorrências do hoje, de uma agenda cujo modo de lidar com o tempo e com os acontecimentos era outro.

Manter exclusivamente essa estratégia poderia significar estender a pesquisa de campo por um tempo que eu já não tinha e ainda deixar de acompanhar esse movimento que fala também de modos de vida que se atualizam ali. Mais uma vez seguir adiante no cumprimento do planejado seria insistir em imprimir ali um movimento alheio. Não que fosse necessário abandonar por completo a proposta dos grupos, mas era preciso prosseguir no aprendizado de como se faz para seguir adiante andando por quebradas.

Realizamos os grupos narrativos pela manhã, sem mais distinguir os participantes por suas inserções no CRAS. Fomos surpreendidos por uma rotatividade nas participações. Não foram todos os moradores que compuseram a narrativa no primeiro encontro que retornaram no segundo, e novos compareceram. Foi preciso construir com o grupo a proposta de uma narrativa que emanasse do Forte São João, de modo que sua validação pudesse ser feita por outros moradores que se agregassem à pesquisa no decorrer de seu processo no morro. Tal proposta foi acolhida e compartilhada mesmo quando a polifonia da vida emergiu, e a variabilidade pôde ser incluída no registro narrativo. Tal como os narradores

de acordo com a insígnia: quem conta um conto, aumenta um ponto.

Simultaneamente aos grupos, passei a ir ao Forte em outros dias da semana, ora aguardando o horário dos pais buscarem crianças no CMEI, ora visitando alguns moradores, e a fazer conversações²² nas quais buscava discutir questões semelhantes às abordadas nos grupos. Essa foi a estratégia usada para tornar a pesquisa elemento emergente do dia, já que o agendamento estava alcançando apenas um pequeno grupo. Para isso, era preciso estar atenta aos caminhos mais utilizados e também contar com a cooperação dos moradores já envolvidos na pesquisa para me acompanharem até casas, aguardando, auxiliando e participando da inclusão de novos participantes à composição das narrativas. Quebrada indicada por eles, variância necessária para melhor compor com a vida ali e incluir outras vozes na pesquisa.

Assim, os grupos aconteceram no CMEI e conversações foram feitas nas casas e pelo caminho. Casas e CMEI que falavam muito também da vida ali. No Forte São João, como em outros morros de Vitória, a situação das casas, em sua maioria, se torna mais precária quanto mais alto na escadaria elas estão localizadas. Há no bairro casas grandes e pequenas de alvenaria, casas de madeira ou barracos e, passando a compor recentemente essa paisagem, casas construídas pelo Projeto Moradia²³ da Prefeitura Municipal de Vitória.

Receber uma casa do Projeto é o sonho de muitos moradores. Motivos como deixar de pagar aluguel e ter uma casa em risco de desabamento eram os principais relacionados. Alguns, tendo uma propriedade em situação precária, são alojados em casas de propriedade de outros moradores, pagando um aluguel de valor mais baixo que o comumente praticado, enquanto aguardam que uma nova casa lhes seja construída pelo Moradia. As casas que já foram construídas pelo projeto foram pintadas da cor escolhida pelos moradores entre um pequeno leque de opções,

²² Usamos o termo conversação por entender que o procedimento entrevista não expressa e tampouco se adequa à metodologia de pesquisa que utilizamos. As conversações pautavam-se em questões que a pesquisa pretendia abordar e acolhia as questões trazidas pelos moradores.

²³ O Moradia é um projeto da Prefeitura Municipal de Vitória que oferece a famílias de baixa renda duas modalidades de aquisição da casa própria: construção e reconstrução de unidades habitacionais. O projeto Moradia prioriza famílias de baixa renda que constituem 92% do déficit habitacional de Vitória (<http://www.vitoria.es.gov.br/sehab.php?pagina=moradia>).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

mentos, dependendo da composição familiar. Todos comentam que novas casas serão construídas no próximo ano e muitos aguardam que seu cadastro seja contemplado. Mas essa relação com o projeto, em que ele compõe com seus sonhos, só se deu quando ao invés de propor reassentar as famílias do Forte em outros bairros, a Prefeitura com o projeto Moradia deu início à construção ou reforma de casas no terreno da família desalojada.

E o CMEI, como era cuidado quando nos encontrávamos lá! Fui apresentada a todo espaço do CMEI pelas crianças, que faziam questão de também mostrar as atividades trabalhadas durante a semana e expostas pelas paredes do equipamento. Enquanto realizávamos os grupos, as crianças se juntavam para brincar no pátio livremente. Após cada encontro, todos (crianças e adultos) se movimentavam para limpar e arrumar o CMEI, sem ter sido preciso para isso fazer qualquer solicitação. Relação com esse espaço que não tinha como passar despercebida, e também como não se presentificar nos relatos sobre a experiência de viver ali.

Cada vez que subia o Forte São João me propunha a fazê-lo sozinha. Apenas na quarta vez que fui ao Forte a proposta foi acolhida e eu fui aguardada já na entrada no CMEI. Tempo, companhia e experiência essa que acalmou meu medo, possibilitou que a perdida visitante conseguisse fazer sozinha o caminho e fosse cumprimentada por alguns transeuntes como alguém cuja presença e atividade já eram conhecidas no bairro. Quer tenha sido o cuidado de apresentar-me o Forte (seus caminhos, marcos, pontos de referência, moradores) ou me apresentar ao Forte (fazer-me conhecida em seus caminhos e por seus moradores), a companhia disponibilizada de diferentes formas no decorrer da pesquisa foi elemento fundamental para tornar possível sua construção.

Companhias fundamentais mesmo, e no sentido que esse verbete assume no socioleto musical. Nesse meio, o verbete fundamental pode ser usado como um adjetivo que distingue as notas. Nota fundamental é o som que serve como base a um acorde, qualquer que seja seu lugar nesse acorde. A companhia dos moradores nessa pesquisa foi fundamental assim como essa nota. Foi o som que se fez ouvir mais alto que o medo, a nota que me possibilitava compor com o Forte São João de outros modos, cooperando na tarefa de não fazer deste texto algo alheio ao tocar da vida no Forte.

... experiência de mestrado a possibilidade de ser coletiva. Não que essa coletividade não tivesse existido também na UFES. O grupo de orientação e o projeto de pesquisa e extensão *Redes no Território* garantiram que na universidade a construção dessa pesquisa não fosse algo solitário. Esse cuidado, necessário, foi feito de forma compartilhada com esses grupos. No entanto, construir esse caráter coletivo da pesquisa com a população do Forte era laboro essencial e foi a companhia dos moradores em cada visita ao bairro que deu a esse trabalho esse precioso tom, para que fosse possível fazer soar desse morro outra música diversa à ladainha do medo e da miséria; música de vozes dissonantes envolvidas no trabalhoso exercício de compor uma melodia comum²⁴.

Não bastou para isso, contudo, apenas apresentar ideias e tê-las bem acolhidas. Foi preciso porosidade, abertura para ver a pesquisa deslocar-se à medida que incluía outros atores em seu fazer, buscando sua coletivização no debate, pluralizando e não unificando a construção das análises efetuadas.

No primeiro encontro do grupo narrativo, assumir essa postura ou negá-la declaradamente já se apresentou como questão imperativa. *“O que podemos esperar dessa pesquisa?”* *“O que você acredita que pode alcançar com ela?”* Respondi a essa questão de forma muito semelhante ao que foi traçado nos objetivos colocados na primeira versão do Termo de Consentimento apresentado ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFES. Disse que objetivava trazer elementos para discussões acerca da construção de políticas públicas e que isso contribuísse para tornar mais pública a política nacional de assistência social, visando interferir em especial na sua implementação no município de Vitória.

Mesmo procurando esclarecer cada ideia dessa sentença, os moradores logo comunicaram que isso pouco sentido tinha para eles. Percebi que minha resposta era repleta de apostas, preenchida demasiadamente de conceitos, mas distante das lidas cotidianas para chegarem a poder ser compartilhadas.

²⁴ Comum no sentido dado a esse conceito por Hardt e Negri (2005): comum como produto e produtor de comunicação entre singularidades manifestas através de processos sociais colaborativos de produção. Difere-se assim da noção tradicional de comum correspondente a uma unidade homogênea, pois é na expressão das singularidades que o comum a que nos referimos se manifesta.

modo e a pergunta em que pensavam eles que poderíamos fazer com essa pesquisa. Disseram que poderiam utilizá-la para as lutas que estavam compartilhando nas narrativas, como instrumento de intervenção nas políticas sociais, a fim de atravessá-las com o que se passa no cotidiano de suas vidas: %Falar com o CRAS, com a prefeitura, secretaria de saúde... Dizer que o Forte está aqui+

Construíram narrativas sobre a vida no Forte, e não era apenas a política de assistência social que elas precisavam atravessar. Ainda que tenham falado sobre as conexões que a vida no Forte estabelece com a PNAS, estavam falando de modos de vida mantidos à distância não só dessa política, e nisso veio a sugestão de encontrar estratégias de levar essas narrativas também a outras políticas sociais. Era imprescindível abertura para deixar a pesquisa ser atravessada pelas questões que traziam como essenciais. Essa quebrada construímos juntos, abrindo novos trajetos para desviar este trabalho do ainda corriqueiro caminho de pesquisas extrativistas, distantes e comprometidas com projetos individuais. Não fomos os primeiros, há muitos atores nessa empreitada, mas isso ainda não faz dela atividade de pouca importância ou de fácil realização.

A pesquisa incide e se constitui nessa abertura para o atravessamento pelas lutas compartilhadas pela população do Forte, fazendo-se material e estratégia para transversalizar políticas sociais com o cotidiano da população do Forte São João. Eis a aposta que não é %una+, mas multipovoada de proposições: a de convocar os serviços públicos que estabelecem conexões com o Forte a contaminar-se com a vida que se forja ali, pois pensamos ser esse exercício potente em provocar nas políticas dobras para fora, para o plano coletivo, plano em que a política pode consolidar-se efetivamente como experiência pública (PASSOS e BENEVIDES, 2005).

E SUAS CONEXÕES COM POLÍTICAS SOCIAIS, REDES FRIAS E REDES QUENTES.

Numa Terra global, instala-se um espaço novo de transportes novos, menos puro que misturado, menos liso ou homogêneo que matizado, arlequinado, tigrado, zebrado, em redes múltiplas e interligadas. Através destas redes percolantes novas, prepara-se uma nova ciência e outro habitat, uma cidade nova, um novo universo... Espero para aurora, para amanhã, a passagem, nesta rede, do limiar da percolação. Correrá um fluxo: novos discursos intermináveis, outras tantas narrativas.

Michel Serres

As narrativas que aqui serão compartilhadas foram construídas a partir de conversas feitas em grupo no CMEI e em casas de moradores, e também nas andanças pelo morro, nos convites feitos no horário em que buscavam as crianças no CMEI, durante um café ou um almoço compartilhado. Nesses momentos ressaltei que havia um Forte São João falado pela mídia e pelas políticas governamentais. Forte apresentado de fora, de seu exterior, heterodeclarado. O convite era para falar da vida do Forte a partir de experiências, uma autodeclaração feita por quem cria e habita dia a dia esse território.

Partimos de conversas para construir as narrativas pela delicadeza do que estava sendo proposto. Não partíamos da maquinaria da representação que, como afirma Certeau (1990), opera no sentido de identificar sobras e faltas, adequando pela retirada e pelo acréscimo um território geográfico, existencial, a um modelo, quer pudesse ser esse referencial o morro da violência e do medo descrito pela mídia, quer o do ideal harmônico, outrora produzido para a cidade de Vitória pelo apelido de Cidade-Presépio. Era com a experiência que se obscurece pela maquinaria da representação que queríamos conversar, como fazê-lo? Como ter acesso a essa experiência?

Conversar, essa foi a primeira ideia levantada. Imprecisa, mas que já tocava inicialmente o caminho metodológico que junto ao Forte fomos construindo. A conversa tocava a delicadeza do problema metodológico por ser uma produção provisória e coletiva, em que o entrelaçamento entre as posições de quem fala cria

os individuais, criações de uma comunicação que não pertence a ninguém+ (Certeau, 1990, p. 25). Compomos com a vida no Forte também por meio de conversas que se davam à porta do CMEI, no meio das escadarias, nas varandas das casas, no compartilhar de um café.

Com conversas feitas assim e com os encontros nos grupos, construímos narrativas e é importante aqui sublinhar por que assim chamamos a composição de relatos construída nessa pesquisa que compartilha como é viver no Forte. Para explicitar essa aposta na narratividade, cabe trazermos aqui como se deu a experiência dessa pesquisa na construção de narrativas com a população do Forte São João.

Para o primeiro encontro, foi construído um roteiro²⁵ de perguntas cujo objetivo era disparar o compartilhar de experiências acerca da vida no Forte por seus moradores. Cada pergunta feita deveria, para tanto, ter o cuidado de deslocar respostas que viessem como descrição, solicitando que os moradores contassem experiências que pudessem expressar o que estavam dizendo da vida ali.

Solicitei a cada início de encontro a gravação em áudio dos grupos narrativos, o que sempre foi autorizado. Contudo, o silenciamento quanto a aspectos da vida no Forte também vigorou nos grupos, operando através da explicitação de que contariam algumas histórias e não outras, do pedido de que parte de um material gravado não entrasse no registro da narrativa, e pelo compartilhar ao final de um encontro de situações vivenciadas no Forte que só se deu depois de assegurado que o gravador já havia sido desligado²⁶. Foi combinado com cada novo integrante dos grupos que traria no encontro seguinte um registro do que havia sido compartilhado, sendo que esse registro poderia ser modificado, acrescentado, contrariado a qualquer momento.

Como já enunciado, os moradores foram organizados em dois grupos, um que aconteceria pela manhã, outro pela tarde. No entanto, para o grupo da tarde apenas uma moradora compareceu. Para esse horário convidei os moradores que de algum modo já haviam sido acompanhados pelo CRAS. Ou seja, participaram

²⁵ Em anexo

²⁶ À frente, neste texto, faremos uma análise desse processo de silenciamento em vigência no cotidiano da vida da população do Forte São João.

As oficinas ofertadas pela PNAS. Todos os convidados disseram que iam, e parte deles justificou a ausência posteriormente, inclusive afirmando que poderiam estar presente na semana seguinte quando, contudo, novamente, apenas uma moradora compareceu.

No CRAS, tive a oportunidade de conversar com duas assistentes sociais e a psicóloga do equipamento acerca da relação que a política tem alcançado produzir com a população do Forte São João. Elas contam que são poucos os moradores do Forte que participam dos grupos do CRAS, é mais comum virem para atendimentos emergenciais, como solicitação de cesta básica e vale-transporte. Ponderam que, mesmo conhecendo há mais tempo que outros bairros os demais serviços ofertados pela política de assistência social, basicamente comparecem ao CRAS para requerer benefícios eventuais.

Falam também que não é comum que os moradores neguem quando ofertam a eles a participação em um dos grupos e junto a isso o acompanhamento pelo CRAS. Ao buscar nos prontuários usuários que haviam recusado essa inclusão, de fato tive dificuldade em encontrar algum. Até que percebi nos registros que vários usuários aceitavam a inclusão e, no entanto, não iam sequer à primeira reunião agendada. A explicação dada ao CRAS é que algo acontece (um trabalho, uma consulta médica, uma doença, etc) no dia e na hora do grupo e por isso deixam de ir.

Com o convite para que participassem dos grupos narrativos, esse foi também o movimento feito pelos moradores que já tiveram algum tipo de acompanhamento pelo CRAS. Ninguém negou, no entanto, também, quase ninguém apareceu, e as explicações dadas por quem não veio é a de situações emergentes, enquanto a dada pelos moradores que compareceram é a de acomodação. Na política de assistência social a conjugação da emergência e da acomodação é questão crucial no que tange à defesa e ao norteamento de suas ações.

A PNAS, a fim de se afirmar como política de um Estado de Direito, tenta se diferenciar do assistencialismo a todo tempo. Práticas assistencialistas seriam aquelas marcadas por um caráter de favor, não de direito, e sem potencial de transformação da realidade social de seu beneficiário. Tais práticas teriam como efeito a acomodação da população na situação vivenciada em função de uma

cial sanada. Um dos caminhos, portanto, de distanciar a PNAS de uma prática assistencialista é também evitar atendimentos focados na resolução de questões emergenciais.

Mas a emergência é elemento presente na vida da população do Forte São João. A garantia da manutenção da vida está cotidianamente em questão. Para continuarem a viver, muitas vezes, é preciso lutar todos os dias e estar em alerta permanente para criar estratégias de sobrevivência (SANTOS, 2000). E é preciso tomar cuidado para não incorremos na associação dessa luta à venda de sua mão de obra. Lutar para viver certamente inclui muitos outros elementos. Os verbos da vida não se resumem ao trabalhar. Nesse modo de vida em que a sobrevivência está a todo tempo em jogo produz-se um outro regime de tempo, de curto prazo, de um dia após o outro, uma vida movida nas emergências.

Emergência é substantivo derivado do verbo emergir cujo significado é aparecer, surgir. Emergências são ocorrências incidentais, imprevistas. Mover a vida nas emergências é assim habitar o imprevisível. Santos (2000), referindo-se a esse movimento da vida que se dá no imprevisível, salienta sua necessária flexibilidade e ginga que opera a habilidade para agir no cotidiano, atitude que, segundo o autor, implica uma condição de alerta permanente para estar sempre atento à insurgência do novo.

Contudo, mover a vida nas emergências é também habitar garantias provisórias, pouco estáveis. E se as práticas de assistência que se voltam ao atendimento de situações emergenciais são compreendidas como assistencialistas, a população que garante a vida buscando atender a suas necessidades, ainda que corriqueiras, como situações emergenciais, é identificada pelo viés da acomodação. É acomodada porque parece não intencionar deixar uma existência em que as emergências são corriqueiras.

As narrativas contam que atravessa a vida no Forte São João um julgamento moral quanto a práticas e posturas consideradas como acomodação. Não vir ao grupo narrativo é acomodação, não ir aos grupos da PNAS, da saúde, da habitação, da educação também o é, buscar cestas básicas sem aparentar intenção de deixar de solicitá-las é preferir não receber o peixe. trecho componente das narrativas em que

utilizado com frequência no campo das políticas sócio-assistenciais. O importante não é dar o peixe, mas ensinar a pescar. Esses respingos moralizantes vieram da população e compõem o que construíram como narrativa do Forte São João. São endurecimentos que estão presentes na vida da população do Forte e também no CRAS. No entanto, no CRAS essa recusa aos grupos e requisição recorrente de cesta básica foi trazida pelos profissionais também como produtoras de perguntas para o trabalho ou como variabilidades do campo já acolhidas na constituição das práticas que compõem a operacionalização da PNAS no CRAS de Jucutuquara.

Quando retornei ao CRAS para uma conversa com os profissionais após os grupos narrativos terem acontecido, a fim de trazer-lhes a demanda da população por um encontro onde pudessem discutir a relação que o CRAS tem estabelecido com o Forte São João, perguntaram-me com quem havia conversado no bairro. Contei que nos grupos estiveram moradores com diferentes vínculos com o CRAS e que inclusive participou da pesquisa uma moradora que nunca havia ido ao CRAS, apesar de saber da existência do equipamento. Mas você perguntou a ela por que nunca veio? logo questionaram, interessadas em saber por que razão há moradores que ainda não acessaram o CRAS. Respondi que é dito no Forte São João que só consegue algo no CRAS quem tem renda muito baixa. A família da moradora em questão vive com um salário mínimo e por essa razão já imagina que o CRAS não lhe atenderia e, por isso, não vai.

O contraponto com o assistencialismo pelo qual a política de assistência afirma e sustenta suas práticas atravessa o morro e também o cotidiano de trabalho dos profissionais do CRAS. Quando o trabalho feito por esses profissionais é associado ao viés assistencialista, este é desqualificado e, por essa razão, procuram a todo tempo, mesmo em ações que são factualmente de cunho emergencial, imprimir-lhes um caráter intervencionista, um potencial de transformação de uma dada realidade, ainda que essa seja entendida como de uma história individual. Assim, apesar de o que foi trazido pela usuária possibilitar importantes problematizações da PNAS . como a focalização estreita que invisibiliza precariedades vividas por quem tem

mínimo²⁷ - sua fala foi recebida como uma frustrante constatação de que boa parte dos usuários só vem ao CRAS quando há possibilidade de receber benefícios. Também lamentam que isso possa significar que não divulguem grupos, cursos, oficinas, que falem apenas da cesta básica.

Os profissionais ficam extremamente aborrecidos quando, mesmo oferecendo a usuários outras alternativas, eles falam categoricamente que só estão ali pela cesta básica. Sublinho que existe aí um cuidado para não ter seu trabalho desqualificado. Na conversa com os profissionais surgiu esse receio de estarem produzindo ou alimentando acomodação. Mas há outros elementos do encontro dessa pesquisa com esses profissionais que cabe trazer também aqui, pois evidenciam a pulverização do que orienta suas práticas, mostrando que não se resumem à busca pelo distanciamento do viés assistencialista.

Na primeira subida ao Forte, aquela em que acompanhei as técnicas do CRAS, fomos interpeladas por uma moradora que solicitava que fôssemos visitar sua casa. Para justificar a solicitação, contava que estava precisando de uma cesta básica, mas que, na última vez que havia procurado o CRAS, a concessão da cesta lhe havia sido negada. Enquanto expunha sua situação, questionava também a concessão de cestas para moradores usuários de drogas, que, ao chegar ao morro, a vendiam por R\$10,00 (valor suficiente para a compra de uma pedra de crack . droga muito utilizada na região).

Acompanhei as técnicas a essa visita. Conheceram sua residência e, enquanto a moradora mostrava os cômodos, os profissionais conversavam com ela procurando entender o momento que estavam vivendo e orientando-a a comparecer ao CRAS nesse mesmo dia à tarde, pois seria atendida. A moradora estava preocupada em mostrar que, apesar de possuírem eletrodomésticos novos e terem uma moradia recentemente reformada, seu marido havia perdido o emprego e agora passavam por dificuldades em adquirir alimento suficiente para toda a família. Para isso mostrou às técnicas a dispensa da casa que estava vazia, contando que para resolver a situação já havia pensado em comprar uma das cestas oferecidas pelos

²⁷ Partindo do registro dos grupos narrativos trabalharemos mais adiante nesse texto o cunho focal da PNAS e seus efeitos no cotidiano do Forte São João.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

do. A resposta das profissionais à denúncia feita pela moradora e a sua intenção de comprar a cesta foi a de que ela, como esses moradores, tinha direito ao benefício e, por isso, não precisava pagar por ele, mas deveria ir ao CRAS para recebê-lo.

Há aí uma acolhida a que se atentar. A que intervenção visa à concessão de uma cesta básica a um morador que, se sabe, venderá o benefício para ter recursos com que comprar drogas? Não seria essa concessão também uma prática com caráter assistencialista e, por essa razão, produtora de acomodação? O que leva os profissionais a afirmarem essa concessão como pautada em um direito? Chamo de acolhida o movimento feito por esses profissionais para incluir a solicitação desses moradores entendendo acolhimento como uma postura ética que implica reconhecimento do outro, em uma atitude de inclusão, de abertura à diferença. A cesta básica é benefício justificado pela necessidade, hoje reconhecida como direito de alimentação. A concessão desse benefício tem, portanto, como fim, responder a uma situação onde um indivíduo ou um grupo familiar se vê impossibilitado de garantir a alimentação a seus membros. Com a identificação de que usuários estão desviando o benefício de sua finalidade, uma avaliação moral não recomendaria a ação de vetar-lhes o direito a recebê-lo?

Acontece aí na prática desses profissionais um abandono de uma busca exclusiva de informações prescritas para um acolhimento do que lhe acomete. É uma atenção concentrada, mas não focalizada (KASTRUP, 2009), aberta a acolher e incluir o inesperado. Não se espera que as cestas básicas sejam utilizadas para compra de drogas. O acolhimento, como prática ética deve também ser crítica. É a crítica que define as aberturas do acolhimento, porque é preciso ter cuidado com o que brota, com o possível que se afirma.

Há elementos da vida dessa população que levam os profissionais a incluírem, entre as ações do CRAS, a concessão de cestas básicas a moradores que possivelmente a comercializarão para o uso de drogas. Sabe-se no CRAS que muitos usuários se prostituem e prostituem seus filhos em troca de drogas, e a concessão de cestas básicas a esses usuários é um modo de evitar uma dessas ocorrências; há na inclusão nos grupos e nos atendimentos individuais onde são concedidas as cestas a oportunidade de trabalhar com esses moradores ao invés de afastá-los do acesso

escassez real de alimentos que, a depender da intensidade com que a dependência se coloca num dado momento, pode ser suprida através do benefício. Encaminha-se assim uma resposta ao problema colocado, que não o esgota, mas promove sua inclusão.

Além das práticas mostrarem que o modo como esses profissionais lidam com posturas e contextos que remetem à malfadada acomodação não se resume à atualização de moralizações, houve também na conversa com esses profissionais construções de problemas para o trabalho do CRAS com essa população: Trata-se de uma habituação devido a uma recorrente exclusão pelas políticas públicas? Não dão crédito à política de assistência? A localização do CRAS é um impedimento? Apesar de a distância entre o Forte São João e o CRAS de Jucutuquara ser em quilometragem menor que a entre o Forte São João e o CRAS Centro, este último não teria uma localização mais favorável à participação? Foram perguntas construídas pelos profissionais enquanto falavam sobre a baixa participação de moradores do Forte nos grupos de acompanhamento do CRAS. Problematizações que deslocam do olhar as explicações prontas que categorizam como acomodação o acesso à política de assistência social para o suprimento de demandas emergenciais.

Lembramos que a fala da população acerca desse acesso à política para o suprimento de demandas emergenciais foi carregada de moralizações. E entre as situações que os moradores dizem evidenciar que a acomodação é elemento constituinte da vida no Forte São João está a baixa frequência nos grupos promovidos não apenas pelo CRAS, mas pela Unidade de Saúde, o Projeto Moradia e também pelo CMEI. No falar dessa ausência nos grupos para os que são convidados, outro elemento constituinte da vida no Forte e das relações que configuram com essas políticas se faz ver.

Reuniões com os moradores são com frequência convocadas por diferentes projetos e programas da prefeitura. Todas essas reuniões costumam acontecer no horário de funcionamento dos respectivos equipamentos, com raras exceções. Os grupos assim se voltam para uma parcela da população que não trabalha, já que do contrário a participação fica praticamente inviabilizada. É previsto em cada uma dessas políticas reuniões com a população e, ainda que muitas vezes as questões

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

as se assemelhem, esses encontros são promovidos isoladamente, sobrecarregando e desestimulando seus usuários. São muitos os grupos, são repetitivas as temáticas em discussão e ainda tem a vida pra tocar. Funcionamento fragmentado das políticas sociais que termina por aumentar a distância entre suas ações e o cotidiano da população.

No que tange aos grupos ofertados pela política de assistência ficou também uma indagação que no processo da pesquisa passou a se fazer cogente. O grupo narrativo agendado para a tarde, em que participariam os moradores que em algum momento teriam sido acompanhados pelo CRAS, não aconteceu porque os convidados, apesar de terem afirmado que iriam, não foram. No entanto, quando definimos que nos encontros seguintes todos que quisessem participar estariam em um só grupo cujo encontro seria pela manhã, tivemos a presença de usuários antes convidados para a tarde. Fazer parte de um grupo que acessa a assistência esporádica, emergencial ou mesmo rotineiramente, mas sem inserir-se em seu rol de famílias acompanhadas não seria um modo de recusar assumir uma condição de pobreza, de sentar-se nesse lugar?

Assim foi se dando os intentos dessa pesquisa em encontrar-se com grupos de moradores e construir com eles uma narrativa sobre a vida no Forte São João que emanasse de sua população. No primeiro encontro só compareceram moradores pela manhã e com eles demos início à produção da narrativa. Tentei um segundo agendamento, mantendo ainda os dois horários, afinal, todas as situações relatadas como motivos da falta foram imprevistos que poderiam não ocorrer na semana seguinte. Só vieram moradores ao grupo da manhã, e apenas uma moradora do encontro anterior retornou, todos os demais não haviam podido comparecer na semana precedente e vinham juntar-se ao grupo agora. O que fazer? Como acompanhar esse movimento do campo?

Já tinha em mãos o registro do que havia sido falado no primeiro encontro. A proposta era ler com eles esse registro, acrescentando pontos e trazendo questões que esse primeiro momento havia gerado. Mas era um grupo praticamente novo e fui pega de surpresa por essa variação. Desse modo, defini ali retornar ao roteiro, incluir os pontos que trouxessem no registro e trazer a quem viesse na semana seguinte para validação.

Enas uma moradora para o grupo da tarde, convidei-a para o encontro seguinte pela manhã, abandonando a ideia de um grupo em cada turno. Nesse terceiro encontro novamente o grupo estava formado com mais moradores novos que com moradores que já haviam participado. Havia aí uma nova e importante quebrada a ser feita. Conversar com esses moradores com o suporte do roteiro inicial ou validar com eles o registro dos dois encontros anteriores colocando juntamente as questões daí provenientes? Conversamos sobre essa encruzilhada, sobre o sentido de narrar o Forte que estava ali afirmando e junto ao grupo definimos que como essa narrativa não carecia de uma autoria, mas nossa defesa era de que emanasse da população do Forte, todos os moradores poderiam interferir na sua construção, independente de ter participado desde o primeiro encontro ou não. De fato, manter um mesmo grupo em todos os encontros que pudesse validar o que eles mesmos haviam dito não era elemento importante, porque ao trazer o registro das narrativas para que fosse interferida pelos participantes dos grupos, a preocupação não era verificar se ele era fidedigno ou não, mas disparar processos, eis a razão da aposta na produção de narrativas.

A narratividade não busca uma descrição da realidade que dela se aproxime o máximo possível de modo a legitimar-se pela fidedignidade do que exhibe. A narração, na verdade, nada tem com o *real*, pois cria espaço para a criação. Certeau (1998, p. 153) diz que a narrativa *mais que descrever um golpe*, ela o faz. Ela é um modo de saber, de manipular, de arranjar, de colocar um dito; é ao mesmo tempo uma arte de dizer e uma arte de fazer (Certeau, 1998).

A narrativa carrega também um conteúdo, mas não é a sua veracidade o que lhe importa, antes aquilo que evidencia, mostra, faz ver. Na sua escuta não basta entender o que se diz, é preciso perceber os efeitos que produz, pois a narrativa produz efeitos. Assim, não se trata de entender o que a narrativa quer dizer, importa mesmo é seu efeito, os processos que dispara. A narrativa não é apenas um método de acesso à experiência, ela é experiência; não apenas diz de práticas e movimentos, ela os faz, conhece-os participando de seu processo de produção: *Essa prática discursiva da história é ao mesmo tempo a sua arte e o seu discurso* (Certeau, 1998, p.166).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ria, ela é coletiva, e desse modo não importa que sejam os mesmos participantes a compô-la em todos os grupos narrativos. Se a autoria que lhe damos é a do território que emana, não o fazemos somente para garantir um resguardo ético das ~~identidades~~ dos participantes, mas pela ética de evidenciar seu caráter coletivo, a multiplicidade de vozes que presentes nessas histórias somem quando as coligamos a apenas um sujeito.

(...) na narrativa a autoria se desfaz, pois são compartilhadas narrações que vêm de outros lugares e de outras vozes. Em sua tessitura, os fios que se entrecruzam vêm de histórias diversas, de tempos que se misturam, de rostos sem nome. Desfazendo, portanto, a soberania de um "eu" e de uma identidade, uma vez que ela arrasta para um desapossamento de si (HECKERT, 2004, p. 65).

Portanto, na defesa desse princípio ético o uso da narrativa como ferramenta metodológica também nos é aliada, pois sua composição é sempre múltipla, coletiva. Além disso, ela nos possibilita o deslocamento do já dado, já dito, da paisagem conhecida do que se afirma acerca da pobreza e das políticas de assistência social, podendo contribuir para que conheçamos e compartilhemos composições outras que se dão no encontro entre essa política e a população do bairro Forte São João.

Traremos fragmentos do registro dos grupos narrativos para com eles aqui também conversar. Vale lembrar que se tratando de narrativas é preciso abrir a atenção para além do que é dito, é preciso discernir os processos que se instauram ou se fortalecem no ato de dizer. Narratividade como nosso método e também nossa aposta.

2.1 REDES DE AMIZADE: CRIAÇÃO E VISIBILIZAÇÃO DE UM TERRITÓRIO.

As narrativas construídas para compartilhar a experiência de viver no Forte São João vieram intensamente permeadas de um elemento que aqui nomearemos como Redes de Amizade. Redes de funcionamento complexo, variado, multifacetado. Para

traz redes operadas nas narrativas, lanço mão de ferramentas encontradas nos trabalhos de Teixeira (2003) e Passos e Barros (2004) acerca de redes.

Podemos fazer aproximações entre o conceito de rede formulado por Teixeira (2003) e a rede de funcionamento quente trabalhada por Passos e Barros (2004). De acordo com Teixeira, rede é uma multiplicidade conectada de agenciamentos heterogêneos. Ou seja, rede é um coletivo heterogêneo que se conecta indefinidamente a outros coletivos heterogêneos.

É significativo trazer essa conceituação, pois temos visto, no campo das políticas sociais, uma inflação do discurso sobre rede. Em todas essas abordagens, o conceito de rede passa por uma dada ideia de coletivo que opera o estabelecimento de conversas intersetoriais. Criam-se espaços, encontros, reuniões, chamados de rede em que conversam representantes das diferentes políticas sociais, discutindo casos, apresentando serviços e buscando aproximar ações. São mecanismos importantes e interessantes para operar uma desfragmentação dessas políticas, possibilitando que trabalhem de forma mais integrada. No entanto, é comum vermos nelas uma participação majoritariamente centrada nas chefias, promovendo assim trocas apenas entre iguais, de modo verticalizado (hierárquico) e/ou horizontal (entre grupos/categorias semelhantes).

A rede que Teixeira conceitua é composta de multiplicidades heterogêneas, ou seja, compõe-se com a diferença, por sua vez, a rede quente apresentada por Passos e Benevides é descentralizada, se expandindo também pelo acolhimento ao que é diverso.

Reconhecer especificidades é deslocar-se de centralidades, para uma multiplicidade de centros, que conformam redes, cujos nós disformes/não uniformes são justamente o que as potencializam: diferenças e diversidades reconhecidas como potência (PASCHE E PASSOS, 2008).

Contudo, Passos e Benevides (2004) falam que também há funcionamento frio na rede. De acordo com os autores, redes frias seriam redes que funcionam segundo a axiomática do capitalismo. Ou seja, são redes que operam em função de um centro, anexando e gerindo fluxos, determinando toda variação ao produzir efeitos de homogeneização e equivalência. O funcionamento frio da rede opera na

a captura da diferença de modo a utilizá-la na
alimentação do capital.

A dimensão reticular do capitalismo contemporâneo resulta do modo integrativo, isto é, anexador, como o capital se expande no planeta. Já o esfriamento dessa rede se faz pela presença de um centro que não exerce menos a sua função de segmentação, exploração e segregação apesar de agora ter se virtualizado. É o caráter virtual do centro de gestão dos fluxos do capital que confere ao funcionamento do CMI um aspecto de rede fria. O capitalismo, portanto, vige e insiste apoiando-se nesse centro vazio, ele mesmo invariante e a partir do qual toda variação é "friamente" determinada (BENEVIDES E PASSOS, 2004, p. 169).

A dinâmica da rede quente produz, por sua vez, efeitos de diferenciação, sendo campo de produção de novas formas de existência que resistem à captura equalizadora do capitalismo. O funcionamento quente da rede é uma dimensão descentralizada da experiência. Trata-se de uma experiência acêntrica, não organizada de modo centrípeto e arborescente (que corresponde ao funcionamento frio da rede). É sim experiência de expansão da vida por meio de uma hiperconectividade feita de modo rizomático. Experiência fora dos limites do indivíduo, experiência coletiva²⁸ (PASSOS E BENEVIDES, 2006).

Fui ao Forte com certa expectativa de acompanhar a tessitura de redes quentes no encontro entre a população deste bairro e a política de assistência social. Acompanhei ali redes de funcionamentos quentes e frios cujos nós operavam também conexões com a política de assistência social. Mas outros movimentos da rede se fizeram ver na tessitura das narrativas e a um desses movimentos os moradores procuraram trazer a um primeiro plano . as redes que validamos no grupo nominar Redes de Amizade.

Nas narrativas diz-se que a amizade é a riqueza do morador do Forte São João: %Ter amigos é ter tudo. Pelo menos é ter praticamente tudo com que se pode contar aqui no Forte+. A amizade é contada como o que de mais belo e precioso se encontra por

²⁸ Coletivo aqui não é entendido como soma de indivíduos, mas como campo heterogêneo de diferenciação onde nada é privado, pois nesse campo todas as forças estão disponíveis para experimentação (PASSOS E BARROS, 2004). Assim, não se trata também de oposição indivíduo-sociedade que toma objetos historicamente construídos como naturais, Entendemos coletivo como um plano engendramento e disseminação de seres e de mundos (nunca separados). Não é origem porque coexiste com aquilo que produz, mas é condição para que haja novos engendramentos (ESCÓSSIA E KASTRUP, 2005)

esse lugar boa num sentido que chega a ser difícil de descrever ou explicar. É a experiência da amizade que se compartilha ali o motivo mais forte que apresentam para desejar permanecer vivendo no Forte São João.

Aqui tem tudo, gente ruim e gente boa, mas arrumam-se jeitos de com uns ou outros se entender. Ter amigos é ter tudo, pelo menos é ter praticamente tudo com que se pode contar aqui no Forte. Família se ajuda, mas não é apenas com ela que se conta. Vizinhos também se ajudam, ainda que não se possa contar com todos. E a quem é amigo, quer seja familiar ou vizinho, se ajuda, cuidando dos filhos, comprando algo que está faltando, dando conselhos e até resolvendo problemas juntos. Isso torna a vida no Forte boa, boa num sentido que chega a ser difícil de descrever ou explicar. Não se permanece morando aqui pela impossibilidade de se morar em outro lugar, pois essa experiência é mais forte que momentos de maior riqueza ou pobreza.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Para Ortega (2009), a amizade está voltada para o público, e consiste num fenômeno político. O autor incita a amizade como uma relação que não se volta para a interioridade, mas para fora, no espaço entre os indivíduos e não intraindivíduos, para o mundo que compartilhamos. A amizade como politização da vida. Trata-se de propor uma vida que aceite o novo, o estranho. E ainda mais fundamentalmente, trata-se de participar da dimensão construtiva da existência.

Relações de amizade são linhas que compõem a vida no Forte São João. Ainda que a população do Forte seja formada por grandes grupos familiares, nas narrativas construídas o elemento que com mais evidência trouxeram foram as redes de amizade. Não é que se trate a amizade como algo intrinsecamente bom. Não é esse o tipo de valoração que lhe é dada nas narrativas. Ela não é boa ou má, é necessária. Constituir esses nós é exercício tão fundamental na vida nesse território que no Forte São João a todo tempo se ensina e se aprende como habilmente escapar das armadilhas e tecer essas redes. Aprende-se a reconhecer quando a amizade apresenta-se como agenciamento e quando como captura. Aprende-se a estar atento de modo a perceber isso até no olhar.

Aqui têm pessoas ótimas, pessoas que respeitam, que ajudam e aceitam ser ajudados. Tem gente que parece ser assim, mas não é. Por isso, se ensina e se aprende por aqui a conhecer as pessoas, a saber diferenciar com quem de fato se pode contar e com quem não se deve contar. Se conta com quem é verdadeiro e se aprende a reconhecer isso até no olhar.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

que todos ouviram, aprendendo ou não, é que no e inimigos e é importante saber quem é quem.

Inimigo é quem te leva a perder a vida. Tem que ter astúcia, pois têm inimigos que parecem ser amigos, mas não são. Não se trata de julgar a vida dos outros, mas ensinar estratégias para não perder a sua.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Na narrativa, num primeiro momento, esse exercício apresentou-se como bastante pessoalizado. Era importante saber identificar com *quem* relacionar-se ou não. E o que estava em jogo nessa aprendizagem era a vida, sua defesa. Ainda que nos grupos não tenha ocorrido um completo descolamento da identificação dos sujeitos %amigos+e %inimigos+, no processo narrativo foi possível perceber que ora se dava corpo a esses %inimigos+ e ora não tinha corpo a assumi-los por completo. Eram amigos ao mesmo tempo inimigos, ou inimigos que pareciam ser amigos; não era simplesmente de indivíduos que se tratava, era de movimentos, de práticas que podiam colocar a vida a perder, mas que perigosamente apareciam identificadas a sujeitos.

Há perigo nessa identificação porque tal compreensão pode associar-se a uma ideia de limpeza social, de eliminação dos *inimigos*, o que claramente não extinguiria as capturas de que se quer escapar, apenas as fortaleceriam. Nas narrativas, indivíduos e movimentos se colam, mas nos grupos, em seu jeito de configurar-se, de acolher - o que de forma nenhuma podemos desprezar aqui - apareciam outros modos de lidar com isso. Modos que não baixavam a guarda na briga contra práticas que entendiam conduzir à morte, mas que não as reduziam a indivíduos, acolhendo a multiplicidade que os compõe sem abandoná-los à morte.

O tráfico e o uso de drogas é um exemplo do emaranhado dessas linhas. Não são tomados de forma unificada, não falam disso como algo puramente bom, ou ruim. Ainda que seja comum vermos o tráfico de drogas ocupar o lugar de responsável por todas as mazelas da sociedade ou de agente que supre as ausências do Estado, %protegendo+ moradores dos territórios em que atuam de %perigos externos+, ao narrar o Forte essas produções não ganharam espaço. Pouco foi dito acerca do atravessamento do tráfico na vida do Forte e parte do que falaram não autorizaram que compusesse a narrativa do Forte São João. Pela via do silenciamento falaram do tráfico definidor de regras e condições para ali viver. A violação dessas regras

or e sua família e quando a ordem de saída não é obedecida, em sua morte.

Com o tráfico, em certos momentos, diferencia-se sua prática de quem o pratica. Os meninos são bons, pais de família, crianças aventureiras; mas com o tráfico não se mexe, se ignora, se faz de surdo, cego e mudo como estratégia de viver. Os mesmos meninos que são falados de forma carinhosa, se temem, conhece-se a violência que são capazes de praticar e o medo silencia e paralisa qualquer tipo de ação no sentido de freá-la. E o silenciamento toma a forma de um ensinamento que circula em todo canto para se viver no Forte São João: não se pode falar demais.

Não tem nenhuma regra sobre como viver aqui pra se dar bem com a comunidade, só a de que não pode falar demais, aí você vive tranquilo. Isso é importante: se você ouviu, fingir que não ouviu, porque se você falar demais não tem nem como ficar. Não vi nada. Quem foi? Ué eu tô sabendo lá quem foi. Não mexe com eles que eles não mexem com você. Tem que saber viver, ser discreto. A gente aprende a ser cego, mudo e surdo. Porque se você vir e falar, amanhã você é um presunto. A língua da gente tem que ser presa, porque se a gente soltar, a gente vai pro saco. Não incomoda porque faz parte da nossa vida já.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Além de terem anunciado já no momento dos convites que havia histórias que não iriam contar e de, em alguns momentos, se certificarem de que o gravador estava desligado para falarem sobre situações vivenciadas no morro, durante os grupos aconteceram relatos que, após compartilhados, os moradores solicitavam que não compusessem o registro. Os moradores em todo tempo colocaram limites nessa conversa, limites impostos não só pelo tráfico, também pela polícia, para permanecerem vivendo ali.

Questionei-os sobre esse silenciamento. Perguntei se ter limites impostos acerca do que falar não lhes incomodava. Tive como resposta, essa sim validada para inclusão na narrativa, uma naturalização desses limites: a convivência entre o ser humano requereria tais limites, isso seria saber viver.

A orientação de não falar demais não é só daqui, é de qualquer lugar, isso tem que fazer parte da vida do ser humano para conviver, se você vir alguém fazendo algo errado, você vai sair falando? Tem que saber viver, ser discreto.

rrativos)

Diante da desautorização dos moradores acerca da inclusão no registro de parte da vida no Forte, só trabalharemos aquilo que, por fim, presentificou-se na narrativa e a produção desse silenciamento que a todo tempo se colocou, delimitando o que seria dito ou não da vida no Forte São João. O silenciamento tornou-se no Forte um ensinamento+ imposto e inquestionável. Não tratarmos aqui desse silenciamento, seria reafirmar sua naturalização. Problematizaremos, então, não as histórias que não podem ser contadas, mas a produção do silêncio, o silenciamento das histórias.

O silêncio vinha quando os relatos de algum modo falavam do atravessamento do tráfico e da polícia nas redes que teciam em seu cotidiano. Um silenciamento de guerra. Fazer-se de cego, mudo e surdo para situações ocorrentes e recorrentes no morro é garantir que se possa continuar vivendo ali. As consequências da violação às normas do silêncio são duras e violentas, leis operadas tanto pelo tráfico como pelas forças policiais cuja vigência é tão permanente que a elas se acostuma, tornam-se leis naturais. É um estado de guerra e em tempos de guerra as leis não são aquelas instauradas democraticamente, estas entram em suspensão.

Em nome da Guerra ao Tráfico tem se instaurado no Forte São João e em outros territórios obscurecidos da ilha de Vitória um permanente Estado de Exceção (AGAMBEN, 2004). As políticas de segurança pública se utilizam dessa ideia de guerra ao tráfico e chegam a esses morros matando, invadindo residências, ameaçando e dificultando o trajeto de moradores para, por exemplo, escolas, unidades de saúde e trabalho. E a ação do tráfico em tempos de guerra não é muito diferente. Se há uma prática que se presentifica a cores vivas no morro e se faz ver pela lei corrente do silenciamento é a prática da guerra.

Sua presença se faz ver em todas as redes que no percurso dessa pesquisa se movimentaram. O aviso chegado não se sabe de onde para que o CRAS não subisse nas próximas semanas, o colete com o qual se tentar evitar ser confundido com agentes de um dos variáveis lados da guerra, a necessidade de aprender como se anda nesse território sem deparar-se com trincheiras em ação, o alívio de um retorno e, mais que tudo, a imposição de limites para o que se vê, se ouve, e ainda mais para o que se fala no morro.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

se voltam à parcela da população brasileira que vive em condições de precariedade está fortemente presente a política de segurança pública. Nos centros urbanos, a presença do tráfico de drogas nos territórios em que habitam essa população tem servido para justificar violentas ações policiais. No Forte, a ausência de diferentes políticas sociais se contrapõe à força da presença da política de segurança pública nos seus diferentes vieses. Falo vieses porque o tráfico não é simplesmente o inimigo contra o qual age a política de segurança pública, o tráfico compõe com essa política, é o contraponto necessário à sua operação de guerra, justificando e produzindo-a como necessidade. A presença do tráfico legitima que nesses territórios se aplique violência de forma constante e coordenada. Por isso a Guerra contra o Tráfico não objetiva sua extinção, mas sua gestão (HARDT E NEGRI, 2005).

Para que possa desempenhar este papel social e político fundamental, a guerra deve ser capaz de desempenhar uma função constituinte ou reguladora: terá de tornar-se ao mesmo tempo uma atividade processual e uma atividade reguladora, de ordenação, criando e mantendo hierarquias sociais, uma forma de biopoder voltada para a promoção e regulação da vida social. (HARDT E NEGRI, 2005, p. 44-45)

A Guerra é aí estratégia biopolítica, nos dizeres de Foucault (2008), vale dizer, política que institui uma forma de governo que não apenas controla a população, mas produz e reproduz modos de vida. Guerra que trazendo morte deve, também paradoxalmente, produzir modos de vida (HARDT E NEGRI, 2005). É uma guerra cuja finalidade e legitimidade se estabelece pela manutenção ou recriação de uma dada ordem social que sustenta sua operação, e por isso não tem, como outros modos de guerra, previsão de fim, ela envolve necessariamente o uso contínuo e recorrente da violência.

Qualquer poder militar e/ou policial será investido de legitimidade somente na medida em que se mostrar eficaz na correção de desordens globais . não necessariamente restabelecer a paz, mas manter a ordem (HARDT E NEGRI, 2005).

Na gestão desses territórios pelo Estado de Guerra operam-se limitações e suspensões nas demais políticas. Quando os combates armados acontecem - cujo perigo não é metafórico, mas letal - ou quando estão em alerta de iminência, avisos chegam aos equipamentos, orientando os profissionais a não subirem. A guerra agrava a distância e a ausência de outras políticas nesses territórios, produz o

s, os territórios que os compõem, que fragmenta a cidade, que opera nas pontas sociais contatos passageiros com a população atendida.

Militarização da força policial que coloca em atividade essa guerra. E a ação da polícia em estratégias associadas a práticas de guerra produz não apenas uma identidade criminosa à população que vive em determinados territórios, como provoca a produção de inimizades. Numa guerra é preciso que se estabeleça quem é o inimigo, de que ou de quem o poder nos salva, e se a guerra se volta para os territórios obscurecidos da ilha, dizem que é ali que o inimigo se instaura. Territórios malvistas, poucos vistos, vistos apenas de alguns modos e não de outros, dos quais a distância nos manteria em segurança. A presença do inimigo demonstra a necessidade de segurança+(HARDT E NEGRI, 2005, p. 56).

O termo *inimigo* também aparece na narrativa do Forte São João. A guerra não acontece apenas entre o tráfico e a polícia, ela se pulveriza entre a população, entre os morros, entre os diferentes territórios da cidade. A imposição do silêncio quanto a esse Estado de Guerra no Forte São João se dá como efeito e instrumento, atualizado ali, da produção do medo e da necessidade de segurança que se tem instaurado em nossa sociedade. Se a vigilância e a presença policial são exigidas por parte da população da cidade como meio de sentirem-se seguros, para outra parcela da população a vigilância e a presença policial é o que coloca em ameaça a segurança. Mas o medo e a necessidade de segurança se produzem aqui e ali. E no Forte o mecanismo naturalizado para se sentirem seguros é o silenciamento.

Acerca do uso de drogas, fala-se no Forte que a vinculação com essas práticas tem deixado à mercê da morte muitos moradores. Mais que o uso, a dependência é vista como um perigo. Dependendo de drogas é reduzir a vida a seu consumo, abandonando todos os outros relacionamentos para garantir que a relação com a droga permaneça. Esse caminho é visto como armadilha de fazer morrer.

Tivemos nos grupos uma jovem usuária de drogas que, ao nos ver reunidos no CMEI, pediu para participar. Todos acolheram sua participação. Pareciam querer tê-la junto, estabelecer ou reestabelecer com ela outras vinculações. As falas dessa moradora que davam sua vida como já perdida, eram interpeladas com ofertas de

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

as demais participantes (nesse dia todas as presentes eram mulheres), caminhos para conduzir a vida em linhas que possibilitassem livrar-se da dependência da droga. A jovem relatou como os movimentos que fazia na tentativa de criar outro modo de vida eram acompanhados e apoiados por amigos e vizinhos ali do Forte São João. Nesse momento as falas das demais participantes não vieram compostas por moralizações. Ela tampouco parecia surpreender-se por esse tratamento. Mas em outros encontros, sem sua presença, ao falar sobre a dependência química e as estratégias de obtenção das drogas, termos como *doença* e *saúde* foram os usados para caracterizar essa condição e práticas dela decorrentes.

É preciso advertir sobre o perigo da moralização do usuário de droga que também comparece na vida do Forte São João. Diante da precariedade vivida por todos, a dedicação de tempo e recursos para garantir a droga é vista como reprovável e a punição pedida é a suspensão de direitos. Solicitam maior fiscalização advinda do CRAS, que vejam com que os moradores têm utilizado os benefícios e usem essa informação na definição de quem receberá ou não benefícios da assistência social. A punição não é definida apenas como uma medida de castigo por *maus atos*, mas como possível mecanismo de desestimular e dificultar a compra de drogas.

No entanto, ressalta-se que o perigo na relação com o que no outro é inimigo não impossibilita a convivência. Explicam que essa convivência é construída pela possibilidade de coexistirem no Forte multiplicidades de modos de vida, e que essa diversidade é bem acolhida ali. Contam que há sempre no Forte conselhos, e que esses compõem as redes de amizade. Mas ressaltam que bons conselhos nada têm a ver com falar e julgar a vida alheia, muito menos de intrometer-se nela, isso, diz-se, é perturbação.

Tem diferença entre falar da vida dos outros, se intrometer e dar bons conselhos. Mas tem muita gente pra dar bons conselhos. E esses são dados em família, de pai pra filho e também entre os moradores.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Benjamin (1994) aproxima a arte de narrar da arte de dar conselhos. Para o autor a narrativa tem sempre uma dimensão utilitária. Claro que essa sugestão prática que cada narrativa traz carrega ensinamentos morais e normas de vida, mas o autor

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Conselhos esses componentes não são compartilhados como resposta certa a uma dada pergunta que a vida nos coloca. Não é, como o povo do Forte insistiu em dizer, uma intervenção externa na vida do outro. A arte de dar conselhos aproxima-se da narrativa porque sugere uma continuação a uma história narrada, não provocando ou promovendo seu fechamento. Aconselhar é comunicar experiências, o conselho precisa ser tecido na substância viva da existência para carregar sabedoria (BENJAMIN, 1994).

A comunidade da experiência funda a dimensão prática da narrativa tradicional. Aquele que conta transmite um saber, uma sapiência, que seus ouvintes podem receber com proveito. Sapiência prática, que muitas vezes toma a forma de uma moral, de uma advertência, de um conselho, coisas com que, hoje não sabemos o que fazer, de tão isolados que estamos, cada um em seu mundo particular (GAGNEBIN, 1994, p. 11)

A presença do conselho no Forte possibilita que na coexistência e acolhimento da diversidade não haja simplesmente um isolamento justificado pelo respeito, onde essa multiplicidade é aprisionada em particularidades, ~~%lib~~ liberdades individuais+. No entanto, esse respeito à ~~%vida~~ vida privada+ também comparece nas narrativas, evita-se a perturbação e com isso se enfraquece o conselho como estratégia de criação da vida no Forte. A ideia do respeito, que particulariza a diversidade, tem extraído da arte de aconselhar seu potencial de problematizar e tencionar. Com isso, o conselho tem se esvaziado em sua arte e termina por repetir naturalizações inquestionáveis como a da lei do silêncio.

Mas amigos mesmo como se encontra aqui é difícil achar em outros lugares. E essas amizades constroem esse modo de viver aqui, meio doido, alegre, diferente. Aprende-se e ensina-se também a respeitar.

Um importante conselho que todos ouviram, aprendendo ou não é que no Forte você tem amigos e inimigos e é importante saber quem é quem.

Outra orientação que se sabe em todo canto é que não se pode falar demais, ou que têm histórias que não podem contar.

Somos vizinhos, mas não perturbamos uns aos outros. Cada um vive do jeito que pode viver. E é muito bonito. Se vive como se pode. Se puder ajudar, ajuda.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Conselhos que não perturbam a vida não circulam apenas entre os moradores do Forte São João. Fazem parte também da política social. Ao localizar questões que atravessam a vida dessa população em histórias individuais, as orientações, os

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

o de benefícios conquistados, os debates em grupos, perdem todo potencial de transformação. Esse processo de individualização da vida no Forte se deixa ver paradoxalmente na estratégia dos conselhos, e nisso termina por se articular num funcionamento frio da rede, que captura e localiza movimentos, e que também perpassa a política de assistência social.

Num alinhavo que, ora se conecta de forma quente na rede, ora opera seu resfriamento, as narrativas do Forte insistem em trazer a fabricação cotidiana de uma política de amizade. É através da amizade que os moradores afirmam terem conquistado praticamente tudo o que hoje têm no bairro. Contam histórias como a da obtenção de água nas fontes quando o bairro não tinha abastecimento de água e da construção da estrada que conduz à parte alta do morro. Estrada feita a várias mãos que cavavam, nivelavam a estrada e também cozinhavam feijão.

Entramos em comunidade, fizemos a estrada nova à mão, três a quatro dias de trabalho, nós botamos um carro aqui à mão. As mulheres faziam feijoada para quem estava trabalhando. Fazer uma rua na mão não é fácil não. O que anda aqui no Forte é mais por conta dos moradores.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Nas narrativas que falavam da relação entre os moradores compareciam simultaneamente uma união tão forte que era capaz de fazer uma estrada à mão e uma desunião tão presente que impossibilitava uma efetiva participação nos equipamentos do Estado e nas políticas governamentais. Não se nega uma experiência pela outra, uma e outra acontecem a todo tempo; contam uns com os outros na resolução de questões do cotidiano, mas quando há propostas de dialogar com a máquina do Estado:

Não tem união entre os moradores. Quando tem uma reunião da comunidade, só se concorda ou não concorda, e não se decide nada em comum.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Os moradores explicam essa dificuldade em reunir-se por se configurarem como território que ao mesmo tempo em que é um só . Todo mundo mora no Forte São João+-, é também vários . têm morro de cima, morro do meio, morro de trás, morro de baixo. Territórios onde as pessoas têm cabeças diferentes, uns pensam de um jeito, outros pensam de outro+. A relação entre os moradores, cuja força faz a narrativa sobre o Forte falar e falar de uma mista beleza, não consegue se

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

e que se precisa para estabelecer conversas com a prefeitura e com as políticas de governo que chegam até o bairro. Mas que comunidade é essa que precisa organizar-se para participar da esfera estatal? Será que a coletividade que faz possível e bela a vida ali é a mesma que precisa apresentar-se comunidade numa reunião com a prefeitura?

Depende do lugar onde mora. Todo mundo mora no Forte São João, mas é muito grande o morro Forte São João. Mais pra cima é mais unido, participam mais, no meio é diferente, as pessoas têm cabeças diferentes. Uns pensam de um jeito, outros pensam de outro. As pessoas lá de trás também gostam de participar mais. Eles acreditam mais que algo pode sair, pode acontecer. O povo aqui de baixo é mais desacreditado.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Gottardo (2011), em estudo feito acerca das diferentes formas-comunidades e suas políticas no campo da educação, sublinha que nem sempre os sentidos do constructo comunidade remetem-se ao que é coletivo, público. Analisando recentes trabalhos que discutiam questões referentes à ideia de comunidade, a autora pôde perceber que em muitos momentos esse conceito era instrumento de reiteração das formas produzidas por forças hegemônicas, linhas duras compositoras de redes frias.

Parte dos trabalhos analisados por Gottardo (2011) trazia uma naturalização do termo comunidade como um grupo de pessoas que possuem algum elemento identificador+ (GOTTARDO, 2011, p. 62-63). Essa forma-comunidade se caracteriza por pressupor uma identidade, produto de uma junção por semelhanças e pela configuração de uma unidade. Esse conceito de comunidade reforça semelhanças e é reativa a diferenças, já que a igualdade e a permanência é o que garante seu arranjo. Assim, esse modo comunidade é formado por membros que possuem elementos em comum . como história, cultura, território . e se organizam de modo coeso e consensual, possibilitando sua abordagem como um todo unificado (AGUIAR, 2003).

Esses trabalhos também traziam uma forte vinculação do termo comunidade a um território geográfico. Essa vinculação carrega a ideia de comunidade como um conjunto de pessoas que ocupam um território geográfico e estabelecem relações sociais que partem de um sentimento compartilhado de pertença a um lugar

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

modo-comunidade marcado pela existência de tal vinculação e pertença a um território geográfico que seja capaz de gerar uma convergência de interesses. Forma-comunidade que também é produtora de homogeneização e de recusa à diferença, visto que aquilo que lhe escapa pode ameaçar sua permanência.

Tais noções de comunidade permeiam as diferentes políticas que chegam ao Forte São João. Espera-se estabelecer diálogos com um grupo que esteja de acordo acerca do que se quer para o morro, que compartilhe objetivos, interesses, intenções e que os apresente com clareza de forma a, paulatinamente (e enquanto não chocar com interesses de outros grupos), ter suas expectativas e demandas atendidas. Mas esse funcionamento comunitário não é encontrado no Forte São João e conclui-se com isso que não há nesse território sentimento de pertença por parte dos moradores, há desinteresse, acomodação.

A pessoa lá melhorou de vida um pouco, sai do Forte São João para ir para o Romão ou Cruzamento. Essa é uma prática que a gente vê: %a eu moro no Forte, mas tenho um sonho de melhorar de vida e sair+. Poucos são os moradores do Forte que dizem %eu sou morador do Forte e quero continuar no Forte+.. Não tem situação de pertença, não se sente pertencente àquele lugar.

(Conversa com Profissionais do CRAS)

Quando tem uma reunião de pais e alunos, só aparecem dez pais. As pessoas nessa parte são muito desunidas. Tem que estar todo mundo unido. Depende um do outro, é comunidade, comunidade quer dizer isso.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Mas enquanto a falta de um funcionamento comunidade é diagnosticada por profissionais e moradores, a vida ali conta histórias diferentes. Morar no Forte não é apenas uma condição ou imposição, ainda que nem sempre se possa escolher o lugar onde morar e que haja sim aqueles que só moram ali por não terem condições de morar em outro lugar. A todo tempo na construção da narrativa os moradores afirmavam que tendo a opção de mudar-se de bairro não iriam. Contam que a vida ali é boa, bonita, e que é assim pela relação construída entre a população e é tal experiência que faz com que queiram manter-se ali.

A vida no Forte é muito boa. Gosta-se muito de morar aqui. Principalmente pela população. E a quem é amigo, quer seja familiar ou vizinho, se ajuda,

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

aprendendo algo que está faltando, dando conselhos e
as juntos. Isso torna a vida no Forte boa, boa num
sentido que chega a ser difícil de descrever ou explicar. Não se permanece
morando aqui pela impossibilidade de se morar em outro lugar, pois essa
experiência é mais forte que momentos de maior riqueza ou pobreza.

(Registro dos Grupos Narrativos)

As políticas de comunidade que chegam a esse território não conversam com essa rede porque procuram nela outro funcionamento com que articular-se. Em vários momentos precisei fazer perguntas que me ajudassem a entender como uma população que fala da vida ali como caracterizada pelo compartilhamento e por experiências coletivas, fala também que não há união entre os moradores e que por isso não há ali comunidade: *Tem que estar todo mundo unido. Depende um do outro, é comunidade, comunidade quer dizer isso+. Comunidade como união, como unidade. Pelo funcionamento das relações ali no Forte constituído sua população encontra dificuldade para compor-se nessa fôrma.*

A comunidade com que políticas de assistência, de saúde, de habitação, e mesmo de educação tenta estabelecer diálogo precisa ser coesa e consensual. Trata-se de tornar o sentido de comunidade como uma identidade, algo que transforma o múltiplo em algo passível de ser unificado. Tal modo comunidade esvazia o plano público, pois opera no sentido de tornar o múltiplo, uno, quando para a experimentação do público é preciso abertura à diferença.

É a dimensão coletiva da vida que entendemos como pública. E a construção de políticas públicas se dá nessa dimensão, na devolução dos sujeitos ao plano de produção, ao plano das forças, plano onde sujeito e mundo a todo tempo se constituem (PASSOS E BARROS, 2004). E se é nesse plano que as políticas públicas se criam, é preciso assumir seu caráter permanentemente inventivo, provisório, obra aberta também constituída pela dissolução, para não endurecer-se e perder o movimento. Ginga importante para driblar a rede fria em suas capturas.

Desse modo, é preciso sublinhar, não compreendemos público e estatal como termos coincidentes. Política pública é política dos coletivos, e esse plano público só pode ser construído a partir da experiência concreta dos coletivos de forças sempre em movimento. Construir políticas públicas é apostar no coletivo, uma aposta ética

experimentação de outros modos de vida (MATTEDI, 2011).

Na narrativa produzida com os moradores se conta que a vida no Forte resiste através de redes que funcionam na conexão e abertura às diferenças. Sua operação possibilita que a vida ali escape às localizações, segmentações e demarcações que se intentam a fim de controlar e capturar o que cotidianamente se cria nesse território.

É importante ressaltar que tal resistência tem implicado num distanciamento recorrente dos serviços estatais para com o Forte São João. O morro é falado por moradores e por profissionais desses serviços como um território que sofre abandono por parte do Estado. Não que o Estado não aja cotidianamente ali, ele age e é preciso estar atento também às sutilezas de seu funcionamento, o que acontece é que as políticas sociais, que em nosso país se voltam em especial para populações de baixa-renda, chegam com dificuldade ao bairro, quando chegam.

A população relata que sua dificuldade em assumir a forma-comunidade opera um outro tipo de invisibilização do morro. Não se trata mais de não serem percebidos pela população que não vive em seus contornos, a invisibilidade que se coloca aí é em relação ao poder municipal, que na distribuição de recursos e políticas sociais destina pouco investimento ao bairro. As demandas são antigas e, ainda que variadas, são logo comunicadas pelos moradores. Valorações para cada uma delas são dadas de forma diversificada. Uns acham essencial e primordial uma rua, outros sonham com um CMEI maior, outros querem uma quadra, mas todas são lembradas como demandas da população. A ausência de consenso ou de representatividade tem servido como explicação para que as respostas a essas demandas tardem a chegar à população.

O Forte São João parece não estar na Prefeitura não, não estar inscrito. É como aquelas ruas que não existem na Prefeitura. É só o Romão, o Forte eles pulam, e o Centro da cidade. Quem fala de fora pode pensar que o Forte São João tem privilégio por estar próximo ao centro da cidade, mas não é assim. É como se estivesse fora do mapa. Não olham direito pra gente. A comunidade às vezes é um pouco omissa, falta a gente gritar, ei o Forte tá aqui! Se a gente cobrasse mais, se a gente gritasse mais pelos nossos direitos a gente conseguiria mais. A gente tem se feito invisível. Dois só não dá pra ver, precisa da união dos moradores. Eles estão nos

tem que a gente não tá querendo. No orçamento número de pessoas, e não vai.

O Forte São João na prefeitura está em milésimo lugar. Fora as vantagens que não tem: quadra, CMEI maior, escola mais perto, parque para as crianças. Unidade de Saúde . que aquela unidade ali, nem é do Forte São João mais. Têm as dificuldades que as pessoas passam, por exemplo, os idosos para descer. Se passasse ônibus, se tivesse estrada, se a ambulância subisse. Para os moradores acharem tudo maravilhoso aqui - pra nós não é pedir muito, e pro governo não seria difícil - era termos uma quadra de futebol, uma rua e um CMEI. Desde muito tempo que se diz da quadra, do CMEI, da rua, do ônibus e não acontece... sempre se fala, mas nunca é feito.

Falta tanta coisa que é difícil enumerar. Se faltasse uma coisa só era fácil saber o que é.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Dialogar com uma população através da definição de representantes é procurar imprimir ali um funcionamento que se assemelhe ao da máquina estatal. Requerer consenso é mitigar diferenças, é querer tomar o majoritário como definidor de todo o grupo. Representação e consenso terminam por ser requisitos que funcionam em função de uma adequação às operações estatais, que legitima suas ações através de experiências participativas e as utiliza para manter sua estrutura protegida da contaminação com o que é público.

Quando o povo do Forte fala sobre comunidade, sobre a necessidade de estabelecer uma união que torne sua existência possível, é sobre a comunidade requerida pelo poder municipal que ela discorre. Trata-se de construir uma base popular capaz de legitimar decisões da máquina estatal e garantir sua estabilidade. É arte de interpretar entre os interesses diversos aqueles cujo atendimento não produza rompimentos ou deslocamentos numa certa ordem social e satisfazê-los como da comunidade organizada. A comunidade só é presente, localizável, quando organizada, quando ordenada segundo os moldes estabelecidos, necessários para que a conversa com o poder municipal aconteça. Geralmente tal organização requer a existência de lideranças, representantes capazes de mediar e apaziguar conflitos de interesses.

Temos só a comunidade, a quadra lá embaixo e nossa comunidade;

Mas para melhorar as pessoas precisam se unir. As pessoas precisam participar quando tiver reunião. Precisa também de um bom líder

re lá embaixo, pois quem mora lá não se preocupa
qui em cima não.

(Registro dos Grupos Narrativos)

O centro comunitário, que os moradores chamam de comunidade do bairro Forte São João, fica na rua, na beira do asfalto, ao pé do morro, próximo à Avenida Vitória (onde também fica um Telecentro que em nenhum momento foi referido pela população). Os últimos representantes eleitos também moram lá. Segundo os moradores é um espaço esvaziado, assim como são as reuniões em que a comunidade do Forte São João é convocada a participar pelos diferentes equipamentos públicos que atendem o bairro. Essas organizações comunitárias têm nascido em função da necessidade da população estabelecer diálogo com o Estado e se tornado mecanismos de controle da própria população. Em muitos casos não alcançam ser instrumento de penetração da esfera pública na máquina estatal.

(...) tal conformação política funciona mais como controle social (controle dos aparatos governamentais, midiáticos, da propriedade privada sobre as decisões que incidem na população) do que como controle público (ações de controle da sociedade civil organizada e de caráter popular visando à melhoria da qualidade de vida da maioria da população) (GOTTARDO, 2011).

É tecida no Forte São João uma relação entre sua população que nas narrativas os moradores trataram de ressaltar. Queixavam-se por escutarem seu bairro e a vida que tecem ali sempre falados em associação com a violência e com a falta. Queriam compartilhar outro Forte, invisibilizado por essas falas. Assim, a pergunta mais abrangente que eu fazia, a inicial que disparou as demais conversas . Como é viver no Forte São João? . foi respondida pelos moradores através do compartilhamento de experiências desse elemento de coletividade da vida que tanto afirmam distinguir a vida ali.

Se essa coletividade não se trata de uma política de comunidade conforme preconizada pelas políticas estatais, a que diz respeito? Que política é essa que se forja no cotidiano desses moradores? Em seus relatos fazem referência a essa rede como composta por diferenças, com o cuidado de atentar-se para escapar de acoplamentos que podem gerar morte. Não se trata de excluir sujeitos, deixaram isso bem claro, então entendemos que a atenção ali está colocada para movimentos de morte. Esses movimentos podem ser capturas à fôrma comunidade que numa

a entrada no padrão pobreza- desemprego- exclusão- crime- morte violenta que tanto se fala que caracteriza a vida também no Forte São João.

Tal política assim como não coincide com a fôrma-comunidade de que se utiliza a máquina de Estado, também não diz respeito a uma relação idealizada, a uma vida comunitária que retorna à comunidade perdida+ (NANCY, 2007) onde valores, crenças e posses eram compartilhados numa vida partilhada de perfeita igualdade. Em nenhum momento é isso que se afirma sobre a rede que conecta a vida no Forte. Não se trata, portanto de perfeição, nem de virtude especial. O que essa rede nos comunica, é que há resistência nesse território afirmando modos de vida que destoam, desbotam o que com tanta clareza de cores se pinta sobre a vida ali.

O comum que se produz nessa rede não é o da igualdade, da unidade, mas aquele apontado por Pelbart (2003) como objeto de interesse do capital. O capitalismo carece de alimentar-se desse comum para se manter e se ampliar, pois ou o captura ou por ele sofre ameaça à sua permanência. O autor define comum como a capacidade de comunicar, de relacionar-se, de associar, de cooperar, de compartilhar a memória, de forjar novas conexões e fazer proliferar as redes+(p. 29). A produção de comum é o que Hardt e Negri (2004) chamam de trabalho imaterial. Todo comum é co-produzido, se faz nas relações, nos compartilhamentos. É trabalho imaterial cujo produto é biopolítico, ou seja, cria relações e configura a própria vida social.

É no concreto da experiência que encontramos essa dimensão coletiva, descentralizada, da experiência subjetiva . o plano comum. Plano em que políticas se produzem a partir da experiência, e não de sua idealização; em que os sujeitos protagonizam o engendramento de novas subjetivações. Pensar política pública é construir coletivamente modos de viver em sociedade que partam do concreto da experiência humana.

O modo de produção capitalista, no nosso contemporâneo, tem se caracterizado pela intensificação da produção social da vida, da existência, quer em seu aspecto material, quer imaterial. Tal estratégia fundamenta seu funcionamento na apropriação e extração de uma potência de ilimitação . na capacidade de fazer

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

presentes, constituintes dos territórios existenciais formados e todo um campo de forças disponível em seu entorno. Para se manter, o capitalismo precisa dos bens imateriais, pois é necessário que não haja incompatibilidade entre o que se produz de vida social e a lógica capitalística, e tal lógica para se movimentar sem graves rompimentos carece de apropriar-se de tais invenções (ABBES, 2002).

Essa configuração do capitalismo contemporâneo tem produzido a extenuante conclusão de que nada mais resta fora de sua gestão, tudo foi capturado, já tudo dominado. No entanto (conjunção muito bem vinda após afirmativas como a anterior), como esse movimento é feito a fim de nutrir o capital, ao mesmo tempo em que possibilitou a expansão dos limites do capitalismo, multiplicando-se na imaterialidade, estreitou seu potencial produtivo, tornando-o também dependente da produção social, produção essa da qual ninguém é proprietário, todos participamos da produção social (Hardt e Negri, 2005).

O comum que apostamos é o produto do funcionamento quente da rede, é a abertura à multiplicidade de encontros, de afetações: uma composição que não se faz pela unificação, que não exige a morte de nada que escape, uma composição de diferenças (GOTTARDO, 2011, p.). Essa composição é potente na invenção de novas formas de vida que escapem às modulações capitalísticas. Opera desejando a diferença, esta não entendida como variedade de indivíduos ou de identidades, mas como invenção de novos modos de existência. Produz comum, pois ao invés de estreitar-se, se expande pela conexão à diferença, pela composição de um coletivo por forças distintas que criam arranjos singulares e provisórios, sem por esse funcionamento perder-se na inatividade. Seu movimento é de arranjo e desarranjo, de exercício ininterrupto de reinvenção coletiva (MATTEDI, 2011). Trata-se de afirmar a vida em sua potencialidade de diferir, de recriar-se, produzir-se coletivamente; trata-se de experimentar o público como espaço de invenção coletiva da vida social.

A rede contada na narrativa do Forte São João fala dessa beleza da composição com a diferença, de uma participação compartilhada na criação cotidiana da vida que se experimenta nesse território. Não é comunidade conforme o que se preconiza nas diferentes políticas estatais, e tampouco designam essa experimentação coletiva

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

características em comum, e nem simplesmente de serem todos moradores de um mesmo bairro, mas de terem tecido ali uma vida aberta a encontrar-se com a alteridade²⁹, com a diferença, e por nessa relação serem capazes de agir como uma coletividade.

Procuramos afirmar, assim, uma outra ideia de comunidade, definida pela comunicação de singularidades, pela potência de agremiação sem delimitação espacial ou temporal, pelo encontro que se abre ao outro, à afetação, ao contágio e às novas experiências+(GOTTARDO, 2011).

Essa experiência coletiva que faz referência a uma outra ideia de comunidade é espaço potente de constituição do plano público. Essa outra comunidade entendida como encontro que se opera na abertura à alteridade configura espaço público e político por operar construção coletiva de saberes, de práticas, de sujeitos, de mundo.

Ao contarem nas narrativas acerca dessa rede, os moradores não omitiram as violências, durezas, tristezas, dificuldades que fazem parte também da vida ali. Mas como disso sempre se fala, e não são só eles quem falam - falam mídia, equipamentos públicos, moradores de outros bairros do município - os grupos optaram por trazer para o primeiro plano das narrativas experiências da vida no Forte invisibilizadas pela fala legitimada desses outros canais. E essas experiências contavam essa tessitura cotidiana de uma rede.

A população do Forte, tendo um Centro Comunitário, não tem a comunidade cuja organização é esperada e proposta pelas políticas estatais. E não a tem porque forjaram outro modo de conexão que fragiliza as operações de compor ali tal unidade. É com esse modo comunidade que o poder municipal por meio das diferentes políticas sociais procura estabelecer conexões. E tais conexões buscam compor com o Forte também uma rede, só que esta de funcionamento frio, capaz de unificar, controlar e capturar aquilo que se inventa de vida ali.

²⁹ Alteridade aqui difere da ideia de um %eu+ e um %outro+. Encontrar-se com a alteridade é estranhar-se através do confronto com intolerâncias e indiferenças, é abrir-se ao que difere em mim, e não de mim (MACHADO; LAVRADOR, 2007).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

políticas como malélicas, mas de problematizar suas práticas e direitos. A comunidade que se estabelece na relação instituída entre população e Estado se organiza submetendo-se à hierarquia e à centralidade do estatal. É por isso nó de uma rede fria. Essa outra comunidade que encontramos no Forte forjada como uma rede que conecta, implica e coletiviza a multiplicidade de vida que se constitui ali não é organizada e por essa razão a todo tempo é fugidia, recusando-se a enquadrar-se na fôrma pré-estabelecida, escapando a todo tempo.

Esse caráter fugidio é temível à manutenção de uma ordem que carece de ser exercida de modo hierárquico e centralizado. Ainda que esse exercício de poder se distribua por todo corpo social, organizar o que a vida produz a fim de alimentar o que está estabelecido é primordial para sua permanência. O que escapa reinventa o mundo, fragiliza a ordem, questiona leis, recusa esgotar a vida no que já está como dado. Esse é o potencial disruptivo do público, criar possíveis para inventarmos mundos e modos de existência a todo tempo.

Por ter trabalhado em diferentes CRAS e apostado que nas frestas de uma política em construção como o SUAS era possível compor uma rede de afirmação do público, esperei nessa pesquisa escutar nas narrativas histórias de composições com as políticas e, em especial, com a política de assistência social, que compartilhassem esse tipo de experimentação. Esperava deparar-me com isso a fim de afirmar sua possibilidade e fortalecer movimentos que apontavam a construção do SUAS como espaço de experimentação do público.

No entanto, a rede é mais quente, inventiva, no Forte São João num plano que não compõe com as políticas estatais. Valoriza-se a presença dessas políticas no bairro, mas o modo como as narrativas as apresentam é como serviços que, ora atendem, ora não atendem às necessidades emergentes da vida no Forte. São serviços que de uma forma ou outra chegam à população, mas que não aparecem como participantes da vida ali. A limpeza pública e o CMEI são os serviços que em alguns momentos são apresentados como compõem com a vida no Forte. Todos os demais comparecem como figurações que, em certos momentos e para alguns, estão e, em outros momentos e para outros, não estão, e que nesse movimento pouco compõem com a população do Forte São João.

30% é do que se conta com o governo e 70% dos

Cada um pode contar com aqueles moradores de quem se é amigo ou colega. Pois se for buscar algo do governo, não vai contar com nada. Se um morador passar mal aqui, vão buscar moradores para levar, porque se for ligar para 192 não vai adiantar nada porque eles não sobem o morro.

A gente tem a estrutura da creche. O Forte São João na prefeitura está em milésimo lugar. Fora as vantagens que não tem: quadra, CMEI maior, escola mais perto, parque para as crianças. Unidade de Saúde . que aquela unidade ali, nem é do Forte São João mais. Têm as dificuldades que as pessoas passam, por exemplo, os idosos para descer. Se passasse ônibus, se tivesse estrada, se a ambulância subisse. Para os moradores acharem tudo maravilhoso aqui - pra nós não é pedir muito, e pro governo não seria difícil - era termos uma quadra de futebol, uma rua e um CMEI. Desde muito tempo que se diz da quadra, do CMEI, da rua, do ônibus e não acontece... sempre se fala, mas nunca é feito. Quem quer levar as crianças para brincar tem que ir ao Parque Moscoso, ao Horto. Quem não tem dinheiro pra pagar vai a pé, quem tem vai de ônibus. E se vai para levar as crianças para brincar, ou elas vão ficar presas? Só nosso bairro que não tem esses incentivos, aqui em cima não tem nada disso. A construção da rua é o primeiro passo. Porque talvez saindo a rua podem vir outras coisas, pode vir projeto de balé, outros projetos culturais. Falta tanta coisa que é difícil enumerar. Se faltasse uma coisa só era fácil saber o que é. Só temos o Robson (CMEI), o resto é tudo emprestado. Temos pavor da unidade de saúde. É muito longe, e quando o bebê é gordo? E quando tem dois? Nem dá pra usar carrinho por causa da escadaria.

É importante o CRAS, mas não tem a ver com a vida aqui não.

Não temos nem um projeto para as crianças. A Unidade de Saúde antigamente só atendia o Forte. Agora atende Cruzamento, Ilha de Santa Maria, Jucutuquara. Tudo ali. É do Forte, mas até os moradores do Forte chegarem lá não conseguem ser atendidos. Até descer do morro, o pessoal lá de baixo já chegou lá.

CMEI estar aqui é ótimo, agente de saúde subir ótimo, escola perto é ótimo. A presença dessas políticas ajuda. Porque sem estudo e sem trabalho a gente não é nada. Se a gente não tiver trabalho como a gente vai comer, se não tiver estudo... Tem também o programa Bolsa Família que ajuda muitas famílias. Na Unidade de Saúde está sendo difícil marcar uma especialidade, só consegue de urgência. Mas os profissionais sobem. Tem serviço de limpeza todo dia, de coleta de lixo, da dengue, os enfermeiros que atendem os acamados. Os agentes de saúde às vezes aparecem. A presença desses profissionais no bairro ajuda a vida aqui.

Se uma família tem dois salários mínimos não tem mais direito. Deixa até o povo desorientado.

(Registro dos Grupos Narrativos)

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ão tem a ver com a vida aqui não+. A importância da Política de Assistência Social é referendada pelos moradores através dessa fala e de outras que se colocaram na narrativa, sublinhando que o que hoje se oferta de ações e benefícios pelo CRAS correspondem aos enfrentamentos de sua vida, mas são insuficientes e pouco abrangentes se se considerarem as violações e precariedades que fazem parte do seu cotidiano. Há uma distância entre o trabalho do CRAS e a vida da população do Forte e alguns elementos que compõem a produção dessa distância já apareceram neste texto ao relatarmos como a gestão do trabalho no equipamento e as visitas ao bairro estão se dando.

Outra questão surge aí. Como os processos de autonomia vêm sendo experimentados no CRAS para que seus trabalhadores construam, proponham e conduzam a política de assistência de modo a se aproximar da vida de seus usuários? Acredito que, para as discussões que essa questão aborda, vale fazer aqui uma conversa entre a experiência que vivi nos primeiros anos de implantação desses equipamentos no município e o que foi relatado pelas técnicas com quem conversamos no CRAS de Jucutuquara.

2.2 MODOS DE GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: ABERTURAS E CAPTURAS DE CRIAÇÕES DO COTIDIANO.

Na itinerância de meu primeiro tempo de trabalho no CRAS, pude acompanhar modulações feitas no modo como a PNAS era operacionalizada em cada equipamento. A construção ainda recente da política e um espaço imenso não prescrito de sua operacionalização foi terreno fértil para diversidade de experimentações. Carecia-se de maiores detalhamentos e indicações acerca do trabalho e com o tempo diferentes experiências de cada CRAS foram sendo utilizadas nessas definições.

Cada CRAS organizava os grupos de formas diferentes. Havia, é claro, questões também nisso, em alguns equipamentos as modulações eram feitas muito mais em

ação, em outros acontecia o inverso, em outros era o modo como o coordenador do equipamento pensava a PNAS que deveria organizar o serviço o que vigorava. Mas, também nisso, operava-se com maior liberdade modulações entre a Política de Assistência Social e o território atendido.

A fim de solucionar os problemas decorrentes da falta de prescrições acerca da organização do serviço, experiências dos diferentes equipamentos foram assumindo o lugar de modelo para os demais. A solução proposta e imposta foi, lembro-me bem do termo utilizado à época, %unificar+ através de um modelo o modo de operacionalizar a política em todos os CRAS do município.

Vale ressaltar que havia espaço para discussão desse modelo. Todo início de ano, os coordenadores do CRAS e dos diferentes programas neles em execução dedicavam duas semanas nessa definição. Incluíam-se aí também os temas a serem trabalhados com cada grupo. Funcionamento participativo verticalizado que tinha, ao final, como produto imposições modelares que nada tinham a ver com o cotidiano de nenhum dos equipamentos.

Ressalvamos que mesmo modos verticalizados de administração não conseguem impedir que haja sempre processos de gestão do trabalho operando no cotidiano. E esses modelos não eram exatamente seguidos em cada CRAS. No decorrer do ano, muitos técnicos abandonavam os temas prescritos, variando em meio à multiplicidade de vetores que atravessam o trabalho. Schwartz (2000) afirma que não se deve confundir gestão com administração, pois gestão não é privativa a coordenadores ou especialistas, a gestão se exerce permanentemente. O prescrito nunca alcança dar conta da variabilidade do trabalho e para tanto é preciso geri-lo a todo tempo.

(...) a gestão é atravessada por uma multiplicidade de vetores (saberes, valores, história, normas antecedentes, tecnologias, processos imateriais, etc.) que engendram modos de fazer o trabalho. Rechaçando a ficção da possibilidade de prever o trabalho, conforme o taylorismo ambicionou, e a redução do trabalho à prescrição, Schwartz (2003) sinaliza para o seu caráter inantecipável colocando em cena a criação e recriação permanente de saberes no fazer do trabalho (HECKERT, 2004, p. 152-153).

Para acompanhar e modular-se frente à variabilidade, é preciso gerir tudo que envolve o trabalho, ou seja, não só aquilo que é feito, mas também o que não é

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ega a fazer, o que não se pretende fazer e tanto mais (ATHAYDE E BRITO, 2003). A gestão cotidiana do trabalho exige, portanto, modulações das atividades prescritas, invenção a todo tempo de outros modos de agir. No entanto, a gestão que se dá no cotidiano de trabalho não passa imune das coerções de uma administração piramidal. Administrações centradas na hierarquia constroem e degradam essas modulações.

Nas conversas com os profissionais do CRAS, estes relataram uma distância do território e da vida da população atendida que não se operava apenas na dificuldade encontrada para realizar visitas domiciliares. A organização dos grupos e das temáticas trabalhadas também opera esse distanciamento. Os grupos são organizados em função dos técnicos (os técnicos precisam acompanhar pelo menos um grupo e nele incluem moradores dos diferentes bairros referenciados) e as temáticas são definidas no início do ano e trabalhadas genericamente com todos os grupos.

É misturado, não tem um grupo de um bairro só mais.

Dividido por técnico, são os grupos dos técnicos.

Fica mais em nível geral, pelo menos esses últimos foi mais em nível geral. A gente focou temas como violência, violência doméstica, direitos da criança, autoestima.

(Trabalhadores do CRAS)

Esses modos de funcionamento expressam o funcionamento de uma rede fria compondo o trabalho do CRAS e a política de assistência social que é atualizada com a população do Forte São João. Não que tudo no CRAS opere nessa lógica, a gestão do trabalho ali também se dá num campo de forças em luta, e não há controle que se dê nesse campo de forma absoluta (HECKERT, 2004). Mas é preciso ressaltar que há nesse modo hierárquico de gestão do trabalho da PNAS em Vitória uma absorção pelo Estado das criações e modulações que são feitas no cotidiano dos CRAS.

Passos e Barros (2005, p.569) pontuam que é nesse funcionamento de interiorizar movimentos que o Estado se faz transcendente, naturalizando a necessidade de sua existência como mecanismo de governo. Tal transcendentalização configura a

dimensão da política pública se submete ao Estado, capturando suas conexões e criações. No trabalho com a população, esse funcionamento frio da rede se atualiza no CRAS quando os grupos são organizados e trabalhados partindo de demandas da própria máquina estatal. Com essa operação o CRAS se distancia da vida da população com que trabalha, e no Forte isso se dá de tal forma que passa a não ter nada a ver com a vida ali. A rede fria se estreita, evita aberturas e atravessamentos, fecha-se fazendo emergir sua centralidade, neblinando sua gênese coletiva, separando-o da experiência concreta que configura o que é público.

Com o CMEI a relação estabelecida era outra, ao ponto de, em alguns momentos, ao identificarem que políticas e equipamentos do governo chegavam ao Forte São João, omitirem o CMEI (único equipamento localizado no morro) e falarem dele nos contextos de história do bairro e de seu cotidiano.

Em todos os encontros que fizemos ali levei um lanche para ser compartilhado, já que terminávamos muito próximo da hora em que os participantes costumam almoçar. Com o lanche sujávamos um pouco mesas e chão do CMEI que sempre encontrávamos limpos. Conforme afirmei anteriormente, em todos os encontros as participantes ao terminarem de lanchar limpavam o CMEI. Não era preciso ser dito nada por ninguém. Varriam, catavam as migalhas, organizavam as mesinhas e cadeiras do refeitório. Um cuidado que também envolvia as crianças, que vale também dizer, sentiam-se muito à vontade no espaço e faziam questão de me apresentar os trabalhos expostos e contar-me as novidades daquela semana no CMEI.

Uma relação com o CMEI diferente de tudo que relatavam a respeito dos demais equipamentos da prefeitura. As vezes que perguntei sobre essa relação, os moradores falaram do bom tratamento com as crianças, da confiança estabelecida, da proximidade física e também com seus modos de vida, principalmente após a chegada da nova diretora. O CMEI compõe com as Redes de Amizade relatadas, aparece quando contam a história do Forte, quando o cartografam e isso em diferentes épocas.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

o no morro e não na rua é embate que não se finda, pois sempre existiu a oferta por parte da prefeitura de uma unidade maior, melhor estruturada, mas que seria construída próximo à Avenida Vitória. Esse CMEI na avenida foi construído e, como contam, é mais espaçoso e melhor estruturado. Muitos levaram seus filhos para lá, mas outros fizeram questão de manter suas crianças no CMEI Robson. Brigam pela ampliação do CMEI no morro, promessa sempre presente, mas nunca concretizada. O CMEI é claramente conquista da população e sua manutenção no morro é motivo de peleja perene em que se chocam os interesses da prefeitura e da população do Forte São João, embate que não deixa obscurecer a história de luta que o mantém ali.

O modo de trabalhar da atual diretora fez estreitar essa relação entre CMEI e população do Forte São João. Não há queixas sobre a qualidade do trabalho da gestão anterior, tanto que falam dessa diferença com muito recato e procuram deixar claro que a questão não é desse predicado. O que contam é que a gestão anterior trabalhava por destacar o CMEI da vida no Forte, delineando fronteiras que distanciavam política educacional e Forte São João. Para tanto, recusava, por exemplo, que trabalhassem no CMEI funcionários da prefeitura ou de terceirizadas que morassem no bairro.

A atual gestão, que foi reeleita no período em que realizávamos os grupos, abriu-se à população e com isso conseguiu ampliar as linhas de conexão entre o CMEI e a vida dos moradores do Forte. Enquanto estive no bairro, aconteceram apresentações de dança afro, visita ao circo e outras atividades onde sempre havia moradoras participando junto às professoras. Assim, essa rede tem sido tecida com outros profissionais da escola, não se esgotando na relação com a direção. Uma das cozinheiras foi apontada como alguém que conhecia bem a população e que poderia me ajudar a encontrar os moradores no momento em que estava realizando os convites para a pesquisa e um dos vigias foi desenhado no mapa que os moradores fizeram apresentando o território do Forte São João.

Essas mudanças no modo de gestão do trabalho que provocaram a intensificação da rede entre a população e o CMEI foram compartilhadas com bastante cuidado por um receio de que fossem compreendidas como uma crítica à antiga diretora, quando se tratava de uma avaliação de modos de gestão. Assim, no registro das

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

tamente o que trago aqui. Essa rede foi comunicada no uso do CMEI pela população e no que contavam quando discutiam acerca do processo de eleição da diretora. Mas as narrativas também contam um pouco desse encontro da rede forjada entre a população e o CMEI Robson.

Se tivesse comunicação entre o CRAS e o CMEI seria melhor o trabalho. Porque o CMEI tem Conselho e este poderia ajudar o CRAS na gestão dos benefícios a serem concedidos à população do Forte, ia melhorar a vida dos moradores.

As professoras são boas. Não tem o que falar mal. O CMEI é cedido caso se aprove pelo conselho fazer alguma atividade da comunidade nele. Quando fizeram a creche lá embaixo, muitos foram para lá. Tinha refeitório separado para as crianças menores e para as maiores. Até sobrou vaga. Mas teve quem preferiu deixar porque já tinha confiança.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Existe uma experimentação pública nessa relação que é tecida entre CMEI e população do Forte São João, uma construção coletiva da política de educação infantil que se comunica e se conecta com a experiência concreta da vida no Forte. É no concreto da experiência que encontramos a dimensão coletiva, descentralizada, da experiência subjetiva. o plano comum. Plano onde políticas se produzem a partir da experiência concreta dos homens, e não de sua idealização; onde os sujeitos protagonizam o engendramento de novas subjetivações.

Pontuamos anteriormente que não podia ser desconsiderada a relação tomada quase sempre como natural e sinonímica entre política pública e política estatal. O Estado, ainda que seja uma máquina dita republicana, é reativo e repulsivo diante do que é público. Repulsivo por repelir suas intervenções, os deslocamentos que pode operar em sua função. E é reativo por funcionar no sentido frio da rede interiorizando e submetendo a inventividade do público à lógica capitalística para cuja expansão hegemonicamente trabalha (PASSOS E BENEVIDES, 2005).

É preciso desnaturalizar a redução das políticas públicas ao Estado para não ocuparmos nossos corpos no fortalecimento de uma máquina que opera majoritariamente em função da lógica capitalística. Trabalharmos sim pela expansão do público para dentro e para fora de suas fronteiras, afirmando a experimentação

que outros modos de conjugar os verbos da vida³⁰ possam advir (COIMBRA, 2010).

Vale aqui sublinhar como mecanismos participativos com real abertura ao público e não como meros instrumentos de legitimação do poder estatal podem ser utilizados para contaminar essa máquina das experiências e reivindicações dos usuários. Essa abertura à experiência concreta dos coletivos pode operar nas políticas sua publicização. A participação efetiva de moradores no conselho do CMEI e a vinculação desse conselho com a população faz com que sugiram esse espaço como mecanismo de aproximação entre a distante política de assistência social e o Forte São João. Esses espaços participativos podem constituir grupos sujeito ou grupos sujeitados³¹ (GUATTARI E ROLNIK, 2005) e é preciso estar atento a que movimentos a ocupação desses espaços tem operado.

Acerca das políticas municipais que chegam ao bairro, pouco podemos afirmar sobre as aberturas que oferecem, ou não, às intervenções da população. O que contam da política de saúde diz respeito principalmente à presença/ausência de serviços e crítica a sua qualidade. Com relação à política de moradia, percebemos que se modificou, construindo as casas para famílias em situação de risco agora no bairro quando sempre propunha retirá-los de lá, mas contaram também que os espaços de discussões dessa política, propostos pelo Projeto Moradia, são bastante esvaziados.

Quanto ao CRAS e à política de assistência social, há na gestão dos grupos que ali são formados a expectativa de que se tornem autogestores desde que já tenham assimilado e apreendido normas e regimes de verdades e sejam assim capazes de internamente reproduzir tais regras de vida. Não se trata de abrir-se à vida ali, deixá-la interferir e coproduzir princípios, objetivos e modos de trabalho. Como as resistências são sutis, as tecnologias disciplinares e de controle também se refinam. Não governam demais, mas procuram regular a vida através de regimes de

³⁰ Abbês (2006) se utiliza da expressão % verbos da vida+para sublinhar que é de toda sua dimensão que tratamos: trabalhar, sentir, pensar, estar com o outro, viver, produzir saúde etc.

³¹ O grupo sujeito gere sua relação com as determinações externas e com sua própria lei interna, inventa possíveis. Os grupos sujeitados se apegam à hierarquização conjugando tudo a uma organização que se aparelha a partir de um centro. Seu grau de transversalidade é baixo, tendendo a ser manipulado por regulações externas e dominado por leis internas (GUATTARI E ROLNIK, 2005).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

como despossuída de uma compreensão correta da vida social e trabalham fixando a norma, supervalorizando a virtude do trabalho, buscando a todo tempo reenquadrar à ordem econômica sujeitos que ficaram às suas margens. Nas palavras de Foucault: *“fazendo com que o tempo dos homens, o tempo de sua vida, se transforme em tempo de trabalho; fazendo com que o corpo dos homens se torne força de trabalho”* (FOUCAULT, 1996, p. 119).

Regime de verdades é um conceito de Foucault importante na análise do que se passa entre a política de assistência social e a população do Forte São João. Verdades são produções histórico-sociais que funcionam como dispositivos políticos articulados a uma dada estrutura social e operantes de sua manutenção e ordem (Foucault, 2012). A produção de verdade é, portanto, inscrita em condições políticas, e cada formação social opera seus regimes de verdades.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros. (Foucault, 2012, p. 52).

O saber científico, nos últimos séculos, tem instrumentalizado o regime de verdade em vigor. Sustentado por uma suposta objetividade e neutralidade, o saber científico se legitima como detentor do crivo que distingue que discursos são como ele verdadeiros e que outros são falsos. É pela desqualificação de uns saberes que outros se fazem *“verdadeiros”*. Tal funcionamento é frio por englobar em seus critérios aquilo que lhe escapa, classificando e hierarquizando, produzindo domínio de um saber sobre outros.

*(...) que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem *“é uma ciência?”* Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem *“menorizar”* quando dizem: *“éu que formulo este discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista?”* (FOUCAULT, 2012, p. 269)*

Os regimes de verdade em operação em nossa sociedade atravessam também as práticas de assistência social instrumentalizados pelo discurso científico. São discursos que atravessam o trabalho dos diferentes profissionais, produzem o mandato social de categorias profissionais como as de psicólogo e assistente social que, ocupando o lugar de falas especializadas, assumem a competência de poder dizer ao outro como se deve relacionar, criar os filhos, gerir a vida, cuidar da casa, habitar a cidade. Discursos científicos que, produzidos como mais competentes,

que passam a ser percebidos como incompetentes, numa relação de dominação (COIMBRA, 2002).

(...) esse sentimento de incompetência é ainda reforçado pelo saber que chega aos trabalhadores como algo totalmente fora do seu alcance: desconhecem como ele foi produzido e para que serve. Com isto, estão convencidos que todos aqueles que não tenham informações %competentes+ e %científicas+ não podem expressar suas opiniões, pois estão longe da %verdade+ e, portanto, excluídos social, política e culturalmente (COIMBRA, 2002, p.09)

Por meio dessa desqualificação extrai-se a força dos saberes que se tecem no cotidiano da vida, e que não recebem a certificação científica, estabelecendo um domínio que vemos funcionar no sentido de, ao regular os modos de vida da população, adequar tempos e corpos ao usufruto do aparelho de produção capitalística. Regime de verdade que opera na relação que se tem estabelecido entre a política de assistência social e a vida no Forte. Tal imposição de verdade não se dá sem embate, mas percebemos que discursos que valoram, estabelecem juízos, buscam ordenar a vida de populações dentro de normas pré-estabelecidas, perpassam CRAS e Forte São João.

Se você participar direitinho das reuniões você vai entender a finalidade do CRAS e entrar na linha que ele está indicando. A finalidade é te mostrar que você mesmo pode cuidar de você, que você pode ser independente, mostrar que você tem capacidade de trabalhar, se não tem, de fazer uma oficina, um artesanato. Ensinar a família a crescer.

Mas muita gente não entende isso, tem a mente fechada, e fica acomodada lá dentro, vai por ir, para ter algum benefício. Só que o CRAS é pra mostrar o que a pessoa pode fazer para crescer. Quer pegar a cesta básica toda vida, não quer crescer. Têm uns projetos lá, oficinas de sandália, pano de prato, manicure, cabeleireiro. É pra, quando você estiver parado em casa, aprender como ganhar dinheiro. Mas têm pessoas que preferem já receber o peixe.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Assim, o abandono a que se faz a todo tempo referência quando se coloca em discussão as políticas governamentais para o Forte São João não significa que o Estado esteja ausente de seu cotidiano. O Estado atua também, por exemplo, nessa produção de discursos que buscam normatizar a vida e desqualificar suas criações. E o abandono de que se fala é também um modo de funcionar da política de Estado. Modo de funcionamento para governar misérias admitidas como necessárias (OLIVEIRA, 2010). São políticas que não pretendem governar demais nem pouco

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

o se trata de intervir de modo a sanar desigualdades, mas garantir condições mínimas de gestão da escassez para que a vida se mantenha. E não é da vida que a todo tempo nos referimos aqui que diz respeito, pois a intenção é controlá-la e capturá-la e não expandi-la. Capturar subjetividades, cercear suas criações, adequá-las a normas. É produção de miséria como modo de vida instituído que tenha conservada sua função econômica e comprimido seu potencial político, inventivo.

Funcionamento da máquina de Estado que objetiva um povo %miséria necessária+e que oferta a essa população não mais que o necessário para sobreviver (OLIVEIRA, 2010). Não há justiça equitativa no que chega de políticas sociais no Forte. Elas são sempre insuficientes, atendendo uma parcela mínima dessa população. Mas como essa escassez torna cogente a invenção (SANTOS, 2000), a gestão é sutil, mas cuidadosa e, caso a ameaça seja premente, a política de segurança, a força policial, é acionada indicando os limites em que essas vidas podem e devem se movimentar.

Por essa razão, a vida no Forte, apesar de em alguns momentos parecer invisível ao poder municipal dada a precariedade com que suas políticas chegam à população, é fortemente marcada pela violência policial. O Estado que parece pouco perceber sua existência, mostra-se através da presença da polícia, cujas ações indignam, causam medo e silenciam a população. Tanto que as narrativas nada trazem sobre isso, pois o que contaram a esse respeito nos grupos, como já disse, não teve a autorização dos moradores para fazer parte de sua composição.

Como há pouco acoplamento da vida no Forte com as políticas que a governariam sutilmente por regimes de verdade, sobre essa população recai fortemente o Estado de Guerra. Ele está presente, pronto para anular todo um discurso democrático a fim de garantir a ordem vigente. Quando os dispositivos do governo por regimes de verdade são insuficientes, vemos cotidianamente em nosso país caírem as camuflagens de um Estado Democrático, e vemos desnudo um Estado de Exceção que protagoniza cenas de brutal violência assinadas pela garantia da paz.

Contudo, nem todo esse aparato é capaz de esgotar essas vidas. A precariedade e a violência do que as políticas estatais oferecem a essa população são duras e devem causar indignação. Mas não está tudo dominado, essas vidas têm



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

redes de solidariedade (ARAGÃO, 2001) escape das estratégias de controle e captura de suas existências. Não se trata de solidariedade de cunho neoliberal, em que alguns de boa vontade ajudam a outros que precisam, mas de solidariedade como a prática de assumir como coletivas questões insistentemente alocadas no âmbito individual.

LEZA E A FOCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS

E aquilo que nesse momento se revelará aos povos /
Surpreenderá a todos, não por ser exótico / Mas pelo
fato de poder ter sempre estado oculto / Quando terá
sido o óbvio.

(Um índio - Caetano Veloso)

Experimentar esta pesquisa foi vivenciar um chão que se desfazia, requerendo uma atenção redobrada para conseguir colocar meus pés e minha atenção à disposição de movimentos que afirmavam a vida no Forte em meio ao endurecimento do modo de funcionar da máquina de Estado e da ação governamental. Era preciso não me perder na simples constatação de processos institucionalizados.

Para tanto, foi necessário escutar o que de diverso ao esperado me era apresentado em suas histórias. Suspender a frequência do radar já programada para identificar a presença das conexões e movimentos por que tanto esperava, e consentir que outras ondas chegassem e recombinassem seu funcionamento. Deixar que minha atenção fosse levada pelas narrativas a outros lugares que não aqueles onde já pensava encontrar informações e respostas acerca do campo problemático proposto.

Mais uma vez comparece o convite a abandonar a rua, meu chão, e deixar-me guiar por quebradas desconhecidas que colocavam questões acerca da experiência do público e sua relação com as políticas de assistência social para as quais ainda não havia me atentado. Para ser possível perceber torções onde não esperava, era preciso acompanhar nas narrativas por onde assistência social e população se movimentavam, em que momentos suas conexões reforçavam redes frias e em que outros operavam de modo quente, com abertura às inventividades da vida. Se já não era, nesse momento, a paisagem configurada pelo que a política fala acerca do que diz respeito à vida da população dela usuária o que me guiava, precisava deixar que também a paisagem construída em minha experiência como trabalhadora da assistência se deixasse atravessar por vielas outras, desconhecidas ou nunca devidamente notadas.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

feito pela banca de qualificação. Conduzi-me com a pesquisa até aquele momento traçando conexões entre a população do Forte e a noção de pobreza, tentando fugir de definições *a priori*, mas caindo no discurso hegemônico que desenha um quadro já naturalizado acerca da composição de grupos marginalizados da população brasileira. Categorias como classe, renda, etnia definem e localizam quem seriam os pobres de nosso país e o que viria a ser pobreza. Muito se fala e, quanto mais o faz, mais outras conexões, diversas a essa linearidade determinista, desaparecem, se esfumam.

E o convite foi para deixar de apoiar-me nessa construção que já tem se naturalizado como discurso absoluto que envolve, descreve e categoriza a vida de grande parcela da população brasileira. Outro quadro identitário que invisibiliza outras tantas histórias, experiências, criações. Era preciso criar espaços para que outras configurações invisibilizadas por esse quadro pudessem também falar, trazendo os movimentos que afirmam a multiplicidade da vida num universo comumente apresentado como homogêneo. Essa população chama de pobreza a experiência³² que vive? Trata-se de desnaturalizar a categorização heterodeclarada de suas existências como correspondentes aos atuais conceitos de pobreza, e deslocar a pesquisa desse quadro, conjugando sua construção com autodeclarações³³ da população que possam falar de suas vidas em parâmetros diferentes aos que já se espera encontrar nesses territórios.

Políticas de assistência, segurança alimentar e habitação foram criadas com o enfoque no atendimento de demandas referentes a esses grupos, identificados majoritariamente em função da renda familiar. Também foram aprovados incentivos, como a redução de IPI, para facilitar o acesso desses grupos populacionais a móveis e eletrodomésticos, a fim de manter aquecida a economia em tempos de

³² A experiência, segundo Michel Foucault (2010), é aquilo que nos passa, acontecimentos que nos fazem diferir dos modos de existência constituídos.

³³ Autodeclarações como afirmação autônoma das experiências que compõem suas vidas. Autônoma por implicar a subversão do já criado, de normas e regimes de verdade instituídos e pela criação de espaços para a expressão de outros modos de existência. Segundo Heckert (2004, p. 157) % autonomia remete à capacidade de errância do vivo, de bifurcar, de fabricar desvios, de inverter relações instituídas+. Toda heterodeclaração é, logo, também heteronomia que requer ajustes e adaptações a regulações conferidas por outros (especialistas, ciência, religião, etc.), conformando a vida dentro de limites pré-definidos por regimes de verdade que designam o que pode/não pode, o que é/o que não é (HECKERT, 2004).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

político tem se desenhado assentando-se no direcionamento de políticas sociais a grupos populacionais considerados em situação de pobreza.

O Forte São João é considerado um território de pobreza do município de Vitória. O CRAS deve estar localizado, segundo normatização do SUAS, em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Vulnerabilidade e risco social são conceitos que, apesar de não se restringirem ao conceito de pobreza, são quase sempre usados na PNAS em relação com essa situação/condição social. Assim, a população do Forte é alvo de diferentes políticas sociais, que chegam ainda de forma precária a seu território.

Entre o que é dito da vida neste lugar, afirma-se que sua população é pobre. Acontece que, em tempos de políticas focais, tal afirmação vem acompanhada por todo um conjunto de práticas que apregoam combate à pobreza. Como essa população vive esta rotulação? Se autodeclarariam pobres ou esse é mais um quadro que de tanto falar esconde suas experiências? O que entendem por pobreza e o que os leva a associar ou não sua vida a essa experiência ou a este quadro identitário?

Não podemos esgotar o que é vivido hoje por essa população com a ideia de pobreza desenhada pela história oficial, nem tampouco olhar a assistência social de modo homogeneizante, associando suas práticas à benemerência e ao controle e contenção de uma parcela da população. A assistência aos pobres durante um longo período não foi tarefa de responsabilidade do Estado. Problemas sociais, questão social, o social, a pobreza, sua produção, os sujeitos que dela padecem não são questões naturais, mas se tornaram historicamente objetos naturalizados de intervenção. É preciso deixar de tomá-los como evidência para compreender esse campo em sua historicidade, como uma pluralidade que se constitui e se arranja num dado campo de forças.

ZA E AS ARTES DE GOVERNAR

Neste trecho do trabalho, procuraremos levantar linhas compositoras da produção do social como um dado natural, como objeto de intervenção. Não me atarei aqui a um levantamento histórico das práticas de assistência que se constituíram em nosso país, já feito por tantos estudiosos desse campo. No entanto, elementos que emergem das narrativas fazem necessário trazer neste trecho do trabalho uma análise do campo de produção em que emergem SUAS e PNAS como, respectivamente, sistema e política a regular todas as práticas de assistência social em nosso país.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o público alvo da PNAS são

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade ou risco social+(MDS, 2009, p. 27).

Com a eleição de um público alvo, a PNAS não assume um caráter universal, nascendo já como estratégia política focalizada, ainda que constitucionalmente a assistência social deva ser prestada ~~à~~ quem dela necessitar+(CF, 1988, art. 203). Assim, indivíduos ou famílias que vivam quaisquer das situações acima colocadas, correspondentes ao risco ou à vulnerabilidade social, seriam elegíveis para os programas sócio-assistenciais.

Na identificação de seu público-alvo, a PNAS já apresenta dois conceitos norteadores das ações no campo da assistência social, são eles: vulnerabilidade e risco social. A vulnerabilidade social é entendida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como constituída em situações ou identidades que podem ocasionar exclusão social (MDS, 2004). Tais situações e identidades, de acordo com a PNAS, devem ser compreendidas em sua relação com a pobreza e com o acesso aos direitos sociais e à rede de serviços e políticas públicas, não devendo restringir-se à percepção de pobreza reduzida à insuficiência de recursos financeiros.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Risco é definido nos documentos da PNAS como referente a probabilidade ou iminência de um evento acontecer (SNAS, 2005, p.1). Como tal conceito é demasiado amplo, a PNAS define quais seriam os riscos cuja prevenção ou enfrentamento competiria à Assistência Social, são eles:

- situações de violência intrafamiliar; negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia etc.
- fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, englobando: famílias ou indivíduos em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; afastamento de adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos em instituições de acolhimento; indivíduos dependentes submetidos a privação do convívio comunitário, ainda que residindo com a própria família.
(SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005, p. 1-2).

É possível observar, nesse elencar de riscos, questões que na história recente de nosso país têm deixado de ser entendidas como restritas ao ambiente privado/doméstico e questões acerca do processo de desfiliação que, segundo Castel (1998), autor utilizado neste campo da assistência social, corresponderia à nova questão social por colocar em risco a coesão social. A fragilização de vínculos, que o autor demonstra estar em grande parte relacionada ao aumento do desemprego e com isso de um lugar numa sociedade que se organiza em função do trabalho, define um grande grupo populacional que se torna público alvo da política de assistência social por estar em risco de se desfiliar e com isso de agravar o perigo de ruptura da coesão de nossa sociedade.

Ainda que Castel não defenda que a atual ordem social seja natural ou deva ser eterna, seu trabalho expõe a questão da desintegração social provocada pela instabilidade das situações de trabalho e conclui que caberia ao Estado comandar a manobra e evitar o naufrágio (CASTEL, 1998, p. 611). E o Estado brasileiro tem assumido no texto de sua política de assistência social essa responsabilidade, definindo como alvo das ações dessa política a população que apresenta vínculos familiares ou comunitários fragilizados.

A ideia de risco social não deve também ser naturalizada. Ela se funda no campo de forças em luta que mantém e ameaça a permanência dessa ordem social. Risco de

no se configura esse conceito e que efeitos tem produzido?

Paulo Vaz (2004) propõe que está em operação na atualidade uma passagem da norma ao risco como instrumento de medição a partir do qual a sociedade ocidental define e organiza seus membros, não mais apenas entre normais/anormais, como também pela probabilidade que um dado sujeito ou modo de vida apresenta de passar de um padrão normal para o anormal. A partir disso, a noção de risco deve também possibilitar a definição do que a população deve ou não fazer para se manter ou se tornar adequada ao padrão de normalidade.

O conceito de risco, como dissemos, define o público alvo de várias políticas sociais, inclusive da política de assistência social. Risco como %probabilidade ou iminência de um evento acontecer+(SNAS, 2005), ou seja, é preciso conhecer quais chances e probabilidades tem um dado evento de acontecer, para assim sermos capazes de evitar eventos indesejáveis. Não se sabe se o que se teme irá ou não de fato ocorrer, e assim permanece-se sempre no limiar da possibilidade que pode aumentar e diminuir, mas nunca pode ser afastada definitivamente. Assim, o risco exige uma gestão permanente (VAZ, 2004).

Para a Assistência Social, portanto, a operacionalização do conceito risco exige a definição do conjunto de eventos em relação aos quais lhe compete diretamente desenvolver esforços de prevenção ou de enfrentamento para redução de seus agravos. Em relação a tais eventos é necessário desenvolver estudos que permitam algum tipo de mensuração da sua probabilidade de ocorrência ou de identificação de sua iminência, além de realizar o monitoramento de suas incidências (SNAS, 2005, p. 1).

A noção de risco social neste campo da assistência social deve, portanto, operacionalizar-se por meio da identificação de quais fatores aumentariam a probabilidade de que as situações cuja prevenção ou enfrentamento competiria à Assistência Social viessem a ocorrer. Estudos devem mostrar a relação entre grupos, práticas, hábitos, costumes, culturas, com a incidência dessas ocorrências a serem evitadas. Tais estudos, legitimados pelo saber científico, que como dissemos opera em um regime de verdade, devem indicar tanto em que grupos e práticas o risco de um evento a ser evitado aumenta, quanto delimitar que modos de vida devem ser assumidos por esses grupos para impedir tal ocorrência.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

possível perceber que há solidamente construída a ideia de que pobreza e criminalidade são situações sociais intimamente relacionadas. A pobreza é apontada como um fator que aumenta a probabilidade de um sujeito envolver-se com a criminalidade. Correlaciona-se assim uma pobreza identitária e uma noção de risco naturalizada. Esse é um discurso heterodeclarado acerca da pobreza, que, como dissemos no início deste texto, constrói um quadro identitário que obscurece todas as demais produções que se dão no cotidiano de uma parcela de nossa população.

Não são poucos os livros, os discursos, as reportagens que associam e atribuem, ora condenando (até ao extermínio), ora colocando-se em defesa e justificando, a pobreza como o principal fator motivador da criminalidade. Contudo, o crime não é praticado apenas por quem vive em situação de pobreza e nem se pode afirmar que é mais cometida por esses que por quem tem mais acesso ao que a natureza oferece e/ou a humanidade produz. Ainda que hoje se apresente como verdade quase incontestável, essa ideia de classe perigosa se construiu na história em meio aos riscos que modos de vida oferecem a ordens sociais já bem estabelecidas e favoráveis à dominação de um pequeno grupo social sobre todos os demais. Paradoxo presente no deslocamento feito por Hardt e Negri (2005) nesse conceito de *classes perigosas*, perigo esse já não referente à criminalização ou a práticas imorais, mas ao potencial risco em que colocam a manutenção da ordenação social capitalística.

O termo *classes perigosas* foi cunhado na Inglaterra e utilizado para definir pessoas que, por infrações à lei, já haviam passado pela prisão ou que adquiriam seu sustento e de sua família através de furtos, negando-se ao trabalho (LOBO, 2008). No Brasil, todavia, não foi esse o sentido que adquiriu guarida. Esse termo no Brasil seguiu o modo em que o utilizava Morel (apud LOBO, 2008) ao afirmar que a pobreza tornava o ser humano mais suscetível à degenerescência. Segundo esse autor, na pobreza falta instrução e respeito às convenções sociais e são estas as que servem ao homem como contrapeso aos maus instintos. Sem essa educação e conformação segundo as normas socialmente construídas, estariam esses sujeitos totalmente entregues aos impulsos, e esses os levariam à criminalidade.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

de pobreza teria, conforme estas postulações, uma maior probabilidade, risco, de infringir normas sociais. Tal correlação incita e justifica que ações preventivas sejam feitas em relação a essa população de possíveis infratores, que naturaliza essa condição de risco e a toma como ponto de partida para a construção de políticas. Não é, portanto, contra a lógica capitalista que produz miséria em massa que as políticas que se voltaram para essa população operam, mas contra os riscos naturalizados como inerentes à situação de pobreza.

Rebeldias, resistências e atos desviantes ameaçam a ordem e práticas de controle, vigilância, correção, punição ou captura foram e são utilizadas a fim de comungá-las à norma, alimentar com elas a produção capitalística ou combatê-las considerando-as perniciosas à vida em sociedade. Entre as estratégias utilizadas para esse fim desde os primeiros anos de nossa colonização, figurou a caridade, a filantropia. O modo de operação das organizações filantrópicas, durante muito tempo, deu-se nas propriedades rurais e nas ainda incipientes cidades e vilas, exigindo dos senhores prestações de conta acerca do modo como viviam seus subordinados e se constituindo paulatinamente como um sutil mecanismo de vigilância.

Civilizar essa gente, inseri-la na lógica salarial ou garantir sua permanência à margem, sem que pusessem em risco os contornos de uma organização social que se instituía. Para essa questão que emergia, a repressão policial à vadiagem e as práticas filantrópicas religiosas foram as estratégias que configuraram como modos de controle e assistência à população pobre brasileira (LOBO, 2008). E a população do Forte faz ver como tais mecanismos de controle ainda se fazem vigentes.

Silva (2005) pontua que a ideia de campo social, no qual seria possível operar intervenções, surge quando políticas para esse fim passam a compor a forma de governo de algumas sociedades, e os ~~disfuncionamentos~~ deixam de ser regulados informalmente pelas relações sociais. A invenção do social se dá, então, em meio à criação de uma série de espaços institucionais (asilos, abrigos, hospitais, orfanatos) para assistir e abrigar parcelas da população já não mais suficientemente governadas ou atendidas por essas relações informais. A autora sinaliza que a primeira configuração assumida pelo social (entendido assim como efeito de práticas que se configuraram num espaço de tempo) foi a de assistência aos inaptos ao

os, restando àqueles que recusassem o trabalho, estando aptos para tal, a repressão policial (SILVA, 2005).

O perigo não era apenas o estado de pobreza, mas as transgressões da ordem estabelecida que os pobres poderiam cometer. Por isso, era necessário manter a horda dos desclassificados obediente e ordeira, mediante o controle exercido tanto pelos mecanismos repressivos da legislação (inquisições, devassas, milícias e castigos da prisão, da forca, do suplício e do degredo) quanto pelos instrumentos da caridade (ordens, irmandades com seus asilos e esmolos). (LOBO, 2008, pp. 279)

A pobreza e outros efeitos que a organização da sociedade brasileira na ordem capitalista produziu só vieram a se configurar como uma questão a ser respondida pelo Estado no início do século XX, quando o republicanismo já assumido como forma de governo se mostrou incompatível com o modelo liberal adotado no campo da economia.

Esse hiato entre a organização política e o sistema econômico permite marcar, pela primeira vez com clareza, o lugar do *social*: desdobrar-se nesse entremeio, restaurar ou estabelecer ligações que não obedeçam nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política. O *social* consiste em sistemas de regulações não mercantis instituídos para tentar tapar essa fenda (CASTEL, 1998, p.31).

O republicanismo é fundamentado por ideais iluministas de direitos iguais para todos - ordem essa a ser garantida pelo Estado - e o liberalismo defende a não intervenção do Estado no mercado. Quando o funcionamento do mercado produz a violação do que se afirma como direito, de que modo um Estado Republicano Liberal viria a atuar? O *social* se torna questão, e questão de Estado, na fratura resultante dessa incompatibilidade entre o que apregoa a ordem política republicana e o que produz a ordem econômica liberal (SILVA, 2005).

É nesse rompimento da noção de direito que a questão social emerge como um problema específico a fim de preencher o vazio resultante da fratura entre, de um lado, uma ordem política fundada sobre o reconhecimento dos direitos do cidadão e, de outro, uma ordem econômica que, obedecendo às leis do mercado, revela a trágica inferioridade da condição civil de alguns, exatamente daqueles que se encontravam mais afastados dos meios de produção (SILVA, 2005, p. 22)

Um dos efeitos provocados nessa conexão entre o republicanismo e o *laissez-faire* econômico foi a declaração do trabalho como direito num campo econômico em que ao mercado não interessava a absorção de toda mão de obra disponível; e o Estado que assume o trabalho como direito não pode intervir, pois o liberalismo econômico

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

o Estado no mercado. O que vimos foi então a intensificação da desigualdade social. E é nessa fissura que a pobreza emerge como objeto de intervenção e questão social. Como agir nesse campo com a crescente população que percebe que a igualdade e os direitos proclamados a eles nunca chegam?

Nesse bojo se esboça a segunda configuração do social, não mais estrita à inaptidão para o trabalho, mas atuando em direção a um novo tipo de relação que se estabelecia entre a questão do trabalho e da pobreza (SILVA, 2005). O pauperismo, produzido no avanço da Revolução Industrial, já não era o mesmo atendido pelas Misericórdias nas cidades e vilas deste país. Primeiro pelo seu volume, como já dito, a proporção da produção de riqueza no capitalismo industrial caminhou junto com a de produção de miséria. Segundo, porque se percebiam próximos nessa situação trabalhadores e desempregados. A falta do trabalho já não era compreendida como responsabilidade única de um sujeito e de sua vadiagem, era uma questão tomada para além do indivíduo, e nisso lutas comuns se formavam. Com isso, a precariedade que essa nova organização do trabalho produziu era muito maior em número e também em complexidade para ser atendida unicamente pelas práticas assistenciais já em funcionamento.

Levantes populares (greves, sabotagens, arruaças) expressavam o violento contraste entre o ideário político republicano e a dura realidade vivida pelos trabalhadores absorvidos ou não no período das nascentes indústrias brasileiras. O perigo que tais organizações e ações significavam à garantia dos privilégios da elite brasileira foi um importante fator para que a assistência social entrasse no campo das políticas estatais. Já não bastava a dura disciplina, a constante vigilância e a repressão policial, novas técnicas precisavam entrar em ação, caso contrário, na fissura entre a ordem política e a ordem econômica, formas outras de organização da sociedade poderiam ganhar força.

Os limites a essa exploração eram impostos pela resistência dos trabalhadores com as greves, as paralisações, as sabotagens, os furtos de peças das máquinas, apesar da vigilância despótica da pirâmide hierárquica de olhares (dos gerentes, inspetores, fiscais e contramestres), da aliança com as forças policiais e da severidade dos regulamentos que previam muitas vezes punições humilhantes e regiam, nos mínimos detalhes, o comportamento dos operários dentro e fora da fábrica (LOBO, 2008, p. 234).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

o problema de Estado, começa a se configurar assumindo para si práticas anteriormente já feitas pela caridade religiosa: higienizar o espaço doméstico, interferir nas relações familiares, na educação das crianças, prevenir novas transgressões, tornando naturais as contradições e desigualdades e localizando no indivíduo a responsabilidade por suas mazelas. Nesse momento de entrada da assistência social no conjunto das políticas estatais, soma-se ao discurso religioso que já associava um grupo populacional à pobreza e à imoralidade, as verdades científicas que vinham, não deslocadas do seu campo de produção, tornar em falso, faltoso, carente, seu modo de vida, associando seus hábitos à ignorância e legitimando sua associação ao perigo (LOBO, 2008).

Corpo resistente ao progresso, às luzes da ciência; uma individualidade que, uma vez produzida pela vontade burguesa, teria de ser abundantemente iluminada pelo saber científico até que, cega pela luz exterior, voltasse a vigilância pan-óptica da torre central para o interior de si (LOBO, 2008, p. 235).

Essas práticas e discursos produziram em nosso país a ainda tão presente ideia de que se encontram no indivíduo as razões para as violências que lhe sujeitam, pois é sua miséria moral, é sua resistência em aderir às exigências do progresso que, não só o mantém em sua condição, como atrasa a nação, enfeando e contagiando negativamente toda a sociedade. A culpa pela dureza da vida que vive e pelos problemas que atrapalham o crescimento de todo país seria de caráter individual. Com esse engenhoso entrelace de discursos, é que se justifica a vigilância, ordenação, invasão e a regulação de modos de vida, pois para que possamos como país crescer é preciso que seus habitantes abandonem seus bárbaros costumes e coloquem seus corpos e tempos a serviço do tão sonhado progresso.

O campo de conhecimento das ciências sociais e a profissionalização do serviço social emergem em nosso país também nesse contexto³⁴, criticam as práticas assistenciais existentes, sem método+ou adequada organização+na concessão de benefícios³⁵, e descrevem a pobreza como uma enfermidade do organismo social, um fenômeno natural apenas remediável, mas sem cura (LOBO, 2008). Ou seja, uma questão não a ser mitigada, mas gerida. Caberia ao Estado, então, não a

³⁴ Os primeiros cursos de Sociologia e Serviço Social no Brasil foram criados no mesmo ano, 1933.

³⁵ Nesses primeiros anos circulava de forma emblemática entre os cursos de serviço social a frase: fazer o bem feito+(LOBO, 2008).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

sua administração. Agir sobre ela sem, no entanto, responsabilizar-se por sua produção ou isoladamente por sua assistência. Educar esses corpos, produzir modos de vida adequados à ordem colocada, passava a se tornar cada vez mais como uma necessidade para a manutenção da ordem social instituída.

A política de assistência social se constitui no bojo das artes de governar que operam a gestão dessa população. Para Foucault, a partir do século XVI, a arte de governar passa a ser objeto de preocupação. No período em que os grandes Estados territoriais começam a se instaurar, observa o autor, são escritos uma série de tratados que propõem artes de governar. A preocupação com a questão de como governar emerge sob várias facetas: governo de si (retorno ao estoicismo), governo das almas e das condutas (pela religião), governo dos filhos (pedagogia) e o governo do Estado pelo príncipe (FOUCAULT, 2008, p. 118).

Ao analisar os mecanismos utilizados pelo Estado para governar questões emergentes da vida urbana (como epidemias, fomes, guerras, distribuição demográfica, controle de natalidade, entre outros), Foucault (1985) observa a partir do século XVIII a impressão de uma nova arte de governo. Foucault chama esta nova arte de governar de biopoder, um poder que se exerce sobre a vida.

O poder é entendido por Foucault não como algo que reprime ou proíbe, o poder é produtivo, produz modos de vida, saberes, verdades e assume diferentes configurações no seu exercício. A primeira dessas configurações que o autor apresenta é a que organiza a sociedade de soberania. O soberano exerce seu direito sobre a vida, pela autoridade de fazer uso ou abdicar de seu direito de matar. Marca seu poder sobre a vida por poder exigir a morte. O poder soberano se exerce pelo poder de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida+ (FOUCAULT, 1988, p. 128).

A segunda configuração analisada por Foucault arranja, por sua vez, a sociedade disciplinar. Nessa configuração o poder se exerce sobre o corpo dos indivíduos, buscando normalizá-los e adestrá-los, aumentando sua utilidade econômica e diminuindo sua força política de resistência. O confisco não é mais sua única forma de exercer poder, mas também a incitação, o reforço, o controle, a vigilância, a

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

As forças que lhe são submetidas. Um poder que se destina a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las. Poder que se centra no corpo como máquina, adestrando-o, ampliando suas aptidões, extorquindo suas forças, desenvolvendo sua utilidade/docilidade - anátomo-política do corpo humano (FOUCAULT, 1988).

A terceira configuração é a que o autor observa na análise da gênese dessa nova arte de governar a vida, a biopolítica, que intensifica as tecnologias disciplinares. O poder aí se centra no corpo espécie, intervindo e controlando processos biológicos . bio-política da população. A biopolítica inclui a vida e seus mecanismos como objetos de determinação, gestão e controle (FOUCAULT, 1988). Para tanto, a produção de saberes se torna imprescindível, e saber que se faz conteúdo de um regime de verdades, saber que é agente da operação produtiva do poder.

As artes de governar não prescindem de regimes de verdade e de mecanismos que as sustentem. A biopolítica precisa, em sua operação, de estratégias contínuas de regulação, controle e distribuição dos vivos segundo seu valor e utilidade, qualificando, medindo, avaliando, hierarquizando, distribuindo-os em torno da norma (FOUCAULT, 1988). Se o poder disciplinar para operar carecia de espaços fechados através dos que operar controle e sua capilarização, nas palavras de Pelbart: *“O novo regime de controle em espaço liso e aberto se exerce através de sistemas de comunicação, redes de informação, atividades de enquadramento, e é como que interiorizado e reativado pelos próprios sujeitos”*(PELBART, 2003, p. 81-82).

Foucault (2008) chama de governamentalidade o conjunto de instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos, que possibilitam o exercício do poder que tem por alvo principal a população; a linha de força que produziu, por um lado, aparelhos e estratégias específicas de governo e, por outro, toda uma série de saberes. Governar como *“prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade”*(FOUCAULT, 2010, p.5).

Mas é importante ressaltar que essas diferentes tecnologias do poder (poder soberano, disciplinar, biopoder) não substituem um ao outro, muitas vezes essas operações convivem e se atualizam num mesmo território. Tecnologias de poder que foram indispensáveis ao desenvolvimento do capitalismo: inserção dos corpos ao

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

amento dos fenômenos da população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1988). Vivemos atravessados por vários regimes de poder, o que torna imprescindível que mapeemos em cada situação, equipamento, território, que tecnologia do poder está em funcionamento, para podermos pensar e intervir nesse campo híbrido (OLIVEIRA, 2010).

Foi-lhe necessário tanto o reforço dos corpos quanto sua utilizabilidade e docilidade, foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar forças, aptidões, a vida em geral sem conduto torná-las mais difíceis de sujeitar (FOUCAULT, 1988, p.132).

Segundo Foucault (2008), a governamentalidade biopolítica tem como instrumentos técnicos essenciais dispositivos de segurança: vigilância, normas, regras, saberes, classificações, estratégias de prevenção, contenção e controle. Ou seja, dispositivos que se operam via saberes legitimados e via práticas militares e/ou policiais.

Castel destaca que essa arte de governar pretende, sobretudo, operar seus dispositivos na sustentação de ações preventivas, pautadas na identificação e na gestão de riscos (CASTEL, 1987). A associação que se faz entre diversos fatores que se presentificam em um grupo populacional, que é definido como em situação de pobreza, objetiva as classes perigosas e um campo político que se configurou como um domínio de saber e de intervenção nos disfuncionamentos da sociedade . o social. E a assistência a essa população faz também erigir o campo da assistência social. Campo que é efeito de um conjunto diversificado de práticas organizadas em torno da produção de um grupo populacional que, de acordo com a norma vigente, é carente, necessitada de atendimento, e em risco social (CASTEL, 1998).

Assim, ressaltamos que a assistência social não é uma entidade natural, é sim efeito de diferentes práticas que a configuraram como produção histórica e social. Práticas que, ao mesmo tempo, instrumentalizam e são efeito da lógica biopolítica de governar. As diferentes frentes de ação sócio-assistenciais operam um modo de controle que prescinde a reclusão da população, operando a céu aberto. Opera não apenas por suas práticas, mas pelos discursos que instaura como verdades. E suas práticas e discursos têm servido à responsabilização individual por fracassos e sucessos, à invisibilização dos embates cotidianos pela meritocracia. Por não colocar em questão a produção e gestão de um povo miséria necessária, agindo em função de desgates individuais ou focalizados em grupos familiares, a

localizar em indivíduos a razão das precariedades que enfrentam (OLIVEIRA, 2010).

No entanto, é preciso ressaltar que não foram apenas os interesses em enquadrar, conter e civilizar uma parcela da população que compuseram as práticas de assistência social. É necessário que nos atentemos também a outras produções que se fizeram em seu seio, cuidando para que o acento demasiado nos interesses capitalistas não borre conjugações e proposições outras de mundo que também fazem parte do arranjo de forças que constitui as políticas socioassistenciais, ainda que estas possam nos soar parcas, frágeis e paliativas diante dos nossos anseios de mudança.

Na configuração desse campo estava também a população que percebia comum sua lida e luta e criava redes de solidariedade e enfrentamento, e ainda a articulação dessas redes a esses serviços para garantir a sobrevivência e a afirmação de seus modos de vida. As mutações e deslocamentos que as políticas socioassistenciais compuseram na história também foram traçados por essas linhas. Contudo, mesmos os direitos que foram garantidos com muita luta no campo da assistência social alcançaram apenas possibilitar que populações que vivem violações extremas de direito possam ter acesso a condições mínimas de viver.

A assistência social quando passa a ser assumida em certa medida pelo Estado amplia seu público a fim de impedir que a fissura produzida no embate emergente, especialmente na questão do trabalho, viesse a crescer e tornar incontrollável e irremediável a ruptura com a ordem estabelecida. Educação para o trabalho, produção de sujeitos úteis, adequados, são marcas que ainda se fazem ver nas práticas de assistência social. Para aqueles que insistem na recusa a tal política caberia então a administração da miséria, a coerção e o máximo controle possível de suas vidas, chegando à produção do encarceramento da pobreza³⁶, fenômeno

³⁶ A política de encarceramento da pobreza tem caracterizado Brasil como um dos que mais aprisionam proporcionalmente sua população. Tínhamos, em 2008, 440.013 presos e esse número tem crescido em percentuais que ultrapassam 200% desde 2001. Esse encarceramento ocorre por uma legislação que é voltada especialmente para crimes contra o patrimônio de ricos e classe média e contra o tráfico de drogas no varejo, colocando massivamente jovens pobres no sistema prisional. Há também um fator que agrava esses números que é a prisão ilegal de pobres sem condenação em última instância, nessa prática fica evidente a política de encarceramento dessa população, pois é prática corrente para indivíduos de outras camadas sociais a concessão de *habeas corpus* para aguardar o julgamento em liberdade: quando o presidente do STF, Gilmar Mendes, concedeu dois

nosso olhos. Corpo descartável, perigo social, fardo social, pobreza não são produções sociais que se sucederam na história de uma parcela da população brasileira, elas estiveram presentes na construção de diferentes políticas que já se configuraram em nosso país e ainda hoje atravessam as práticas de atenção a essa população (LOBO, 2008).

Contudo, a entrada da assistência social no Estado não pode ser compreendida simplesmente pelo ângulo da camuflagem e da garantia da manutenção da exploração capitalista. Essa redução escamotearia a diversidade presente na correlação de forças que deslocou (ainda que parcialmente) do plano privado e religioso a assistência social e a colocou como um problema de caráter público-estatal. Há, como já antes dito, presente nesse campo, também a luta da população por direitos e por políticas sociais.

Nos anos 30, período em que um grande número de políticas sociais foi absorvido e criado pela máquina estatal, o Brasil passava pela transição de um sistema agrário-comercial, fortemente dependente do capitalismo internacional, para um sistema urbano-industrial, mais voltado ao mercado interno. O crescimento da população urbana, as condições precárias de trabalho, a visível concentração de renda, a falta de políticas de educação, habitação, saneamento básico e infraestrutura nas cidades aumentaram as tensões nas relações de trabalho e pressionaram o poder estatal. Os movimentos operários agiam no Brasil com frequência crescente e, temendo que provocassem um total desordenamento da sociedade brasileira com ascensão e acirramento desses movimentos a exemplo dos movimentos trabalhistas europeus, o governo Vargas estabeleceu uma série de políticas sociais que visavam obter a adesão dos trabalhadores, sem deixar de atender, no entanto, os interesses da burguesia (BULLA, 2003).

A Assistência aos mais pobres, a partir desse momento, entretanto, era assumida pelos governos caso houvesse vontade, interesse ou pressão política para tal. Com isso abriu-se um campo fértil para que o sentido de bem-estar, de favor, assumisse

habeas corpus ao banqueiro Daniel Dantas em menos de 48 horas, havia 211 mil presos na mesma situação+. (Almeida, 2009).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

), população e políticas assistenciais. Apesar de ser essa política benemerente a que majoritariamente assumiu forma, não era única entre as políticas socioassistenciais. Práticas diversas à hegemônica se constituíram, por exemplo, nos anos 50, quando trabalhadores e agências, privadas ou estatais, de assistência social se articularam com movimentos que nesse tempo se faziam na América Latina. A dependência das nações latino-americanas dos países do capitalismo central e a miséria compartilhada por grande parte de sua população estavam sendo questionadas e bandeiras de luta pela criação de uma ordem social diversa a colocada ganhava forças, inclusive entre grupos da Igreja Católica, intimamente envolvidos e engajados em práticas e serviços socioassistenciais (BULLA, 2003).

Os anos da ditadura militar foram povoados por políticas que reprimiam estas ações, promovendo políticas sociais como mecanismo compensatório às contenções salariais e à expansão capitalista, além de incentivar que organizações da sociedade civil atendessem demandas não assumidas pelo Estado (como habitação popular, cursos profissionalizantes e creches). Tais práticas não eram conduzidas, contudo, sem embate. Uma outra compreensão das questões que perpassavam a vida da população brasileira adveio do estreitamento da relação com outros profissionais da América Latina e junto àquilo que parecia estar homoganeamente a serviço do regime militar, diferentes afirmações criticavam radicalmente o sistema vigente e as formas por ele bem estabelecidas e reguladas de ação nas políticas assistenciais (BULLA, 2003).

Entre os profissionais crescia um sentimento de descontentamento diante da constatação de que os serviços prestados eram incapazes de reverter a crescente produção de pobreza e as demandas disso decorrentes. Com a aproximação a movimentos em curso na América Latina, práticas diversas àquelas já instituídas passaram também a se efetuar. Profissionais da área realizaram experiências significativas de organização comunitária, envolveram-se nas lutas da sociedade brasileira por reformas de base e participaram de movimentos de Educação de Adultos e Cultura Popular (BULLA, 2003).

Com o fim da ditadura militar, um movimento de reconceituação da assistência social ganhou força por meio da crítica a trabalhos de cunho assistencialista. Propunha-se

Assistência social deslocassem seu foco da atenção a necessidades imediatas para uma atuação que fosse capaz de promover alterações efetivas no contexto de vida da população assistida. A luta para que a assistência social passasse a ser reconhecida como direito compunha as mobilizações populares que questionavam o governo ditatorial e reivindicavam eleições diretas. Tais mobilizações ganhavam apoio na sociedade civil de modo que práticas repressivas do governo faziam com que este perdesse o apoio popular. Os trabalhadores exigiam participar dos processos políticos brasileiros, e o governo, com flagrantes problemas de legitimação, foi forçado à abertura, operando-a, no entanto, de forma controlada de modo a não perder com a mudança o direcionamento político já implantado.

A assistência social esteve também na pauta do debate da nova Constituição do país. Com isso, no texto da Constituição brasileira de 1988, a assistência social assumiu novo formato, com proposições como a de universalização da atenção da assistência social, defesa de direitos sociais, descentralização político-administrativa e participação popular. A Constituição de 1988 foi um marco do processo que se vivia de rearticulação política da sociedade civil brasileira. A chamada *Constituição Cidadã*, ampliou as funções do Estado, ampliou direitos sociais, criou mecanismos de participação popular nas atividades estatais, definiu uma grande gama de deveres sociais de sua responsabilidade, e incluiu entre eles as políticas de seguridade social (TESSAROLO E KROLING, 2011).

Os dispositivos inseridos na Constituição de 88 buscavam superar o padrão restritivo de proteção social promovido pelo Estado brasileiro durante o período desenvolvimentista, no qual a inserção social dos indivíduos, seja nos momentos democráticos seja nos autoritários, estava vinculado a sua posição na estrutura produtiva do país e sujeito a práticas clientelistas. Nesse sentido, o modelo de proteção social vislumbrado pela Constituição caracterizou-se pela universalização de direitos sociais, entendida como um conjunto de leis que visava expansão da oferta de serviços e benefícios sociais para toda a população em quantidade e qualidade (TESSAROLO E KROLING, 2011, p. 78).

Apesar do avanço político vivido na década de 80, com o retorno à democracia, aumento da participação social, promulgação de uma nova constituição que, mesmo com grandes limitações, incluiu em seu texto demandas populares, as expectativas quanto à ampliação e aprofundamento da política de assistência social não foram efetivadas. Ainda que no texto constitucional a política de assistência social tenha

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

idade social (saúde, previdência e assistência social) as medidas de ajuste econômico exigidas pelas agências financeiras internacionais conduziram o retraimento da política e seu distanciamento de uma efetiva garantia como direito social.

A universalização de direitos sociais foi, assim, bandeira primordial dos movimentos que alcançaram a formulação da Constituição. A Constituição de 1988 foi promulgada num período em que o papel do Estado na economia, no campo social e na garantia dos direitos trabalhistas estava em questão nos países europeus. Enquanto as primeiras investidas contra as conquistas dos trabalhadores ganhavam força ofensiva e se defendia a implantação de um Estado mínimo na Europa, o Brasil aprovava a nova Constituição, ampliando consideravelmente direitos sociais e políticos. A garantia de mínimos sociais através da oferta de serviços e benefícios de acesso a toda população que deles necessitasse parecia anunciar que essa universalização seria progressivamente conquistada pelo povo brasileiro. Contudo, a ofensiva neoliberal já havia começado há muito tempo em nosso país. O texto constitucional, a despeito dos avanços no que se refere à garantia de direitos, carregava arranjos bem direcionados capazes de evitar que o país se desviasse do caminho de interesse de grupos detentores de capital. Nas palavras de Geisel, uma mudança lenta, gradual e segura (CODATO, 2005, p.94).

Sem uma lei que regulamentasse sua prática, a assistência social permaneceu à mercê da vontade política dos governantes, recebendo frequentemente uma parcela dos recursos públicos insuficiente para execução de qualquer tipo de resposta efetiva às demandas da população. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) só veio a ser promulgada em 1993 e outras regulamentações necessárias a uma efetiva responsabilização do Estado com respeito à política só vieram a ocorrer no governo Lula (2002-2010) com a aprovação da PNAS em 2004, a promulgação da Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-SUAS) em 2005, mas atualizada a cada ano, e da NOB de Recursos Humanos (NOB-RH) promulgada em 2006, e também atualizada anualmente, e finalmente da aprovação da lei que instituiu o SUAS, no governo Dilma Rousseff, em 2011.

O pouco tempo de promulgação dessas normas legais evidencia como este ainda é um campo em construção, onde convivem clientelismos, filantropias, direitos,

cas que buscam imprimir na assistência social seus objetivos. Nesse intuído jogo coexistem também ventos favoráveis à descentralização e à autonomia dos equipamentos locais e a preocupação em dar corpo técnico operacional à política, evitar fragmentações e também o distanciamento da política do espaço que por tanto tempo lutou por ocupar a máquina Estatal.

3.2 E O QUE ESCAPA A ESSA TOTALIZAÇÃO? UMA VIDA...+

Em nosso primeiro pleito eleitoral direto após a ditadura militar, foi a proposta liberal de Fernando Collor de Mello a que vingou. Com o discurso de tirar o país do atraso econômico, Collor venceu a proposta popular-democrática do Partido dos Trabalhadores. O primeiro presidente eleito diretamente pela população brasileira após a ditadura militar não tardou em adotar em nosso país medidas neoliberais. Nos anos 90 o neoliberalismo se intensificou no Brasil, trazendo uma política de destruição dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores.

A política neoliberal é elemento importante de análise da configuração que a política de assistência social tem assumido em nosso país mesmo antes da retomada da democracia. Desse modo, é preciso abordar aqui práticas e efeitos do fenômeno neoliberal. O neoliberalismo nasce na Europa e na América do Norte como uma reação teórica e política ao Estado intervencionista e ao chamado Estado de bem estar social. Funda-se na acusação de que qualquer limitação ao mercado feita pelo Estado é uma séria ameaça à liberdade, não só econômica, mas também política. Com a recessão econômica experimentada por todo o mundo capitalista no pós-guerra as ideias neoliberais passaram a ganhar espaço, direcionando diversos países a conter gastos sociais (ANDERSON, 1995).

Nos anos 70, a maioria dos governos da Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE) passou a aplicar as orientações neoliberais às crises econômicas. Mesmo os governos socialdemocratas adotaram (e muitas vezes de modo ainda mais resolutivo) a dita cartilha neoliberal. O impacto do neoliberalismo já

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

década de 80 sentido na América Latina, na Bolívia e no Chile. NO BRASIL a hiperinflação foi o mecanismo utilizado para legitimar o remédio neoliberal. O terreno para a adoção do neoliberalismo já vinha se desenhando no Brasil desde a década de 60 e 70. O que vimos no final dos anos 80 e início dos anos 90 foi apenas sua legitimação e aprofundamento (ANDERSON, 1995).

Foucault não entende o liberalismo como uma teoria econômica, mas como uma racionalidade governamental que podemos ver também operante no fenômeno neoliberal (VANDRESEN, 2010), e indaga: *Num sistema preocupado com o respeito dos sujeitos de direito e com a liberdade dos indivíduos, como é que o fenômeno população com seus efeitos e seus problemas específicos pode ser levado em conta?* (FOUCAULT, 2008b, p. 431-432). Ao propor analisar o processo pelo qual as questões referentes à população passaram a ser problemas para a prática governamental, Foucault relata que lhe pareceu necessário considerar a racionalidade política em que tal fenômeno se deu e adquiriu intensidade: o liberalismo.

Liberalismo do *laissez-faire*, *laissez-passer*, ou seja, que defende como fundamento que a realidade se desenvolva e se module livremente. Como a técnica política não se descola do jogo de forças que imprime a realidade de uma forma e não de outra, que tem a ver a biopolítica como governamentalidade que se opera em meio ao liberalismo e sua reivindicação de liberdade? Foucault sublinha que o problema é saber se era a liberdade o que efetivamente se buscava na implantação de medidas liberais e observa que o mesmo liberalismo que havia vindicado a liberdade, limitava seu exercício. E aí é que o autor analisa a relação que se dá, no seio do liberalismo, entre liberdade e dispositivos de segurança. A exigência de liberdade no interior das mutações da tecnologia de poder, que vai se configurando como biopoder, é técnica que possibilita e legitima a implantação dos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008b). O liberalismo, que apregoa juridicamente a liberdade do sujeito e economicamente a liberdade do mercado, governa a população por meio de dispositivos de segurança que produzem e controlam modos de vida.

Um dispositivo de segurança só poderá funcionar bem, [...] justamente se lhe for dado certa coisa que é a liberdade, no sentido moderno [que essa palavra]* adquire no século XVIII: não mais as franquias e os privilégios vinculados a uma pessoa, mas a possibilidade de movimento, de

to, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas
T, 2008b, p. 63-44).

Esse liberalismo que, portanto, não se trata em absoluto de uma ideologia, mas de uma tecnologia de poder que opera a gestão da liberdade, compôs os projetos políticos de todos os presidentes eleitos diretamente pelo povo brasileiro depois de 1988, mas já apresentava seus respingos ao final da ditadura militar e na chamada transição democrática (Governo Sarney). Na América Latina, as diretrizes neoliberais foram impostas pelas agências mundiais de financiamento como condição para a renegociação de dívidas externas e legitimadas, como já dito, como único caminho possível para conter a inflação e encaminhar o país de volta ao crescimento. Entre as exigências das orientações neoliberais, que pautavam também os critérios das agências mundiais de financiamento, estava a contenção de gastos públicos, incidindo também na redução do investimento do Estado em políticas sociais.

Collor seguiu uma agenda baseada nas diretrizes neoliberais, apresentado-a como única saída para os males que nos afligiam, em especial, a crescente dívida externa e a grandeza inflacionária. O neoliberalismo no Brasil foi fundamentado e é experimentado como um Estado de exceção econômico, onde tudo é válido se a finalidade é evitar o retorno da inflação, manter a credibilidade internacional e assegurar o crescimento (PAULANI, 2010). No campo social, a agenda neoliberal, baseando-se nesse Estado de exceção econômico, tem transformado políticas que pretendíamos universais em políticas focalizadas. Como efeito disso produz dependência de uma parcela da população ao Estado e a entrega progressiva do restante da população aos caprichos do mercado, no consumo de saúde, de educação, de moradia, da previdência e de outros direitos sociais previstos no texto constitucional (COHN, 2000).

A proteção social brasileira tem se voltado às camadas sociais em situação de maior precariedade e costuma não fazê-lo sem carregar em seu bojo instrumentos de desmobilização, controle e contenção desses grupos. O Estado mínimo não é um Estado fraco, nem ausente; é sim um Estado que se sustenta com políticas sociais precárias e focalizadas e para isso precisa de um forte aparato de manutenção, recebendo suporte dos grupos que detêm o capital.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Henrique Cardoso que o neoliberalismo se consolidou na política econômica brasileira. Em seu governo, Cardoso desenhou e deu efetivamente início às políticas focais. O governo FHC manteve e expandiu a tradição conservadora e clientelista das políticas sociais, procurando retirar do Estado a responsabilidade por sua execução. Com esse fim, criou incentivos para que tal responsabilidade fosse assumida pela sociedade civil criando programas como o Comunidade Solidária³⁷ e o Comunidade Ativa³⁸.

Ainda que a promulgação da LOAS, lei que legitima a Assistência Social e lhe dá um estatuto de política estatal, tenha se dado no governo Itamar Franco, seu governo e o conseguinte de Fernando Henrique Cardoso não promoveram avanços em sua efetivação. A existência da LOAS provocou algumas mudanças no modo de conduzir uma série de políticas no campo da assistência social, mas estas só foram mais bem organizadas posteriormente com a PNAS, que junto com suas principais normativas só foram aprovadas no governo Lula.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva, em seus dois mandatos, estabeleceu parâmetros diferenciados aos trabalhados por FHC sem, entretanto, deixar de cumprir com rigor as orientações das agências financeiras. Boa parte das políticas implementadas em seu governo foram balizadas por essas diretrizes. É também com Lula que as políticas focais se aprofundam por meio da criação de um conjunto de políticas focadas no combate à pobreza, imbrincando-se na lógica neoliberal de forma muito mais complexa e destituindo o Estado paulatinamente da responsabilidade pela universalização de políticas sociais.

Ainda que seja possível observarmos interferências das diretrizes neoliberais no direcionamento da PNAS, essa conquista marca a expressão de outras forças. Há também um embate que se expressa na conquista do SUAS como política de

³⁷ O Programa Comunidade Solidária foi a principal estratégia de combate à fome do governo FHC. Formulado pela equipe do IPEA, norteava-se por quatro princípios: Parceria entre governo e sociedade civil, solidariedade (engajamento voluntário no combate à miséria), descentralização, e integração de ações (TESSAROLO E KROLING, 2011).

³⁸ O Programa Comunidade Solidária foi substituído no segundo mandato de FHC pelo Programa Social Comunidade Ativa (essa substituição já era prevista no programa anterior). A mudança principal percebida é uma busca maior de envolvimento das comunidades e municípios diretamente afetados no combate à pobreza. A principal diferença entre os dois programas era a de que o Comunidade Solidária apresentava um conjunto de ações a serem implementadas pelos municípios, e no Comunidade Ativa tais programas eram construídos com base nas necessidades locais.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

de programa residual. Pesquisadores, líderes comunitários, técnicos e usuários das fragmentárias políticas de assistência social de então participaram de núcleos onde debateram acerca da assistência social como direito e definiram sua afirmação como política que deveria ser pública. Articulações e debates que foram realizados por todo país envolvendo em especial docentes e discentes dos cursos de Serviço Social, servidores da Legião Brasileira de Assistência (LBA³⁹), gestores municipais e estaduais, movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência, dos idosos, das crianças e dos adolescentes, entre outros, geraram documentos, posicionamentos e proposições que se articularam ao movimento constituinte. Esses embates, que adentravam o Estado e procuravam interferir no direcionamento de suas ações, tornaram possível que a assistência social, em 1988, no texto constitucional, fosse reconhecida como direito e passasse a compor o tripé da seguridade social (SPOSATI, 2010).

Nesse embate, no entanto, age também o neoliberalismo como tecnologia de poder que tem operado nos últimos governos brasileiros por meio da focalização das políticas sociais, retirando o caráter universalista que os movimentos sociais tentaram imprimir nos direitos sociais. Ao focalizar a população dita em situação de pobreza é preciso definir o que vem a ser tal conceito. Nessa definição, elementos da experiência da população brasileira são incluídos e outros não o são, de forma a delimitar e com certo grau de objetividade determinar quem seria essa população alvo das políticas sócio-assistenciais. Percebe-se aí a segmentarização da pobreza, criando grupos e subgrupos a partir de categorias, demarcações e fronteiras arbitrariamente estabelecidas. E na criação de categorias, no estabelecimento dessas fronteiras, sempre há experiências que compõem sua formação, mas que não entram na forma instituída. São experiências discrepantes à hegemônica, às ideias tidas como centrais, às marcações que conferem a um segmento uma identidade.

A condição de pobre é definida por uma heterodeclaração e como qualquer heterodeclaração é algo que se diz pautado em regimes de dizibilidade. Deleuze

³⁹ A LBA foi criada em 1942 com a finalidade de prover as necessidades de famílias que tivessem membros engajados na Segunda Guerra Mundial. Mesmo dispondo de técnicos capacitados para o trabalho na assistência social, a presidência da LBA foi sempre ocupada por Primeiras Damas, caracterizando seu direcionamento clientelista, de programa que operava segundo os interesses dos governos vigentes.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

de Foucault, afirma que há duas modalidades de produção de realidades. Na primeira, a produção se dá por práticas centradas no uso de enunciações . regimes de dizibilidade que produzem modos de falar, discursos, verdades; na segunda, por ações mudas envolvendo corpos e coisas . regimes de visibilidade que criam modos de ver e fazer ver. Deleuze aponta como regimes de dizibilidade e visibilidade se conformam a cada formação histórica, agindo mutuamente na construção de saberes, discursos, subjetivações e objetivações; linguagem que articulada a práticas instaura realidades.

Regimes de dizibilidade e de visibilidade que produzem o objeto pobreza de forma homogeneizante. Tanto que é preciso estabelecer um corte étnico, de renda ou territorial que traduza a natureza e a suposta essência da pobreza. Não pressupomos a existência de tal essência ou natureza, ou seja, não tomamos a pobreza por objeto natural. Tal objetivação é efeito de práticas que se configuram num campo de forças político, econômico e social. Logo, não existe a pobreza como unidade, tal constituição que se faz ver e falar (nesses regimes de visibilidade e dizibilidade) opera sua naturalização e totalização que se imprime pela definição de um todo homogêneo. Políticas direcionadas a esse todo homogêneo, heterodeclarado, produzido como unidade natural serão sempre, assim, heteropropostas, heteronomias, políticas que impõem exteriormente leis, discursos, verdades, pois toda totalização requer a sujeição de toda variação. Produzem-se assim políticas tutelares. E o que escapa a essa totalização? Nas palavras de Deleuze (1997) %Uma vida...+

Importante sublinhar que não estamos aqui dizendo que não existe desigualdade, nem tampouco pretendemos colocar em segundo plano essa produção de iniquidade. Tais questões, violentos efeitos do modo capitalista de produção, são, contudo, evidências das quais se parte para produzir tais totalizações. Veyne (1998) aponta que só a ilusão de um objeto natural pode criar a impressão de uma unidade. Ao direcionar o olhar para objetos ilusoriamente naturais, perdem-se de vista as práticas que os forjaram.

Como toda categoria, a de pobreza é restrita, tem fronteiras das quais muito sempre lhe escapa. As fronteiras estabelecidas para esse conceito nas políticas focais brasileiras têm o objetivo de definir que grupo seria delas beneficiário. Com isso, o

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

or identificar, em especial através da renda, um grupo que pela precariedade econômica não tem condições de ter garantidas suas necessidades básicas.

Tomamos aqui a referência constitucional (Constituição Federal, capítulo II, Artigo 7º, inciso IV⁴⁰) do que viriam a ser necessidades básicas de modo a apresentar um parâmetro que nos possibilite perceber a arbitrariedade do conceito de pobreza trabalhado pela PNAS, que nega inclusive aspectos já reconhecidos constitucionalmente. É claro que também essa definição de necessidades básicas é limitada diante da magnitude da vida humana, mas a utilizamos aqui para avaliarmos como num mesmo âmbito de discurso, o Estatal, o conceito de pobreza das políticas focais nega direitos já conquistados.

Pelo critério ou pela fronteira da renda são definidas que famílias brasileiras serão público-alvo de compensações parciais dos profundos estragos gerados e mantidos por políticas econômicas a serviço do capital. Todos os demais, não localizados dentro das fronteiras da pobreza, são colocados à mercê do mercado, tendo suas necessidades atribuídas à presença ou ausência de competências individuais, como se não tivessem suas vidas também lesadas pela exploração capitalista. O texto da PNAS problematiza a focalização apenas em seu sentido de direcionamento da política a segmentos como, idosos, crianças, deficientes, propondo como instrumentos para sua superação a centralidade da família como alvo das políticas sócio-assistenciais e a operacionalização da política de assistência social em rede, numa ação integrada e articulada entre os seus níveis de complexidade, e as demais políticas sociais (MDS, 2004).

A PNAS assumiu famílias como foco principal de atendimento e proteção e suas ações se voltam prioritariamente a seu fortalecimento. Tal escolha corresponde ao que é nominado pela política de matricialidade familiar. Essa definição é efeito de um intrincado jogo, de uma rede de práticas que se entrecruzam deslocando a focalização de grupos etários para o grupo familiar. Donzelot (1986) destaca que a

⁴⁰ Define: salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

mesmo tempo como sujeito e objeto de governo, constituir a menor unidade política possível, pois em seu interior há relações de dependência em que seus membros devem obrigação ao chefe de família, que, por sua vez, responde por seus membros aos aparelhos centrais de governo. A família é assim utilizada e configurada como instrumento de organização social e governo e a não vinculação em um núcleo familiar termina por colocar um problema para a ordem pública, perturbando pela não inserção nesse sistema de proteções e obrigações (OLIVEIRA, 2010).

Essa inscrição direta da família do Antigo Regime no campo político tem duas consequências no que diz respeito ao exercício do poder social. Em relação aos aparelhos centrais, o chefe de família responde por seus membros. Contra a proteção e o reconhecimento da situação de que se beneficia, ele deve garantir a fidelidade à ordem pública daqueles que dela fazem parte; deve também fornecer uma contribuição em imposto, em trabalho (corveias) e em homens (milícias). Daí decorre que a não pertinência a uma família, a ausência, portanto, de um responsável sociopolítico coloca um problema de ordem pública. É o nível das pessoas sem fé, sem eira, nem beira, mendigos e vagabundos que, por não estarem em nada ligados ao aparelho social, desempenham o papel de perturbadores nesse sistema das proteções e obrigações. Ninguém para suprir suas necessidades mas, também, ninguém para retê-los nos limites da ordem (...) Isto tudo se passa segundo um esquema de colaboração muito simples, o Estado diz às famílias: mantende vossa gente nas regras da obediência às nossas exigências, com o que, podereis fazer deles o uso que vos convier e, se eles transgredirem vossas injunções, nós vos forneceremos o apoio necessário para chamá-los à ordem (DONZELOT, 1986, p. 45-46).

Por que esse investimento na vida familiar? A PNAS, em seu texto, explica a focalização na família pelo reconhecimento de sua importância na vida social. Importância essa esclarecida em função da responsabilidade dos grupos familiares em prevenir, proteger, promover e incluir seus membros+ (MDS, 2004, p. 41). Por outro lado, o modelo familiar patriarcal em que se fundava essa colaboração entre Estado e chefes de famílias no antigo regime tem se transformado em meio a mudanças da organização do trabalho, da vida reprodutiva e de valores sociais. A variedade de arranjos familiares⁴¹ é acolhida pela PNAS não como uma desestruturação do modelo, mas como formações contemporâneas desse grupo relacional. De princípio não as consideram boas ou más, contudo afirmam que essas transformações desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares

⁴¹ A fim de acolher essa variedade a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) conceitua família como um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços cosanguíneos, afetivos, e, ou, de solidariedade+ (MDS, 2004, p. 41).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

famílias mais vulneráveis+(MDS, 2004, p. 42). Ou seja, percebe-se nessas transformações uma ameaça à família como princípio organizador da sociedade, anunciam o perigo desse rompimento e a necessidade de operar a gestão dessas variações.

A criação do SUAS teve por objetivo suplantando o que antes eram ações fragmentadas e pontuais, organizando e padronizando as ações no campo de assistência. Sua ordenação pretendeu a descentralização dos serviços, possibilitando sua oferta em locais próximos às moradias das famílias. A política de assistência social é organizada em níveis de complexidade, sendo a atenção básica a responsável pela prevenção de situações de vulnerabilidade e pela promoção de indivíduos, famílias e comunidades. O equipamento responsável pela execução da atenção básica através do PAIF é o CRAS. Este Centro de Referência está presente em 72,5% dos municípios brasileiros⁴².

O CRAS, por ser a unidade central da atenção básica na assistência social, é o equipamento dessa política que mais perto geograficamente chega dos territórios onde vive a população usuária da assistência social. Sua presença nos diferentes territórios espalhados por todo Brasil está inevitavelmente compondo variadas histórias com as populações que, de um modo ou outro, fazem uso dessa política. As narrativas do Forte compartilharam importantes elementos analisadores de composições que na relação entre Política de Assistência Social e população dela usuária estão se produzindo. É por elas que seguiremos na análise da rede que tem sido forjada entre PNAS e a vida no Forte São João.

⁴² De acordo com dados fornecidos pelo IBGE em 2010.

NCIA SOCIAL: ENTRE FOCALIZAÇÃO E TÁTICAS DE TRATAÇÃO

Ao falar das estratégias necessárias à vida no Forte São João, muito foi dito das redes de amizade, pouco foi dito das políticas de saúde, de habitação e das ONG's presentes no bairro, e muito pouco foi dito espontaneamente do CRAS. Ele era elencado entre os serviços públicos que de uma forma ou outra chegavam à população moradora do bairro, mas assim como acontecia quando se referiam à política de saúde, as falas vinham em forte tom de crítica e indignação. Quando pedi que compartilhassem experiências com o CRAS que os provocavam dessa forma, histórias em que a seletividade do serviço estava em jogo eram recorrentes.

As narrativas falam da política executada pelos CRAS como distante e marcadamente seletiva. Segundo suas experiências, a política de assistência atende apenas uma parcela da população moradora do morro, negando aos demais benefícios que lhes seriam necessários. A crítica que trazem não é referente ao CRAS, a sua importância, aos serviços que oferecem à comunidade, o que questionam é a seletividade na oferta desses serviços.

Para alguns ir ao CRAS sempre ajuda, para outros nunca ajuda. Para você conseguir alguma coisa no CRAS você tem que ir suja, toda esculachada. Porque eles não olham as condições da pessoa, eles olham isso. O CRAS é só pra quem precisa mesmo, só pra quem é bem carente. Quem não está trabalhando conta com a ajuda dele. Mas tem que ter uma renda mínima. Quem não tem não consegue atendimento, nem nada. Por aqui os moradores já avisam que tem que ser solteira e ter bem baixa renda mesmo. Tem que trabalhar senão morre de fome. No CRAS quando chega alguém precisando eles não dão, aí a gente não volta mais. O CRAS é muito complicado mesmo. Não se sabe se é porque é política pública, ou porque é o CRAS mesmo. Quando a pessoa realmente está precisando a ela são negados benefícios porque outras pessoas que já nem precisam mais, têm condições de correr atrás, já se acostumaram a pegar o benefício e seguem pegando.

(Registro dos grupos narrativos)

Contaram que quando na família algum membro era empregado, a renda total passava a variar entre um a dois salários mínimos. Valor suficiente para excluir de uma família com quatro membros a possibilidade de ingresso em boa parte dos programas que oferecem também algum tipo de benefício eventual. A primeira afetação que esses questionamentos acerca do acesso aos benefícios eventuais me

oriundo dos tempos de trabalhadora nos CRAS. Uma frustração pela simples e direta constatação de que poderiam ser exclusivamente esses os benefícios que a população buscava na assistência social. Mas os relatos de suas experiências com a política traziam críticas que iam em outra direção, sublinhavam as durezas de acessar um serviço que identifica seu público usuário como vinculado a uma situação de pobreza e com isso traziam análises acerca de como tem se constituído a PNAS em sua relação com a população.

Há não muito tempo era comum em serviços de assistência social a solicitação de um atestado de pobreza⁴³ a ser emitido pelo profissional de serviço social, a fim de justificar a inclusão de sujeitos em programas ou como apto a receber certos benefícios. Hoje a dispensa a tal documento é justificada por legislações como o artigo 5º, inciso X da Constituição Federal que diz: são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; e também a Lei Federal nº 7.115/83 artigo 1º que defende a autodeclaração como suficiente para esse fim:

A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

O artigo segundo dessa lei coloca as penalidades caso averiguada a falsidade da declaração: Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável. Ou seja, as declarações dos usuários são suficientes para comprovar sua situação econômica, não sendo necessária a apresentação de nenhum atestado, sendo que informações falsas podem acarretar penalizações.

Ainda é possível encontrar essa prática, apesar de repudiada, em alguns municípios brasileiros. Em Cariacica, município da região metropolitana de Vitória, nos deparamos, no projeto de pesquisa e extensão Redes no Território, com uma solicitação desse tipo de declaração para a emissão de documentos feita por um

⁴³ Nome dado informalmente ao documento solicitado para a requisição de benefícios voltados para populações de baixa-renda.

do poder municipal. Em Vitória essa atestação não é solicitada pelo assistente social. No entanto, é exigida por outros meios aos usuários que chegam ao CRAS a fim de requerer algum tipo de benefício. É preciso ser pobre e essa pobreza é definida pela análise e comprovação da renda *per capita* familiar que para tal deve corresponder a até um quarto de salário mínimo.

O instrumento utilizado para essa identificação é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cad Único). Esse cadastro tem como finalidade conhecer de forma mais ampla a situação socioeconômica das famílias de baixa renda a fim de fornecer ao governo informações que possam subsidiar a formulação de políticas específicas que se direcionem a essa população. Um extenso formulário cujo preenchimento é definido em função da renda familiar. Vale dizer, contudo, que a situação de baixa renda é definida pela renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo ou renda total familiar de até três salários mínimos, ou seja, há diferença entre famílias de baixa renda e famílias em situação de pobreza, e a identificação e diferenciação de um e de outro se baseia fundamentalmente na renda familiar.

Essa pobreza, apesar de determinada conclusivamente apenas pelo cálculo da renda *per capita* familiar, é fabricada em um regime de enunciação que coloca quem nele se enquadre sob um quadro identitário marcado não só pela carência e pela falta, mas também por um percurso pouco variável na vida caracterizado pela falta, o desemprego, a exclusão, o crime e a morte violenta como componentes quase certos do cotidiano dessa população.

Essa noção de pobreza, que faz sua sina tão característica e previsível, invisibiliza desigualdades sociais, violações de direitos adquiridos e negativas de outros a conquistar. Ainda que em seu texto a PNAS fale de um público usuário que transpassa as limitações desse conceito, a população do Forte São João denuncia que na prática é a uma pobreza estereotipada que se voltam as principais ações dessa política. Voltam-se a outro quadro estático que com cores fortes e contornos bem demarcados faz sumir lidas cotidianas que ali não estão previstas.

Invisibilizados por meio de quadros estáticos, de discursos totalizantes, de ruas conhecidas, estão as quebradas, está a vida em seus desvios, criações,

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

o convite de deixarmos a rua conhecida podemos nos tornar capazes de percebê-las. Convites que são feitos por vestígios, por escapes, falas destoantes, varridas como indiferentes questões minoritárias dadas como incapazes de ter algo a dizer sobre uma realidade. Contudo o real⁴⁴ não é composto só pelo hegemônico, pelo instituído e como apostamos na composição dessa pesquisa também com a virtualidade, aceitamos o convite dos vestígios, sigamos pelas quebradas!

No período em que estive no CRAS buscando nomes e endereços de usuários a quem pudesse convidar para a pesquisa, atentei-me também a práticas e discursos registrados nos prontuários. Os registros poucas vezes se afastavam da adequação/inadequação das demandas dos usuários aos critérios de programas e benefícios, ocasionando conclusivamente em sua concessão ou negação. Nos registros poucas vezes estavam presentes situações que escapavam a essas prescrições. É preciso sublinhar que certamente o trabalho desses profissionais não se esgota no que se registra em prontuário, mas esse foco dos registros traz um enquadre da vida da população em modelos pré-definidos, o que coaduna com a situação percebida, experimentada e denunciada nas narrativas do Forte São João.

Para que fique mais compreensível o que significa adequação ou não de um usuário a um programa ou aos critérios, trarei aqui de forma sucinta como naquele momento o serviço do CRAS estava organizado, que programas e benefícios ofereciam e que critérios exigiam. O PAIF é o principal programa do CRAS, é considerado um guarda-chuva sob o qual se organizam as ações de atenção básica de assistência. Todas as famílias em situação de risco ou vulnerabilidade do território de abrangência do equipamento devem ser referenciadas no CRAS através de um cadastro próprio. Parte dessas famílias é acompanhada, participando periodicamente de oficinas ou grupos. Os grupos hoje em funcionamento no CRAS Jucutuquara são Grupo Cidadão e Grupo do Programa Família Cidadã.

⁴⁴ Compreendemos real conforme trabalhado por Foucault como uma formação possível envolto numa zona indefinida de possíveis não realizados (VEYNE, 1976). A obra de Deleuze ajuda em sua compreensão por relacionar o real como composto pelo atual e o virtual. O atual seria o que de perceptível se produziu como realidade, mas que é sempre habitado também pelo virtual que diz respeito à potência de vir a ser, de possíveis produções de novas atualizações (LÉVY, 1999).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

de diretamente ao PAIF e as famílias que dele participam costumam receber cesta básica mensalmente. O Família Cidadã é um programa municipal de transferência de renda que por um período de até dois anos repassa a um grupo de famílias mensalmente um valor máximo de 400 reais. Esse dinheiro repassado, de acordo com o programa, deve ser utilizado em projetos definidos pelos usuários desde que compreendam educação, saúde, habitação ou geração de renda. Ambos os grupos se encontram uma vez por mês para discutir temas definidos no planejamento anual do CRAS, vindo às vezes pré-definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

As oficinas motivacionais também correspondem a um grupo do PAIF. No CRAS disseram ser esse hoje o grupo mais ~~autônomo~~⁴⁵. Explicam que nas oficinas os usuários definem cursos dentro de um leque de possibilidades e organizam lanches para seus encontros. Os debates não são dirigidos por um tema, mas facilitados pela psicóloga à medida que surgem nas conversas e no funcionamento do grupo. No período em que estive lá a oficina em andamento era de bolsas e carteiras feitas com caixas de leite. O modelo e a proposta foram levados por uma usuária, aprendido pelaicineira e compartilhado assim com o grupo.

Esses são os espaços de discussão voltados para as famílias acompanhadas. As famílias referenciadas são recebidas em atendimentos individuais. Quando uma família vem pela primeira vez ao CRAS é convidada a participar de um encontro chamado Grupo de Acolhimento, onde são explicadas todas as ações do PAIF e os benefícios que nele podem ser acessados e ali os participantes são agendados para atendimentos individuais. Nesses atendimentos, os usuários podem expor a situação que estão enfrentando ou mesmo declarar objetivamente que benefícios pretendem acessar. São espaços que, apesar de destinados ao atendimento de um indivíduo ou família, não devem tratar as questões trazidas como enfrentamentos de caráter exclusivamente pessoal e as demandas expostas ali podem ser elementos na construção de ações e estratégias coletivas a serem desenvolvidas ou apoiadas pelo CRAS.

⁴⁵ Apesar de esse ser um conceito frequentemente utilizado nos textos da PNAS, não encontrei nos documentos do MDS referências de que compreensão é essa de autonomia ali defendida como objetivo no trabalho com as famílias.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

na maioria das vezes as demandas são recebidas. A vida com as durezas e dificuldades e também a força e as belezas trazidas nos grupos e nos atendimentos individuais é comumente compreendida como algo de cunho familiar, ainda que atravessada pela ausência ou precária presença de políticas públicas. A matricialidade da família, apesar de ter sua definição atribuída a um direcionamento da política que se deslocasse a fragmentação das ações a grupos sociais geralmente especificados pela faixa etária, pode estar contribuindo para esse tipo de análise que busca trabalhar os enfrentamentos e as potencialidades relatados pelos usuários como restritos à funcionalidade do grupo familiar.

Nos prontuários dos usuários que seriam convidados a fazer parte da pesquisa, foi possível verificar que o primeiro acesso ao CRAS pela população do Forte São João é em maioria decorrente do requerimento de auxílio natalidade. Esse benefício municipal é de direito a pais de crianças com até quatro meses e renda *per capita* de até um quarto de salário mínimo. Trata-se de uma única parcela de 416 reais concedida a um dos responsáveis. Em geral é a mãe da criança que vai requerer o benefício e o acesso a este tem sido uma porta de entrada para os demais serviços do CRAS.

Vale aqui sublinhar que o público usuário do CRAS é majoritariamente feminino. São poucos os prontuários cujo responsável é homem, e desses, os que foram lidos para essa pesquisa, eram referentes ao requerimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, após aprovado ou negado o benefício, não há registro de que outras ofertas tenham sido feitas aos usuários. Isso não significa que estas ofertas não tenham sido feitas, há que se discutir também o que é registrado e o que deixa de ser registrado por parte destes profissionais nestes prontuários. Certamente os registros nos prontuários não expressam o processo de trabalho efetuado por estes profissionais cotidianamente.

A cesta básica é o segundo benefício mais requerido num primeiro acesso ao CRAS. Além dos benefícios, a população do Forte também acessa o equipamento para expor dificuldades, procurar encaminhamentos e buscar inclusão em grupos de acompanhamento, mas são poucos os que chegam ao CRAS com tais pretensões.

ntes tipos de benefícios que a população usuária tem
negado a acessar o CRAS.

Voltamos então a um ponto já indicado anteriormente, os moradores do Forte procuram o CRAS basicamente para acessar benefícios. Esse interesse é comumente avaliado no cotidiano dos serviços de assistência como acomodação e dependência, posturas que são tomadas como %da natureza+ dos usuários ou como efeito dos serviços. Quando remete a uma característica naturalizada dos usuários, temos um esgotamento do campo de produção de suas vidas pelo insistente e concludente dado da acomodação. Quando é ao serviço que faz referência, exaure também todo esforço em constituir ali ações restitutivas, críticas e de fortalecimento de lutas constituintes de novas realidades, por defini-las como insuficientes para deslocar a política de assistência social de um lugar de controle e contenção dessa população.

Esperava de fato encontrar nas falas da população referências aos grupos, a seus debates e produções. Trouxeram isso também, de um modo igualmente provocador de análises. No entanto, o que mais colocaram nos relatos com respeito à política de assistência social era referente ao acesso aos benefícios materiais concedidos no CRAS. Para acompanhar a rede que alcançam desenhar com esse serviço, era preciso mais uma vez abafar as vozes das discussões no trabalho e de parte da produção acadêmica que me conduziam a uma análise já dada dessas práticas. Mais uma rua abandonada para imbricar-me numa quebrada pela qual não sabia andar. Precisei uma vez mais deixar-me conduzir pelas histórias que contavam.

Um primeiro ponto que apresentam é que em suas experiências percebem que a política de assistência social não atende a necessidades, mas a um grupo de sujeitos definidos pela renda ou pela aparência. Ou seja, a constatação de uma necessidade não é suficiente para ser considerado apto a receber seus benefícios. É preciso ser identificado como pobre ou pela renda comprovada ou por adequar-se visualmente com a imagem que o quadro pronto traz do que é ser pobre.

Para você conseguir alguma coisa no CRAS você tem que ir suja, toda esculachada. Porque eles não olham as condições da pessoa, eles olham isso. O CRAS é só pra quem precisa mesmo, só pra quem é bem carente. Quem não está trabalhando conta com a ajuda dele. Mas tem que ter uma renda mínima. Quem não tem não consegue atendimento, nem nada. Por

sam que tem que ser solteira e ter bem baixa renda
par se não morre de fome.

(Registro dos grupos narrativos)

Os moradores também contam que para ser usuário dos serviços de assistência social é preciso estar desempregado. Basta ter um salário mínimo numa família de quatro pessoas para não mais corresponder aos critérios dos benefícios. No entanto, sabemos que o salário mínimo brasileiro não atende ao preconizado pela Constituição Federal, que define que seu valor deve ser capaz de prover o recurso necessário ao suprimento das necessidades básicas do trabalhador e sua família. Tais necessidades vitais básicas estão descritas no capítulo dos Direitos Sociais e são: moradia, alimentação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social⁴⁶. O Dieese calculou que esse valor em setembro de 2011 corresponderia a 2.278 reais, quase quatro vezes o valor atual de 622 reais.

Com esses valores fica claro que ter renda superior a um quarto de salário mínimo por pessoa não garante que as necessidades básicas reconhecidas constitucionalmente estejam sendo supridas. Muitas famílias com renda superior ao preconizado, inclusive no CAD, único vivem cotidianamente a impossibilidade de garantir a seus membros o suprimento dessas necessidades e a negativa das políticas sociais em conceder benefícios que provendo uma delas torne possível o acesso a alguma outra. A população conta que suas vidas diariamente precisam se organizar na garantia de uma necessidade pela abdicação de outra.

A gente precisa ter o dinheiro com que sobreviver. O salário mínimo não dá conta. Mesmo que se tenha uma casa, não é suficiente para o alimento. Se uma família tem dois salários mínimos não tem mais direito. Deixa até o povo desorientado. Caso fique um dinheirinho tem que dar pra ir ao parque, fazer um lanche, dar um passeiozinho, não dá pra ficar em casa toda vida, tem que sair um pouquinho. Se for construir, usa roupa de bazar. Porque não dá pra comprar roupa nova. Usar roupa usada não é vergonha. Lavou, tá perfeita? Beleza! E se ganha muita roupa! Mas sapato tira no crédito e vai pagando de pouco a pouco, porque ganhar sapato do tamanho certo é mais difícil e andar descalço não dá.

(Registro dos grupos narrativos)

Assim, suas experiências denunciam necessidades invisibilizadas, muitas delas já reconhecidas pelo texto constitucional como direitos sociais. Também falam de uma

⁴⁶ Constituição Federal, capítulo II, Artigo 7º, inciso IV.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

relação desempregada, garantindo ainda que de forma precária sua sobrevivência fora do mercado de trabalho. Mas essa negação de atendimento a necessidades não é simplesmente acatada e seguida à risca por usuários e profissionais. Os relatos também contam que estratégias são tecidas entre usuários e profissionais a fim de garantir que as normativas legais não tenham cores mais fortes que os enfrentamentos cotidianos da população usuária da política.

Porque se você fala que quer uma cesta básica, eles não dão. Eles dizem que é para quem precisa, e aí sim chega até a falar pra você procurar emprego. Depende de lábia. Porque às vezes não sobe pra saber como é a vida da pessoa, você pode falar qualquer coisa. Eles não têm como saber quem de fato precisa. Porque tem muita gente que precisa e não consegue. Mas tem gente que se acomoda muito com essas coisas e vai levando a vida assim. O CRAS é assim mesmo, quando você realmente precisa, você conta um monte de mentira e você consegue, mas se você for verdadeiro você não consegue. Mas fica chato ficar contando mentira. Tem muita gente que tem estratégia. Depende dos profissionais.

(Registro dos Grupos Narrativos)

A mentira é uma queixa constante na Assistência Social. Encontrei registros de atendimentos em que a expressão *segundo a usuária* estava sublinhada, ou até mesmo em caixa alta. Nos registros de visita domiciliar o caráter comprobatório do conteúdo relatado em atendimentos individuais era recorrente. O uso de mentiras é então constatação de profissionais e usuários. Mas por que esse uso? O que o tem produzido como método de aquisição de benefícios e como modo de relação entre população e política de assistência?

Falo de produção porque os relatos contam um constrangimento à mentira; descrevem que é preciso fazer uso dela para que suas necessidades se adaptem aos critérios de concessão dos benefícios. Esse uso é mais ou menos necessário a depender dos profissionais. Práticas e posturas profissionais, assim como as mentiras, podem operar na política aberturas que as articule com a vida da população que a ela acessa.

São criações cotidianas, nas palavras de Certeau (1990, p. 41) *maneiras de fazer*, *táticas* que operam reapropriações na política, micropolíticas⁴⁷ que proliferam em

⁴⁷ Macro e micro políticas são dois modos de recortar a realidade que se baseiam nos conceitos de molar e molecular propostos por Deleuze e Guattari (1996). As noções de macro e micro políticas não

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

alteram seu funcionamento. Certeau chama de tática um cálculo que não pode contar com um próprio, com um lugar próprio, e que por essa razão é ação, insinuação, num lugar outro, um modo de tirar partido de forças que lhe são estranhas. Para tanto, depende de uma atenção capaz de captar momentos oportunos em que possa contaminar esse lugar outro com elementos heterogêneos, pensamento que não constitui discurso, mas ato, estratégia de aproveitar ocasiões (CERTEAU, 1998).

(...) chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado (...) Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante (CERTEAU, 1998, p. 100-101)

O que a população chama de mentira, chamaremos aqui, nos apropriando então do termo escolhido por Certeau de tática, tática da trapaçaria . mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro que, segundo o autor, caracterizariam a atividade sutil, tenaz e resistente de grupos que, por não ter um lugar próprio, devem desembaraçar-se de uma rede de forças e de representações estabelecidas+ (CERTEAU, 1998, p. 39). O lugar que lhes é dado é configurado por representações, numa hetero localização. Precisam, portanto, fazer com+, utilizar-se do lugar do outro para alterar regras e normas constituídas e acopladas ao espaço opressor, podemos dizer, às tecnologias de poder (CERTEAU, 1988).

O que aí se chama sabedoria, define-se como *trampolinagem*, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como *trapaçaria*, astúcia, esperteza no modo de

se diferenciam por questões de grandeza, nem se tratam de dimensões opostas, são planos que coexistem e se atravessam produzindo realidades sociais. A análise desse engendramento requer a cartografia de linhas compositoras tanto do plano molar quando do molecular. Em cada um desses planos há predominância de um tipo de linha. No plano molar a dominância é a das segmentaridades duras, que atualizam e recortam a multiplicidade em identidades. O plano molecular refere-se a linhas flexíveis, que se caracterizam por traçar fluxos de desterritorialização, de processos que escapam às sobrecodificações das linhas duras, operando como linhas de fuga. A análise micropolítica implica na cartografia das composições operadas pelo plano molecular em seus agenciamentos que podem tanto fortalecer segmentarizações quanto podem operar sua dissolução (HECKERT, 2004)

e driblar os termos dos contratos sociais (CERTEAU, 1998, p.

As táticas de *trampolinagem* ou de *trapaçaria* desviam para objetivos próprios a ordem efetiva das coisas, desviam sem guardar a ilusão de que tal ordem consiga ser alterada proximamente. E aí operam o que Certeau chama de *tática da tenacidade*, cuja postura seria a da invenção de *mil maneiras de negar à ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou fatalidade* (CERTEAU, 1998, p. 44). Ou seja, num campo, ou lugar, em que se operaria a regulação de modos de vida, a *tática da tenacidade* introduz modos de tirar partido dessas regras, fazendo-as outras, mesmo que não opere prontamente em definitivo sua alteração. Nessa combinação cria-se um espaço de utilização da ordem imposta em que, sem deslocar-se de uma subjugação, instaura nessas leis pluralidades, tornando seus efeitos, que nos parece por vezes diretos e definitivos, imprevisíveis.

Certeau (1998) chama de usos esses deslocamentos, essa arte de *fazer com*. Usos que variam escadarias, fazem variar também as políticas de assistência social, nela provocando quebradas, desvios, clivos, interferindo em suas regras, em seus objetivos, em seus métodos. Os usos imprimem o aquecimento da rede que conecta CRAS e vida no Forte São João, operando por meio de táticas, pirateando lugares impostos, utilizando falhas nas estratégias de poder para ali, onde não se espera, criar.

Uma das histórias contadas nos grupos narrativos foi de uma usuária que, tendo perdido o emprego, passou por dificuldades na provisão de alimentos para sua família, apesar de seu marido estar ainda empregado recebendo um salário mínimo. Frequentava o CRAS apenas para atualização do cadastro único. A situação levou-a, pela primeira vez, a ir ao serviço solicitar a concessão de uma cesta básica. Teve o benefício negado em função da renda do marido, além de ter se sentido ofendida por uma insinuação de que não queria trabalhar. Voltou ao bairro onde foi orientada por vizinhas a retornar ao CRAS e falar que não mora com o marido, que está morando com a mãe (que não tem renda), já que não são legalmente casados, e apenas uma visita domiciliar seria capaz de comprovar seu relato. A usuária retornou e conseguiu a concessão da cesta. Afirma que foi constrangedor mentir, mas que estava de fato precisando da cesta básica e as demais moradoras afirmaram nem sempre dar essa orientação, mas que o fazem quando percebem que há a

termina por operar como uma tática de torção da política de modo a que mais eficazmente ela se conecte com suas vidas.

Trapaçaria que não é posta em ação, apenas pela população do Forte São João. É também operada pelos trabalhadores no cotidiano do CRAS, nas rendas informais não declaradas no CAD único, em anotações não registradas nos prontuários, no acolhimento de situações imprevistas pela política, no olhar que por vezes escapa das constatações prescritas, em *listas grossas*+ feitas com relação às *mentiras*+, deslocando as prescrições da PNAS no sentido de provocar nelas abertura ao universo de vida, demandas, necessidades, violações não contempladas suficientemente. No entanto, tais aberturas parecem não ser debatidas nesse espaço, pois a população do Forte, apesar de percebê-las no cotidiano do CRAS, lê tais variâncias como questão de sorte, de boa vontade dos profissionais ou decorrentes da boa vontade da população em participar das atividades ofertadas pelo equipamento, alcançando por essa *atenção*+ ao CRAS a possibilidade de acessar seus benefícios.

Em alguns momentos se consegue e outros não e isso tem a ver com sorte. Alguns moradores têm sorte, conseguiram comprar casa com o dinheiro do Família Cidadã, conseguem fotos para tirar documentos. Se não fosse o CRAS a casa de algumas pessoas teria desabado. Com o Família Cidadã conseguiram sair dessa situação. Essas pessoas fizeram ou fazem parte de grupo. E quando não se participa de grupos é porque não precisa. Então, não é só sorte isso, é também porque a gente não dá atenção ao CRAS, porque se fôssemos às reuniões direitinho, eles ajudariam. Porque ir lá só quando está precisando, quando está com necessidade mesmo, não dá.

(Registro dos Grupos Narrativos)

O uso dos benefícios, em especial da cesta básica, como instrumento de barganha para a participação nas demais atividades do CRAS, é infelizmente prática comum em diversos municípios. Tal situação é efeito de um descontentamento dos profissionais quanto à concessão de cestas no equipamento e a necessidade de fazê-lo sem que o atendimento se esgote em sua entrega. A concessão de cestas carrega o selo do assistencialismo, prática incômoda à maior parte dos profissionais que sente seu trabalho desqualificado quando com ela associada. No entanto, é pela obtenção desse benefício que boa parte da população recorre ao CRAS e, apesar de historicamente lidarmos com sua concessão como uma benesse sem retorno, muita luta já surgiu em seu entorno, e por essas lutas em 2010 a alimentação

reitos fundamentais previstos na Constituição Federal Brasileira.

E o sentido de bem-estar, de favor, não incomoda apenas os profissionais do CRAS. Os moradores contam que, na situação em que vivem, qualquer benefício é bem-vindo, podendo com ele dar conta de uma necessidade, fica mais possível com seus recursos atender às demais. Mas muitos, que de uma forma ou outra conseguem manter-se, evitando solicitar o benefício ao CRAS, deixam de fazê-lo a fim de evitar o constrangimento que seu sentido de bem-estar traz.

Tudo que ajudar é bem-vindo. Mas tem gente que não vai porque não gosta de ficar pedindo. Tem gente que pode se manter, se sente constrangido de ir lá.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Naturaliza-se entre trabalhadores e usuários que os benefícios são bem-estares ou que necessariamente estejam nas malhas do assistencialismo. Não são bem-estares em oposição ao exercício de direitos, são necessidades pontuais e vinculadas ao desemprego. Só quem não teria qualquer condição de arcar com estas necessidades mínimas à sobrevivência, ainda que sacrificando outras necessidades da família, é que tem o direito de aceder a ele. Ou seja, é um benefício concedido enquanto não se tem a possibilidade de obtê-lo pela via do mercado. O trabalho do CRAS se volta para a identificação dessa população e em estimulá-la a ter sua própria renda, ainda que de modo informal, eximindo assim o Estado de responder a suas necessidades básicas não supridas.

Nos prontuários é possível perceber que quando são identificadas famílias nessa situação os atendimentos não se reduzem à demanda inicial; são ofertados outros benefícios em que as famílias atendam aos critérios estabelecidos, encaminhamentos e, por vezes, é oferecido o ingresso no acompanhamento em grupos. A partir do momento em que passam a fazer parte desse acompanhamento, é comum que os usuários permaneçam por bastante tempo neles, passando frequentemente por diferentes grupos do PAIF. Boa parte dos usuários acompanhados passa mais de dois anos em grupos, chegando a ter usuários em grupos por mais de seis anos. O grupo de nutrizes foi o mais ofertado a eles, num período em que participar de seus quatro encontros era pré-requisito para o

ade. Aqueles que fizeram parte de grupos elogiam suas atividades e consideram positiva a participação em seus encontros.

As reuniões valem à pena, passam muita coisa, explicam várias coisas e perguntam o que a gente pensa. Têm as oficinas também. Quando não se está trabalhando, têm as reuniões, que são interessantes, melhor que ficar em casa. Sempre têm cursos. É uma porta aberta.

(Registro dos Grupos Narrativos)

É ponto de debate na política de assistência social o desligamento ou não das famílias em função do tempo de acompanhamento. Geralmente a defesa do desligamento é feita em função da inclusão de novas famílias ainda não contempladas pelo acompanhamento ou a fim de promover um melhor envolvimento da família na construção de sua emancipação⁴⁸. Contrário ao desligamento está o argumento de que se a necessidade permanece, o direito de permanecer no acompanhamento também. Vale ressaltar aqui que famílias acompanhadas costumam receber cestas básicas mensalmente.

Nos prontuários não há motivo de desligamento que se configure como majoritário. Famílias foram desligadas por cumprirem o tempo máximo de participação num grupo (definido como dois anos), por darem início a uma atividade incompatível com a participação nos grupos (como estudos ou trabalho), ou pelo fim de um programa (dois programas voltados para famílias com crianças de 0 a 6 anos já foram encerrados nos CRAS de Vitória e, com seu encerramento, muitas famílias foram desligadas e não voltaram a acessar o equipamento).

Descontinuidade nos programas que, ainda que o SUAS tenha alcançado minimizar, presentifica-se e compõe o cotidiano das políticas de assistência social. Descontinuidades que independem de avaliação da qualidade social da ação pública, pois são efetuadas em função de alianças partidárias, de mudanças no aporte de recursos, de interesses que estão em jogo em meio aos convênios com ONG's. A notícia de dois programas finalizados pela SEMAS/Vitória teve como resposta da população a organização de abaixo-assinados, a procura de programas de TV em que pudessem relatar seu descontentamento e indignação o que,

⁴⁸ De acordo com o texto da PNAS, emancipação refere-se a que as famílias passem a buscar e consigam criar alternativas para sair da relação de dependência que podem estabelecer com a política de assistência social.

decisão tomada pelo governo em exercício. Tais funcionamentos colocam a política social em questão mais próxima dos interesses em embate na máquina estatal e mais distante de sua publicização.

No entanto, é comum vermos que, tendo cumprido o tempo de acompanhamento em um grupo, uma família passe a fazer parte de outro. Esse foi um modo encontrado por profissionais e usuários de mantê-los num acompanhamento quando viam o interesse do usuário nessa permanência e quando julgavam que o tempo não tinha sido, por alguma razão, suficiente para que a família alcançasse o que conceituam como sua emancipação social e financeira. Essas são estratégias dos trabalhadores para enfrentar as descontinuidades dos programas.

Todas as ações da assistência social preveem alcançar esse objetivo, a emancipação. Os prazos, a previsão de desligamento, estão colocados porque se entende que as relações que se estabelecem entre famílias e a política de assistência social podem ser de dependência. Preconiza-se que o acesso aos seus benefícios deve ser de cunho temporário, que permaneça até que a família consiga superar situações de violação de direitos sociais ou adentrar no grupo populacional cuja renda *per capita* supere um quarto de salário mínimo.

No entanto, como já vimos, essa renda prevista não dá conta de garantir as necessidades básicas de uma família e, logo, seus direitos permanecem em situação de violação. O que é entendido por dependência pode configurar também como um intento de reconhecimento de outras necessidades ainda negligenciadas. Apesar de ser frequentemente divulgados pela mídia situações em que os benefícios sócio-assistenciais são acessados por famílias que não teriam deles qualquer necessidade, profissionais dos CRAS de Vitória afirmam que são quase irrisórios os casos de famílias que de fato não apresentavam nenhuma necessidade dos benefícios e recorreram ao CRAS para obtê-los.

Os moradores falam positivamente dos grupos e dos seus objetivos. Dizem que os grupos são instrumentos para que a família entenda a finalidade do CRAS e permaneça na linha que ele indica. Na minha perspectiva, os grupos têm um potencial imenso exatamente por terem bem pouco delineado a que seus encontros se destinam. O fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a superação de situações de violação de direitos e a emancipação, eram conceitos muito abertos quando com

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

espaço para produções múltiplas em conjunto com as famílias em acompanhamento. Mas esse % entrar na linha+ sempre esteve presente ali, bem delineado e convidativo, se não era pelas temáticas trabalhadas que esse objetivo se colocava aos grupos, era todo o aparato da política que comunicava a todo tempo sua finalidade.

Tem gente que chega ao CRAS desempregado, vai por uma cesta. Aí vai pra um programa, como o PAC, segue pegando a cesta, mas nas reuniões pode determinar seus projetos e também melhorar como pessoa. Vai com a autoestima baixíssima, sem forças para brigar sozinha, e o CRAS ensina isso.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Se você participar direitinho das reuniões você vai entender a finalidade do CRAS e entrar na linha que ele está indicando. A finalidade é te mostrar que você mesmo pode cuidar de você, que você pode ser independente, mostrar que você tem capacidade de trabalhar, se não tem, de fazer uma oficina, um artesanato. Ensinar a família a crescer. Mas muita gente não entende isso, tem a mente fechada, e fica acomodada lá dentro, vai por ir, para ter algum benefício. Só que o CRAS é pra mostrar o que a pessoa pode fazer para crescer. É possível crescer ali como pessoa. E tem gente que depois abre mão da cesta porque volta a trabalhar, mesmo tendo ainda direito a pegá-la. Faz isso porque descobre o caminho que o CRAS está indicando e têm pessoas que descobrem e não querem seguir.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Esse % entrar na linha+ que com tanta clareza é observado pelos moradores do Forte vai de encontro com os principais fundamentos que justificam que o Estado assuma a política de assistência social como de sua responsabilidade. É pelo reconhecimento de que a precariedade vivenciada por grande parte da população brasileira é produto da ordem política, econômica e social historicamente instituída em nosso país que a política de assistência social se justifica como política de Estado. Mas essa finalidade do CRAS, que os moradores afirmam ficar compreensível após um período de participação, coloca sobre o usuário e sua família a responsabilidade pela situação em que vivem e oferece benefícios, orientações e debates que sejam capazes de lhes fortalecer para que consigam sair das circunstâncias em que se encontram. Responsabiliza-se o indivíduo e desonera-se a ordem social instituída e mesmo a máquina estatal. Pouco se trabalha acerca das questões que compõem essa realidade e mantêm um grandioso número de brasileiros num modo de existência marcado pela precariedade.

O FORTE SÃO JOÃO

Como já dissemos neste texto, inicialmente quase não encontrei nos prontuários registros de atendimentos onde a oferta de inclusão em algum grupo foi recusada verbalmente. Consultei os profissionais a este respeito e apesar de identificarem que recusas acontecem não sabiam dizer por que elas não estavam nos prontuários. Foram elas que trouxeram depois a observação de que de fato raramente a recusa acontecia de forma verbal e direta nos atendimentos, era mais comum que o morador concordasse com a inclusão, mas não retornasse, ou faltasse às reuniões, comparecendo apenas através de agendamento para atendimentos individuais.

Passando a atentar-me a esse processo, percebi nos registros dos prontuários muitas situações assim, onde moradores aceitavam a inclusão, mas abandonavam o acompanhamento ainda em seu início. Algumas recusas, no entanto, foram verbalizadas e justificadas como decorrentes de um novo emprego alcançado, o que impossibilitava sua presença nas reuniões. Como contam nos relatos:

Tem gente que começa a trabalhar e não pode participar. Se eu abrir mão do trabalho para estar lá é acomodação.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Os grupos não apenas atribuíram à acomodação o interesse em manter-se através dos benefícios, ou a não participação nos grupos organizados pelas diferentes políticas sociais, afirmam que a presença da política de assistência social no Forte São João aprofundou essa postura por parte da população. A queixa acerca da acomodação também é colocada sempre que a dificuldade de organização da população do Forte para lutar pelo que lhes pareça importante está em discussão.

Tipo o Bolsa Família, acho interessante, dá ajuda à família, mas as pessoas se acomodam muito com todo mês aquele dinheirinho. Muita preguiça. Acho que o futuro não se constrói assim não. Tem gente nova com saúde que vai lá só pra pegar o benefício. Quer pegar a cesta básica toda vida, não quer crescer. O efeito do CRAS na comunidade não foi bom, foi um efeito de acomodação. Têm pessoas que precisam, mas não querem participar de grupo nenhum. Eles só querem ir lá e receber. Tinha gente que recebia o Bolsa Família e o Família Cidadã e aí não trabalhava. Mas, o Família Cidadã não dura pra sempre, trabalho é melhor.

(Registro dos Grupos Narrativos)

As pessoas ficam acomodadas mesmo, querem que as coisas aconteçam. Mas como vai acontecer se as pessoas não comparecem? A comunidade

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

missa, falta a gente gritar: ei o Forte tá aqui! Se a gente gritasse mais pelos nossos direitos a gente conseguiria mais. A gente tem se feito invisível. Dois só não dá pra ver, precisa da união dos moradores. Eles estão nos observando, eles concluem que a gente não tá querendo. No orçamento tem que comparecer um número de pessoas, e não vai.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Acomodação que estigmatiza e ao mesmo tempo é explicada como efeito das políticas de assistência social. Mas se os benefícios só conseguem ser acessados por famílias com renda tão baixa que de certa forma prevê que exista entre seus membros alguém em situação de desemprego, não é essa a situação que se termina por cultivar nesse grupo populacional? Acomodar-se a quê? À precariedade vivida? É só a eles que interessaria tal acomodação? A população do Forte percebe que a acomodação tem sido um dos efeitos da política de assistência social em seu território, mas ainda que a coloquem como produto de uma prática política, contam esse efeito atrelado ao discurso culpabilizante que acompanha a vida que não é mantida pela força do trabalho.

Com a frase *conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar*+ Marilena Chauí (1985, p. 124) questiona a ideia de passividade popular. Mas o faz com respeito ao que por muitos é asseverado como apropriação acrílica da cultura dominante. Por meio da defesa de que há uma ação, mesmo na assimilação, que a transforma, desloca, recusa, Chauí nos convida a problematizar o que chamamos de conformismo ou acomodação.

Certeau (1998) também aborda essa questão afirmando que a produção centralizadora e hegemônica de modos de vida, de identidades, deve ser pensada junto a uma outra produção que o autor qualifica de consumo: produção astuciosa, dispersa, insinuante e quase invisível, pois não se percebe por produtos próprios, mas pelas interferências que opera nos produtos impostos pela ordem econômica dominante, subvertendo-os, mesmo sem rejeitá-los ou modificá-los diretamente. O autor aí pondera que é possível que aquilo que chamamos acomodação ou conformismo pode tratar-se de tática. Numa ordem social que por vezes nos faz concluir que *está tudo dominado*+ a dificuldade em imprimir uma fuga, um enfrentamento direto, não extingue as resistências, a vida continua a se afirmar na sua inventividade.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

O suprimento de necessidades básicas é o que aqui chamamos de precariedade. Mas tanto para a PNAS (que define a pobreza como a situação de se viver com renda *per capita* mensal de menos de um quarto de salário mínimo) como para a população do Forte São João tal precariedade não é considerada pobreza. Fui ao Forte a fim de que essa pesquisa trouxesse abertura para experiências outras acerca da pobreza que escapassem àquilo que sempre é dito a esse respeito, ao estático quadro que relaciona pobreza à falta, ao desemprego, ao crime e à morte violenta. E, ao guiar-me nas quebradas do Forte, esperei a todo tempo deparar-me com histórias que contassem a pobreza de um outro modo, que a contassem escapando ao discurso hegemônico que lhe aprisiona e esgota.

E, no Forte, eu via pobreza como precariedade por todo lado, nos barracos de madeira, nas casas de um quarto onde dormia toda a família, na própria necessidade de morar em um local de tão difícil acesso. Mas não via uma pobreza esgotada na falta, percebia e conhecia a cada instante a diversidade de vida que também produziam ali, em seu cotidiano. No entanto, de um jeito ou de outro, era com a experiência de pobreza que eu estava me propondo a conversar. Esperava que cada quebrada que era convidada a trilhar me levasse ao encontro dessa experiência outra de pobreza, mas os desvios das quebradas sempre me levavam a outro lugar, a outra experiência, que estranhamente em nada fazia referência à pobreza.

Definimos que não seria perguntado aos moradores diretamente sobre como se vive pobreza ali no Forte São João, esperávamos que de um modo ou de outro seus relatos trouxessem isso. Mas, nas primeiras conversas, nas várias histórias que contavam, em nada remeteram suas experiências como algo decorrente de serem pobres. A pobreza não era em nenhum momento colocada como parte da experiência de viver no Forte São João.

Essa ausência remexia todo quadro que conhecia da formação da população pobre brasileira. Nesses quadros vemos negros e indígenas marginalizados e explorados em toda a história de nosso país. Explica-se que dessa população e das mestiçagens que com ela se fizeram formou-se historicamente a classe pobre brasileira. Fala-se da população do Forte como muito se fala dos pobres no Brasil:

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Os moradores lidam com trabalho, a informalidade na qual muitos estão inseridos, atreiam suas vidas ao crime e à violência e tudo remetem ao tal discurso da acomodação que há tanto tempo busca explicar e justificar os entraves que mantêm parte da população afastada do usufruto da riqueza produzida no país. Mas ao contar a experiência de viver no Forte São João, a cada encontro que passava, os moradores não faziam nenhuma referência a serem pobres ou a viverem situação de pobreza.

Fiz então a pergunta que me intrigava aos moradores: Se vive pobreza no Forte São João? Todas as vezes que fiz essa pergunta (nos diferentes grupos de moradores) ela provocou constrangimento. A palavra pobreza assumia nos olhos e no corpo um peso que por segundos fazia ombros baixarem, o olhar se perder em lugar desconhecido, e aquilo que estava sendo experimentado como um encontro agradável e descontraído tornar-se desconfortável. Eram segundos, não mais que isso, mas que, nitidamente, me colocava de novo num lugar distante dos moradores. As quebradas haviam possibilitado um compartilhamento da construção da pesquisa e também uma dissolução das fronteiras na relação entre moradores e uma não moradora. A minha pergunta dizia mesmo sem querer fazê-lo que eram pobres, que esperava encontrar neles e em sua vida essa identidade e tudo mais que ela carrega.

Pensei ser a entonação, a força que colocava numa palavra e não em outra, mas mesmo a tentativa de refazer a pergunta de outra forma em encontros com moradores diferentes produziu efeito semelhante. Foram os moradores que alcançaram, ao recusarem-na como parte da vida ali, desfazer a distância, reconduzindo a pesquisa. Ainda que certamente essa recondução não a tenha trazido de volta ao mesmo modo como estava sendo construída, foi o posicionamento rápido e firme dos moradores e a acolhida feita à resposta por eles dada à pergunta que devolveram a pesquisa a um plano de compartilhamento. Não era a mesma pesquisa, não estávamos em relação do mesmo jeito, mas compartilhamos a escolha de recusar determinações identitárias aprisionadoras e produzimos juntos outros modos de falar sobre a vida no Forte que escapassem a essa fôrma e permanecessem como narrativas perenemente abertas.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

me disseram que no Forte não havia pobreza, não eram pobres. E se assim era, eles afirmavam uma experiência diferente da definição estabelecida pela PNAS. Como a pobreza era entendida por eles? O que consideravam como pobreza?

Contaram que pobreza é um momento que se vive, uma situação passageira, pontual, quando faltam completamente as necessidades básicas e, mais especificamente, quando falta alimento, quando se vive a fome. Afirmam que não são pobres e também que o Forte São João não é um território de pobreza. Eis uma estratégia ardilosa para não permitir que a ideia acerca da pobreza preencha suas existências e sole suas vidas na identidade do ser pobre, determinando o que são e as ruas prontas pelas que se pressupõe que suas histórias aconteçam.

Tem muita gente que não trabalha, não tem condição de comprar um brinquedo pras crianças, uma roupa, remédios. Gente que precisa mesmo. Tem bastante gente nessa situação. Mas essa não é a situação de todos no bairro, porque muita gente trabalha. Em algum momento da vida acontece de pai e mãe ficarem desempregados. Mas não tem muita gente nessa situação no morro: passar necessidade, não ter as coisas para comer. Essa é uma situação considerada como de pobreza. Mas se a mãe não trabalha, o pai trabalha. Não chega a situações de falta. Se faltar falta muito pouco. Se a pessoa controlar, dá pra viver uma vida boa de alimentação. O básico nós temos. No nosso morro não tem ninguém que passe por essa situação de não ter nem um arroz e feijão em casa pra comer. Se faltar é outra situação. Tem gente que precisa de uma força, pra poder crescer, mas não ao ponto de faltar.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Encontrei acerca da pobreza vários trabalhos (PRADO JÚNIOR, 1979; RENDON, 1979; VEIGA, 2010; VILHENA, 1969) que explicavam seu enraizamento no seio de um grupo bem definido e de fácil reconhecimento da população brasileira: pobreza de negros e índios. No entanto, é também pelo persistente retorno por essa via no exercício de compreender a formação de uma população mantida às margens do usufruto das riquezas produzidas em nosso país que categorizações, determinações e identidades foram solidamente construídas. O uso dessa via étnica assim como de outras vias já conhecidas, repetidas e determinadas, tem efeitos que precisam ser olhados com cuidado.

É preciso um olhar cuidadoso porque é frequente vermos assumidas como verdade, sobre diferentes realidades, declarações feitas por vias legitimadas como detentoras

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

, bem construídas e difundidas, podem nos fazer conceber que tal realidade está perfeitamente apresentada ali, tornando-a a nossos olhos estática e pronta, fazendo imperceptíveis os movimentos que a alteram a todo tempo. Por isso, esse trabalho não pretendeu apresentar uma outra realidade substitutiva à esperada pelas políticas de assistência social. A empreitada que fizemos foi a de abrir-nos a experiências do cotidiano dos moradores do Forte São João, a fim de dar visibilidade a movimentos capazes de reinventar a todo tempo seus modos de existência, em meio às moralizações que ressoavam também em suas falas.

O Forte recusa a pobreza como categoria capaz de explicar sua existência. Não são pobres, afirmam. Não lhes falta tudo. Pobre é aquele a quem tudo falta e ainda que lhes falte algo básico, nunca é tudo. Afirmar isso é lutar contra o esvaziamento de suas existências produzido pelos discursos da carência e da falta. Resistem ao exigir serem vistos descolados de tudo que carrega a ideia de pobreza. Se a vivem é momentaneamente, não são pobres e nem a pobreza define a vida deles. Além disso, resistem ao exigirem ser vistos de modo não categórico, pois como pondera Ciccarone (2010), identificá-los como pobres homogeneiza as questões que vivem, os desafios que enfrentam e os modos de vida que inventam. Borra-se toda a diversidade ao esgotá-los no conceito de população em situação de pobreza.

As políticas sociais focalizadas requerem uma identidade de pobreza. E uma identidade heterodeclarada. Ou seja, há um movimento do Estado para localizar e identificar uma população como pobre, ou mesmo miserável. Mesmo que a declaração dos moradores possa ser considerada válida na exposição da situação em que vivem, é preciso apresentar carteira de trabalho de todos os membros da família maiores de 18 anos, de modo a avaliar seu enquadramento no critério de renda.

Assim, é a partir de critérios externamente definidos que o Estado classifica aqueles que são pobres e que, por essa razão, podem e devem ser atendidos pela política de assistência social. Já discurremos que essa classificação de pobreza não abrange toda a população que não alcança ter sua família suprida em suas necessidades básicas, considerando essas as já reconhecidas em nossa constituição. Então, o que afirma a recusa da população a essa identidade? Trata-se

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

nto pela afirmação de uma multiplicidade que não se esgota nessa categoria ou, pelo contrário, não são pobres porque a política assim já não os considera?

As duas linhas compõem de forma emaranhada essa postura assumida pelos moradores do Forte São João. A população assume a condição de pobreza como marcada pela falta extrema e, por não viver tamanha escassez, não se reconhecem como pobres, e também não são considerados como pobres pela PNAS. No entanto, como mostramos em trechos já apresentados do registro dos grupos narrativos, mesmo sendo enquadradas e inclusive recusando tal enquadre, a população recoloca a questão ao situá-la como não identitária, mas situacional, inclusive inventando estratégias para acessar a política mesmo quando não se encaixam em seus enquadres.

Assim, não são pobres porque sua renda *per capita* ultrapassa o que é pressuposto pela PNAS, e também não o são porque dificilmente lhes falta tudo e é preciso afirmar que suas vidas não se esgotam no que lhes falta. Entretanto, questionam a focalização da política, não pela afirmação de uma identidade pobre, mas pela criação de estratégias capazes de fazer atendidas situações e necessidades excluídas do escopo de ação efetiva da PNAS em seu território. Nesse movimento da política de focalizar grupos cujo acesso a quase todas, senão todas, necessidades básicas é negado, negligenciado e mesmo impossibilitado, populações são colocadas num ponto cego de várias políticas, sem tampouco ter recursos para acessar serviços similares ofertados pelo mercado. Mas é também nesse ponto cego que esses moradores têm alcançado escapar das malhas das relações de poder que homogeneizam suas existências nos limiares do conceito de pobreza.

As linhas duras que também compõem os relatos e as permeabilidades e aberturas que puderam ser acompanhadas no único momento em que acompanhei as técnicas do CRAS ao Forte São João ajudam-nos a perceber que não é exclusividade da vida no Forte ou do cotidiano de trabalho do CRAS o funcionamento quente e frio das redes até aqui apresentadas. Essas redes compõem CRAS, política, população usuária, morro Forte São João com seus funcionamentos quentes e frios. Os trabalhadores por vezes atualizam mandatos

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ocorrem e afetam-nos, fazendo-os variar. Os endurecimentos da população não são suficientes para esfriar completamente as linhas do trabalho na assistência social, assim como não se alcança enquadrar toda a vida dos usuários da assistência social através de práticas e conceitos identitários.

Ainda que por outras vias diferentes daquelas por mim esperadas, pude experimentar que entre os endurecimentos que formatam práticas socioassistenciais e a vida no Forte São João há aberturas, permeabilidades que colocam sua relação com a população num funcionamento diverso àquele historicamente consolidado. Por quebradas, desloca-se a população de modos de vida aprisionados nas determinações correspondentes a uma vida pobre, e também por elas a política de assistência social desvia-se de prescrições rígidas que julgam deter todo saber acerca daquilo que se convencionou nomear como pobreza.

Esperava que as narrativas me trouxessem essas aberturas em experiências com grupos participativos, de gestão compartilhada com os moradores. Acreditava que no caminho tomado por esses grupos, a partir de suas intervenções, outros modos de se fazer política de assistência social estivessem sendo criados, de tal modo que a população se percebesse parte dessa construção. Essa era a via por mim esperada, um caminho, que identificava nas prescrições da política, para exercitá-la como pública.

No entanto, os relatos contam como o funcionamento dessa via, os grupos, ainda se dá em função de identidades, localizações, determinações. Se há funcionamento quente da rede ali, a população não o trouxe nas narrativas. Não foi fácil abandonar essa rua, demorei a entender o convite a deixá-la, aposto nesse espaço dos grupos e ansiava por ouvir histórias potentes a seu respeito. Nos relatos, os moradores aprovam os grupos, evidenciando, contudo, em que sentido percebem estar operando seu funcionamento.

As reuniões valem à pena, passam muita coisa, explicam várias coisas e perguntam o que a gente pensa. Têm as oficinas também. Têm uns projetos lá, oficinas de sandália, pano de prato, manicure, cabeleireiro. É pra, quando você estiver parado em casa, aprender como ganhar dinheiro.

Quando não se está trabalhando, têm as reuniões, que são interessantes, melhor que ficar em casa. Sempre têm cursos. É uma porta aberta. Só que têm muitas pessoas que ficam lá anos e anos pegando a cesta básica e eles não incentivam a pessoa a arranjar um emprego para trabalhar. Porque

acomodado. Têm os avisos de emprego no mural, as reuniões, depende do interesse das pessoas.

Mas tem um lado bom, incentiva a autoestima das pessoas, a batalhar, correr atrás dos seus sonhos. Se você participar direitinho das reuniões você vai entender a finalidade do CRAS e entrar na linha que ele está indicando. A finalidade é te mostrar que você mesmo pode cuidar de você, que você pode ser independente, mostrar que você tem capacidade de trabalhar, se não tem, de fazer uma oficina, um artesanato. Ensinar a família a crescer. Mas muita gente não entende isso, tem a mente fechada, e fica acomodada lá dentro, vai por ir, para ter algum benefício. Só que o CRAS é pra mostrar o que a pessoa pode fazer para crescer.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Ao mesmo tempo em que é válido ver nesses relatos que há experiências com os grupos de acompanhamento do CRAS que produziram aquilo que o texto da PNAS traz como objetivo a se alcançar . a emancipação das famílias - seu sentido individualizante também salta aos olhos, evidenciando uma responsabilização individual (ou familiar) pelo precário acesso a necessidades básicas, cabendo também a quem vive essa situação encontrar em sua história individual (ou familiar) meios de superação.

Essa finalidade descrita do CRAS, apreendida pelos moradores e compartilhada nos relatos, ao trazer para esfera individual as causas das privações que essa população vive, torna nebulosas as diferentes operações da ordem social capitalística e de sua atualização no Estado brasileiro que atravessam suas vidas, produzindo e reproduzindo tais violações. Apregoa-se a emancipação, mas não num sentido mais amplo de autonomia, que diria respeito à criação de modos de vida, de diferir e problematizar modulações em vigor (HECKERT, 2004), mas de independência dos benefícios da assistência, ou de saída de seus critérios de enquadre. Com isso esse conceito passa a operar relacionando o direito de acesso a esses benefícios como algo vexatório, pois denunciante de uma incapacidade individual, e uma dependência, o que termina por recolocar a política de assistência social num lugar de favor, obscurecendo todo um debate e as lutas que a colocaram no plano do direito.

Ainda que os relatos falem de uma vida no Forte que percebem socialmente estigmatizada e abandonada pelo poder público - situação que compreendem como uma precariedade compartilhada por toda população moradora do Forte São João - o insistente discurso que põe sobre o indivíduo toda a responsabilidade sobre as

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

nes o saber fruto do cotidiano, sugando-lhe as forças ao dar maior validade a conhecimentos provenientes de outras fontes com reconhecida legitimidade. E ali no Forte repete-se o que se escuta nos diferentes CRAS de Vitória, que o povo se contenta com muito pouco, que para muitos basta comer e que sua relação com CRAS é pautada nisso, na busca por lanches e cestas básicas. Os relatos, assim como trazem estratégias de estabelecer com o CRAS e com a PNAS outras conexões capazes de provocar abertura à diversidade e de intervir por meio de *trapaçarias* no funcionamento da política de assistência, colocam também conduções da vida no Forte operadas por linhas duras, cujas conexões com a política de assistência social reafirmam segmentações, moralismos, controles e que procuram também recolocar nesse funcionamento aquilo que nessa política se desloca dessas práticas.

Têm pessoas que sabem o que o CRAS quer dizer pra ela, mas tem gente que continua lá toda a vida e não sai daquilo ali. Porque o CRAS ajuda, mas exige que você participe. Por que exige? Por que é participando ali que as pessoas vão se despertar. E as pessoas sabem que ela se despertando, ela vai deixar de ser acomodada. Elas sabem. Quando no PAC, FAM, pararam de dar a cesta, foi diminuindo, diminuindo até acabar o programa. O FAM acabou porque a cesta parou de ser entregue. E se não tiver o lanche as pessoas não vão também.

Deveria ter mais controle, como já estavam fazendo no CRAS. Perguntar como é a vida da pessoa, perguntar se bebe, se já usou ou usa alguma coisa. Qual a sua finalidade. E deveria ter equipe para estar fazendo mais visita a essa família. O CRAS fica mais de um ano sem visitar. Se é morador do território que eles atuam, tem que conhecer, independente de estar fazendo uso do CRAS ou não. Se forem na casa dá pra saber. Tem que fazer a visita de surpresa, porque se agendar... e também assim não perdem viagem. Se não achar uma em casa, vai a outra casa. Aumentando a convivência entre o CRAS e a comunidade vai ter como saber realmente quem tem o perfil - como eles falam lá - para entrar em algum projeto ou não.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Controle, fiscalização, rigor moral na entrega dos benefícios são linhas duras já presentes na assistência social. Mas a solicitação de um aprofundamento dessas práticas através da identificação de hábitos e vícios por meio de visitas domiciliares surpresas são atravessamentos que perpassam a população e buscam reconduzir a essa norma funcionamentos da PNAS no CRAS de Jucutuquara. Apesar de nem sempre ser possível fazê-lo, em decorrência de a maior parte dos moradores dos territórios atendidos pelo CRAS não ter telefone fixo, apenas celular, e os telefones

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

para a realização de chamadas para celulares, há posturas nos CRAS em que se espera que as visitas sejam comunicadas às famílias antecipadamente. Faz-se isso como uma estratégia para que a visita domiciliar não seja utilizada como mecanismo de controle, de fiscalização e ordenação da vida da população, mas que possa se constituir como instrumento de trabalho favorecedor de aproximação entre o CRAS e a população moradora dos territórios de sua referência.

Mas há uma diferença no modo como isso é trazido pela população do Forte e o discurso que circunda essa postura da população nos CRAS. É comum a acomodação que a busca ao serviço supostamente motivada pelos lanches ou as CBs serem assumidas no CRAS como algo aparentemente intrínseco à população dita em situação de pobreza, como se tratasse de algo proveniente de sua natureza. Nos relatos, tanto um como outro é referido como produto do modo como a relação com o CRAS tem se estabelecido com sua população. É por essa relação que se constrói um interesse restrito em lanches e cestas básicas. Os relatos, contudo, trazem também propostas para que essa relação entre CRAS e população do Forte São João possa fazer-se de outros modos.

O CRAS deveria ir dentro da comunidade, não esperar a comunidade ir até ele. Porque quando a comunidade vai até lá, vai com um só interesse, ganhar cesta básica. Ele vindo, poderia montar oficina aqui, incentivar a comunidade. Criou esse efeito de acomodação. Falta um projeto específico pra pessoas que quisessem ir lá, que não precisam, mas que gostam. Reuniões da comunidade. Falta projeto específico pra isso.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Aproximar-se do CRAS, ir até ele, até suas prescrições, critérios e os modos de trabalho ali configurados, tem terminado por produzir o interesse restrito nos benefícios materiais que podem requerer ali. Propõem então que o CRAS se aproxime do Forte, que construa suas ações de um modo mais associado à vida da comunidade. E nesse sentido propõem grupos para quem não precisa dos benefícios, para quem quer ir ao CRAS por gostar de participar das reuniões, por pensar que este pode ser um espaço interessante para encontros da comunidade.

Para melhor entender que encontros da comunidade são esses que esperam poder realizar com o CRAS, usaram a pesquisa como estratégia. Disseram que poderiam ser espaços para falar sobre a vida no Forte, como estávamos ali fazendo.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Assim podem não só refletir sobre seu cotidiano, como criar em conjunto ações para transformá-lo, mesmo que hoje isso represente para eles apenas a visibilização de suas necessidades perante a prefeitura e suas diferentes políticas sociais.

Ou seja, apontam aí uma necessidade para a qual veem pouca abertura do CRAS, a de recusarem também de que se pense por eles, de que seja de outros a voz que se escuta falando sobre o que é viver ali e também que esteja sobre outros o poder de definir quem são e quais são suas necessidades. Uma recusa que não objetiva o desligamento dos programas, mas a configuração de outras relações com a política de assistência social que não se resumam ao acesso a um benefício, mas que se constitua na abertura e aproximação do CRAS ao cotidiano de sua população usuária.

A distância em que as vias do CRAS passam das quebradas do Forte tem colocado a política de assistência social como pouco fazendo parte de suas vidas. Suas vias o reafirmam como lugar do benefício ou do suprimento de necessidades situacionais. O conhecimento que os moradores do Forte detêm da política, construído no período em que têm com ela se relacionado através do CRAS, faz com que reconheçam sua importância, mas questionem sua limitada vinculação a seu cotidiano.

Mesmo que sempre se vá ao CRAS, ele não tem a ver com a vida aqui. Vai-se porque é lá que se faz, por exemplo, o cadastramento do Programa Bolsa Família, ou vai-se quando precisa. É importante o CRAS, mas não tem a ver com a vida aqui não. Mas ajuda, quem precisa pode pegar a cesta básica, tem a aposentadoria para os idosos ou para quem é deficiente.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Pontuam que uma aproximação entre o CRAS, os agentes de saúde e os profissionais da educação infantil (CMEI Robson) pode ser um caminho para que o CRAS se abra à configuração de uma outra relação com a população. É que de um modo ou outro esses serviços alcançaram compor com a vida da população do Forte. Os agentes de saúde conhecem suas casas e seu cotidiano. Sabem como é a vida dos moradores. e o CMEI é apresentado como um meio de aproximação entre o CRAS e a população, visto que o conselho de escola deste equipamento se configura hoje como um espaço onde há participação dos moradores sem que para isso fosse preciso que se enquadrassem nos moldes de uma comunidade.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

CRAS. O CRAS deveria se integrar com os agentes sabem como é a vida dos moradores. Se tivesse comunicação entre o CRAS e o CMEI seria melhor o trabalho. Porque o CMEI tem conselho e este poderia ajudar.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Eis um convite para que o CRAS suba as escadarias do Forte aberto a compor com suas quebradas. Os moradores narram as políticas de assistência que inventam, nas redes quentes de amizade há estratégias para garantir que a vida se expanda e para que necessidades sejam supridas. Há nessas redes pontos de conexão com o CRAS, quer por meio da *trapaçaria*, que faz atendida uma necessidade negligenciada, quer por meio de posturas dos profissionais que torcem prescrições, aproximando a política de assistência aos enfrentamentos reais do cotidiano da população que lhe é usuária.

E há nos relatos também um convite para vermos essa população e a vida que em seu território é produzida descolada da identidade de pobres. Eis o convite de ver nos modos de vida que inventam algo diverso à falta, à escassez. Há quebradas, modos de vida que escapam à sina, à rua predestinada; há quebradas que fazem aquilo que parece estático perceber-se cheio de movimento. Eis um outro Forte, de muitos outros que não conheci. Um Forte de idas e vindas, que sobem, que descem, que quebram e torcem pra todo lado o que parecia bem descrito e conhecido. Vidas que povoam o espaço urbano de Vitória carregando em pés, mãos, olhos, em seus corpos, sinalizações mil de caminhos outros, de vida que se inventa.

PESQUISA CARTOGRAFIAS DE UMA

OCCUPAÇÃO

O Forte São João parece não estar na Prefeitura não, não estar inscrito. É como aquelas ruas que não existem na Prefeitura. É só o Romão, o Forte eles pulam, e o Centro da cidade. Quem fala de fora pode pensar que o Forte São João tem privilégio por estar próximo ao centro da cidade, mas não é assim. É como se estivesse fora do mapa.

(Registro dos Grupos Narrativos)

O morro Forte São João foi assim denominado em função de nele ter sido construído no final do século XVI um dos dois fortins improvisados para proteger a ilha de invasões estrangeiras. Chamava-se, antes, morro do Vigia, mas a fortificação com grandes canhões e enormes paredes de pedras terminou por modificar seu nome, dando ao morro também o nome com que havia sido batizado. Ao morro não, aos morros. O morro do Vigia foi apenas um dos morros que passaram a ser chamados juntamente de Forte São João, havia ali também o morro do Cruzeiro e o Morro das Três Marias, cujos nomes permanecem denominando as diferentes regiões que compõem o Forte, ou dos diferentes Fortes São João⁴⁹.

O fortim atualmente abriga o Clube Saldanha da Gama cuja visibilidade em nada se compara à ausência de referência, de registros, acerca da história desses morros. Quando pesquisamos informações a respeito do Forte São João é sobre essa fortificação e quase exclusivamente a isso que os registros históricos falam. A ausência do morro Forte São João se faz também no mapa histórico da capital capixaba. Um espaço amnésico, resultado da varredura da vida cotidiana dos conteúdos da histórica acumulada (CARLOS, 2005, p. 231 apud CICCARONE, 2010).

No sentido de interferir nestas políticas de produção do esquecimento que silencia lutas e histórias não oficiais, finalizamos os encontros dos grupos narrativos com a produção de mapas e relatos emanados do cotidiano dos moradores do Forte São João; assim também concluiremos o texto dessa pesquisa. Mapa inconcluso, aberto, narrativo e não demarcador de realidades. Mapa como instrumento de contar travessias, um jeito outro de ocupar taticamente os regimes de dizibilidade e

⁴⁹ Diagonal Urbana, Projeto Terra, SEDEC / DIT / GEO

irregulares escadarias.

as variâncias da vida que se movimentam nas

A narrativa foi o referencial no registro dos relatos e também no desenho do mapa. Narratividade como ato que o escrever deve manter com o escrito, e que o ato de desenhar e pintar formas e cores deve ter na construção de um mapa. Podíamos ter ficado apenas com a enunciação narrativa dos relatos, mas o Forte %ora do mapa+ pedia outro modo de enunciar a distinção entre as formas - os quadros que aprisionam o Forte São João na cidade-identitária e na identidade de pobreza - e os usos - o circular da vida que se faz em seu cotidiano (SANTOS, 2007). O desenho desse mapa envolveu assim no seu feitio, cartolinas, lápis de cores, adultos, crianças, histórias, memórias e percursos.

No desenho acompanhado de relatos os zooms foram feitos pelos moradores. Zoom que se operou como explana Kastrup (2009), como um gesto de pouso em que a percepção realiza uma parada, fechando um campo e nele formando um novo território. Esse movimento chamado de zoom não corresponde a um gesto de focalização. O pouso do zoom cria um mundo num trabalho fino e preciso de acréscimo de sua magnitude e intensidade que reconfigura pela dinâmica da atenção todo o território de observação (KASTRUP, 2009).

Antes de darem o primeiro zoom do mapa, planam, fazem de leve um traçado como se estivessem subindo da avenida ao morro, definem o lugar onde desenharão o Buraco Quente (uma das regiões do Forte), a Igreja Batista, a Praça do Cruzeiro e o CMEI, ou %a creche+. Aí o primeiro zoom acontece, o traçado ganha intensidade, começam o mapa pelo desenho da Igreja Batista.

A Igreja Batista é muito boa. Ela pegava a gente de Kombi. A gente não ia andando, eles incentivavam mesmo a procurar uma igreja, então 7 horas em ponto estavam aqui embaixo, aqui no pé do morro. Porque não tinha essa daqui, só tinha o terreno. O terreno era aqui onde fez a creche. Mas me lembro também quando era naquele quintal. Antes de fazer a creche tinha a Igreja Batista aqui. Era muita criança, faziam viagens para pegar as crianças, do Cruzamento, do Romão e do Forte. E levavam a gente muito lá no Recreio dos Olhos. Ajudou pra caramba. Sempre buscava cesta básica pra vovó e isso não é vergonha não. Ajuda mesmo a Igreja Batista, muito boa mesmo. Aqui era um terreno de uma moradora. Tinha pé de árvore, pé de castanha, pé de jaca. Depois a prefeitura comprou.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

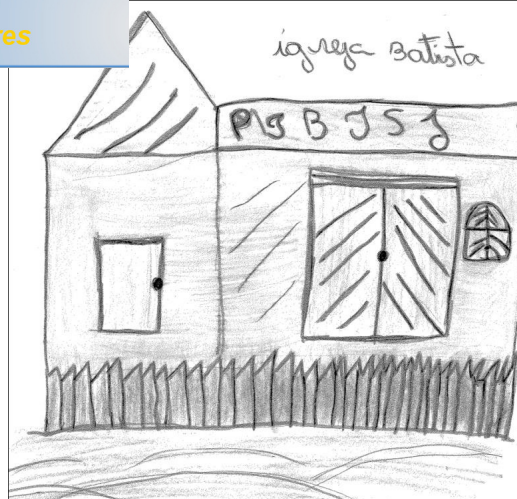


Figura 1 . Primeira Igreja Batista do Forte São João.

A Igreja Batista é pequena, registra contar com apenas 41 membros, num universo de cerca de 460 domicílios do Forte São João. Contudo, sua presença atravessa a vida dos moradores, que contam por meio dela como foi possível, num tempo em que não havia creches públicas, a promoção de atividades para as crianças do morro, como juntos conheceram um parque de Vitória, o Recreio dos Olhos, situado num outro bairro, levando-os a habitar uma cidade que muitas vezes lhes é negada, e também por que meio alcançavam que as necessidades emergenciais dos moradores fossem atendidas.

Após essa parada perceptiva e mnemônica, um caminho que fisicamente não mais existe direciona o desenho do Cruzeiro para o Buraco Quente. Não feito em desenho, mas em relato, o zoom agora se coloca sobre um caminho que em outro tempo ligava a região do Cruzeiro com a do Buraco Quente. Caminho que por uma invisibilidade que dizem não se operar pelo Estado, ou pelos discursos hegemônicos, mas por uma postura não reivindicativa dos moradores, não teve percebida sua importância para as idas e vindas no território do Forte.

Essa creche aqui o pessoal fez no caminho que era do pessoal do Buraco Quente. Porque aqui tinha um caminho. Tinha um poste ali e o caminho que o pessoal do Buraco Quente passava. Só que quando fizeram a creche, o pessoal não reivindicou o caminho deles, aí fez a creche pegada. Aqui tinha um caminho para o pessoal passar, mas eles não reivindicaram, a prefeitura fez a creche e fechou.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

narrando caminhos e quebradas do morro que, delineados por trajetos feitos por pedestres, caminhantes, podem ter sua importância no cotidiano do morro despercebida. Contudo, contam também como aqueles que um dia inventaram esse trajeto, ao tê-lo bloqueado o deslocaram por meio de improvisações da caminhada. Do Buraco Quente à Praça do Cruzeiro há outros dois caminhos %cavucados+. As trilhas são mais longas que a ocupada, sem ser esquecida, pelo CMEI, tornam quintais e barrancos em vias, necessitam de pinguelas, são caminhos mais difíceis, necessários pelo interdito provocado pela turva comunicação entre os trajetos da vida no Forte e as políticas estatais. Marcam no mapa, não pelo desenho, mas pelo operar do zoom, como esse distanciamento, que se produz também por situações em que a população não faz ver nos pleitos suas demandas e necessidades, agrava a dureza do que enfrentam para dar caminhos a suas existências. Todavia, mostram também que é nesse território endurecido que continuam a criar possíveis.

Por meio do relato dessa antiga via movimentam o zoom para o Buraco Quente, contando-o e desenhando-o no mapa. %Você não quer saber por que se chama Buraco Quente não, né? É bom mesmo! (risos)+. Fazem a pergunta para dar início ao relato sobre as incontáveis brigas que se davam em especial naquela região do morro. Brigas pelos mais variados motivos: brigas de casal, brigas entre mulheres, brigas pela delimitação dos terrenos nas residências.

Não podemos esquecer o Buraco Quente! Aqui é o terreno baldio, nós vamos descer para o Buraco Quente. Só um pé de manga no terreno baldio (risos).

Diz que ali tinha muita briga, por isso que o nome é Buraco Quente. Briga de casal, mulher com mulher... é Buraco Quente por causa disso. Ali o %bicho pegava+, %o tá tendo briga lá no Buraco Quente!+. Mas antigamente aqui nesse morro dava muita briga. Mudou muita gente. Eram familiares. Tinha tonel de água no quintal, o pessoal quando agarrava briga, derrubava. Levantavam de madrugada para encher os tonéis de água e derrubavam a água todinha. Tiravam as cercas. Agora aqui tá bom demais, agora não tem mais esse negócio de briga assim não, porque antigamente, o pessoal agarrava uma briga de pau, de pedaço de pau, de foice. Agora tá tranquilo, antigamente era briga uma atrás da outra.

(Junção das falas que acompanharam o desenho do Buraco Quente)

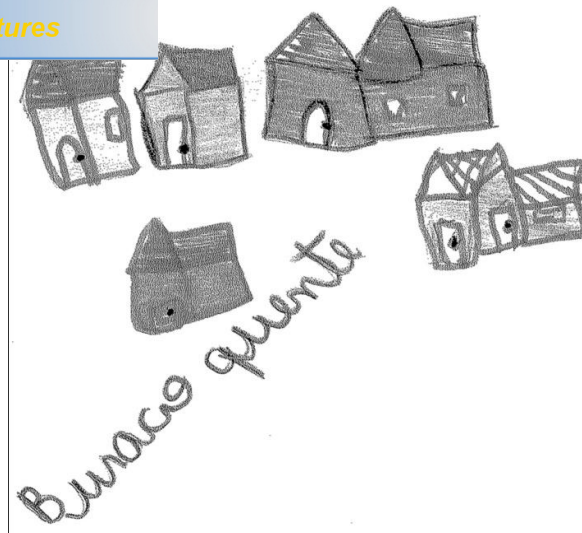


Figura 2 . Região do Buraco Quente

Não lembram por que era ali que as brigas aconteciam, mas lembram bem de que várias vezes para as provocarem tonéis de água eram derrubados; ofensa grave pois foi apenas no final da década de 70 que o morro começou a ser abastecido com água encanada e, logo, por muitos anos adquirir água foi um desafio diário para os moradores do Forte. A comparação dualista entre o passado de brigas e o presente de tranquilidade, logo perde espaço para a intromissão de outras presenças que habitam hoje o Forte, e determinam até onde brigas podem acontecer.

Mas você poderia ver que não acontecia nada demais. Agora não pode ter briga não, porque tem arma agora, pega te dá um tiro e pronto acabou a briga. Antigamente não, era uma briga, mas não tinha esse negócio de sair sangue, as pessoas tinham coragem de entrar, separar. Agora do jeito que eles estão resolvendo, não é bom nem entrar.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

Seguem com o desenho de uma mangueira, árvore que serve de marco para o terreno baldio onde as crianças se juntam para brincar. Desenhos e palavras, discursos e imagens que conectavam o espaço a lembranças, e ao mapeamento de regiões, passagens; fronteiras movediças. De quem era o terreno? Não se lembram, mas que nele havia castanheiras e jaqueiras não teve como esquecer. Três pedras no alto do morro dão nome a uma escadaria e também a uma região, são elas as Três Marias; bananeiras também são lembradas e desenhadas, pois elas também distinguem outra das regiões do Forte São João. Mas agora é em direção à

desenho do mapa.

que a atenção se coloca, dando seguimento ao

Tem um pé de manga, é ali mesmo. Só tem um pé de manga lá. Mais pra cima têm os matos e um pé de manga e aí tem um quintal, sem nada, um quintalzinho, aí eles ficam ali brincando.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

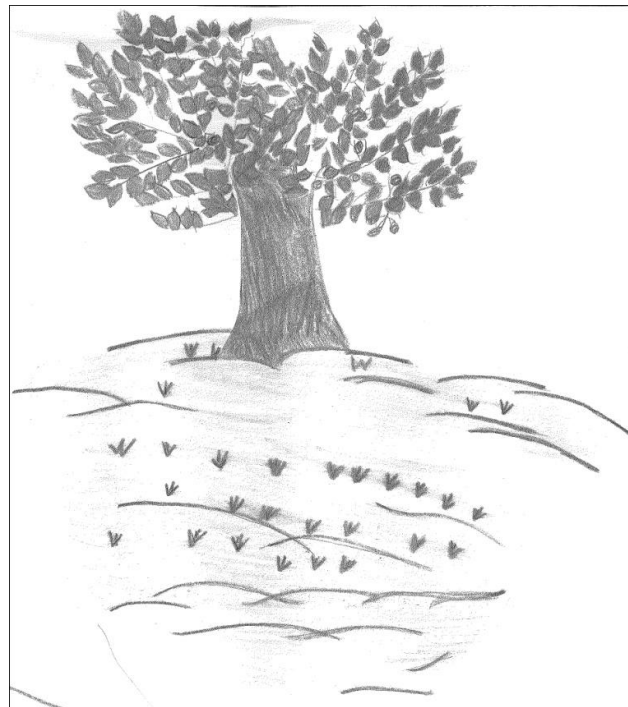


Figura 3 . Mangueira do terreno baldio.

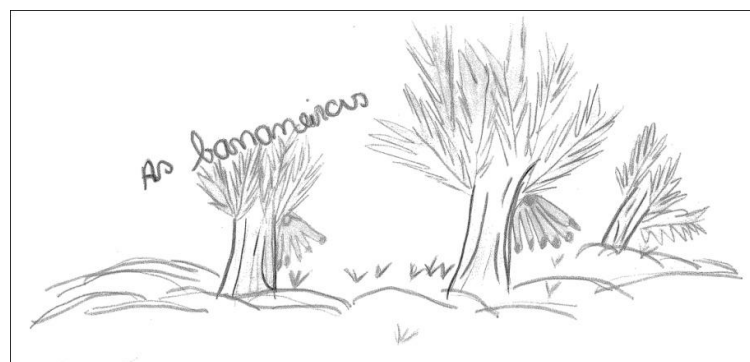


Figura 4 . Região das Bananeiras.

Desenham a partir daí escadarias, casas, prédios que fazem o encontro do Forte São João com a Avenida Vitória. Sugere-se que passem agora para o desenho do Clube de Regatas Saldanha da Gama, mas decidem não o incluírem no mapa, desenhando o Forte partindo das escadarias. Sabem que o Clube faz parte dos

para o Forte São João, mas no mapa querem dar visibilidade a um outro Forte.

Tem o Saldanha. Vamos botar o lado de cá. Vamos botar o lado da escadaria que é melhor.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

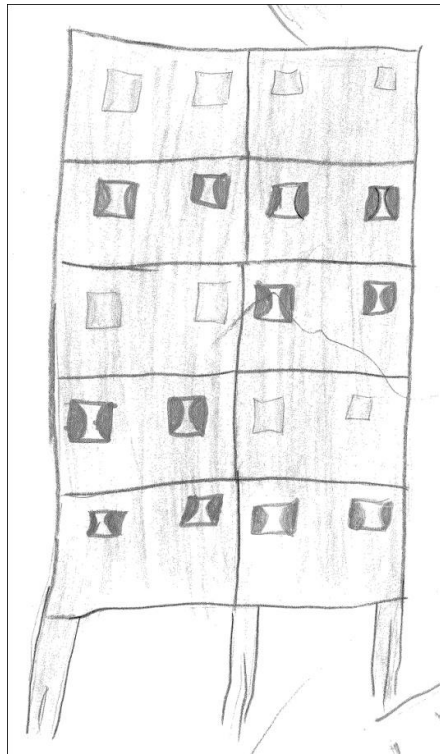


Figura 5 . Prédio localizado na Avenida Vitória.



Figura 6 . Escadaria Ilma de Deus

Algumas casas que servem de referência na caminhada também são colocadas no mapa. Demarcam regiões, limites, desvios, cheios e vazios que escrevem a relação e o conhecimento construído sobre como se orientar nas andanças pelo Forte São João. Organização do território habitado que assinala elementos cuja eleição escapa

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Os trajetos não vive. Escrituras formadas por trajetórias fragmentarias, que não carecem necessariamente de ter início ou fim, ponto de partida e de chegada, mas de possibilitar orientar-se num território composto por quebradas.

Aqui é o (nome). Era um bar, aí têm duas portas de ferro. Descendo a escadaria, um antigo bar. Agora é uma casa, não é mais bar. Aqui é a casa de (nome). Tem outra casa aqui. Aqui vem um muro e aqui tem a casa dessa mulher que é evangélica. Ali subindo tem um prediozinho. A rua já é lá embaixo, descendo o morro. Aí tem aquele prédio do lado do morro. A casa do (nome).

Passa pelo Buraco Quente, aí vai, aí vem a Igreja Batista, aí é o Cruzeiro e curva assim e é a creche. Aqui é a casa da Ádna. Cruzeiro, Igreja, creche.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

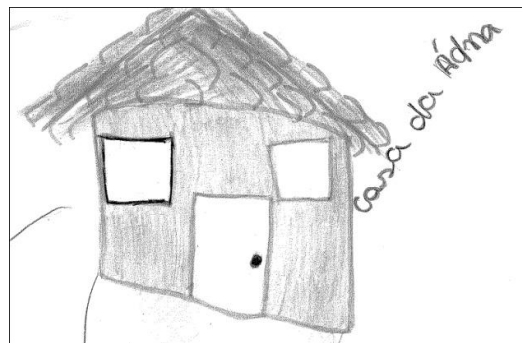


Figura 7 . Casa da Ádna.

O desenho do CMEI invade de repente o mapa. O caminho de retorno à região do Cruzeiro não me foi legível. Alcanço apenas perceber que desenharam a parte baixa do morro, primeiro num certo contorno com elementos referenciais, e passaram agora a preenchê-lo. A creche, como chamam o CMEI, é desenhada com o olhar do passante, de quem caminha pelas escadas que dão acesso a seu portão. Assim, desenharam nela o muro, as caixas d'água que dali são visíveis e um porteiro que ao invés de posicionar-se atrás do portão da escola, senta-se sempre próximo ao portão, mas na escadaria, acessível à população. Elemento do mapa que uma vez mais evidencia que há estabelecida entre CMEI e a vida no Forte um modo outro de relacionar-se, capaz de conectar o trabalho ali em execução com o cotidiano do morro, borrando fronteiras.

Desenhou só o quadrado da lajota e o portão e as caixas d'água e o Máquina-Velha sentado no portão. Ele que gosta de ficar ali sentado.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

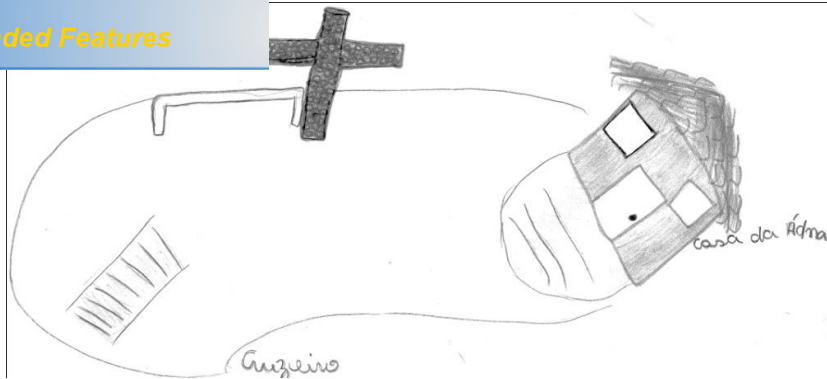


Figura 8 . Praça do Cruzeiro.

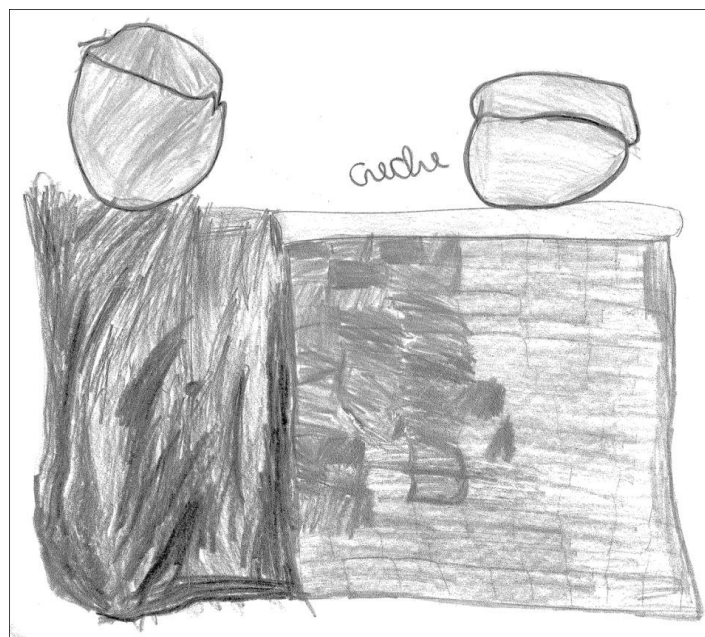


Figura 9 . CMEI Robson José Nassur Peixoto.



Figura 10 . Vigia Máquina-Velha

Mudam de cartolina para agora desenharem a região das Três Marias. Novamente plainam sobre diferentes pontos do território. O zoom nessa região direciona-se primeiramente à caixa d'água, uma grande construção, atualmente desativada, que

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

lo qual os moradores do Forte podiam ter acesso à água tratada. Local de encontro dos moradores que também por vezes foi utilizado informal e formalmente para o compartilhamento de notícias e informações sobre a cidade.

Aqui é mais escada. Dos lados são casas e bares. A igrejazinha ficaria aqui. A igreja das Três Marias ficaria melhor aqui. Que têm duas escadas, dois caminhos que vão lá pra trás. Aqui seriam as pedras das Três Marias, três pedras juntas, por isso são as Três Marias. Lá no finalzinho têm as três pedras.

Vamos começar pela caixa d'água. A caixa d'água é toda feita em bloco, só que você subindo em cima dela tem um buraco onde pegava a água. Tem mais água não. Antigamente era ali que a gente pegava água, só ali que tinha água. Antigamente ali também lia muito jornal, lavava roupa, porque o morro não tinha acesso a jornalismo, às pessoas saberem de informações, esse negócio. Aí, não sei se foi a prefeitura, na época, tem muito tempo, colocava tipo aqueles negócios que colocam pra você ver imagens, passava escrito assim, no retroprojetor. Tinha muito acesso à água, era o único lugar que a gente pegava água. Ficavam passando as notícias, poucas pessoas tinham televisão aqui em cima, aí passava lá. Aí ali era a caixa d'água, agora que não é mais, fizeram casa, ilegal, porque ali é da prefeitura. Mas agora, eles estão com um projeto para tirar a caixa d'água e fazer uma quadra ali atrás. Porque a caixa d'água é enorme, toma conta, dá pra fazer uma quadra boa ali, mas até então não fizeram mais nada, ficou só no papel. Ela é grandona, toda de pedra e tem uma escada. É fechada em cima porque caía muita criança ali soltando pipa, mas nunca foi fatal não.

Nós íamos lá por trás onde têm as bananeiras, ali tinha um poço, nós pegávamos água dali, e também tem a Gruta da Onça, que também tinha uma fonte. Então os moradores iam onde achavam mais acesso para pegar a água. Quem morava mais pra cá, ia lá pra trás pegar água, mas quem morava pra cima ia mais pro lado da mata, pra Gruta da Onça. Antes de ter encanação aqui no morro, nós pegávamos em poços e fontes e depois veio essa caixa d'água. Ali era o foco, todo mundo pegava água ali e levava pra casa. Lavava a roupa, porque tinha um pedrão, era bom de bater roupa, que agora não tem mais porque tem uma casa. Era bom pra caramba ali antigamente. Quando colocaram encanação no morro desativaram a caixa d'água. Aí ficou aquela caixa d'água ali, tem anos. A prefeitura queria fazer uma quadra ali, é até um bom lugar, mas a prefeitura vai ter que investir muito ali porque tem uma barreira que é perigosa, um pedrão que é muito perigoso. Então se a prefeitura fosse mexer, talvez não fosse bom não, porque fizeram um caminho do lado da caixa d'água, não tinha caminho ali, agora fizeram, porque têm casas ali pra trás e tem essa barreira, então se fosse mexer não ia ter como. Tinha quem só pegava água lá embaixo, mesmo quando o morro já tinha água, pegava água lá embaixo, não bebia água da CESAN, só da fonte.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

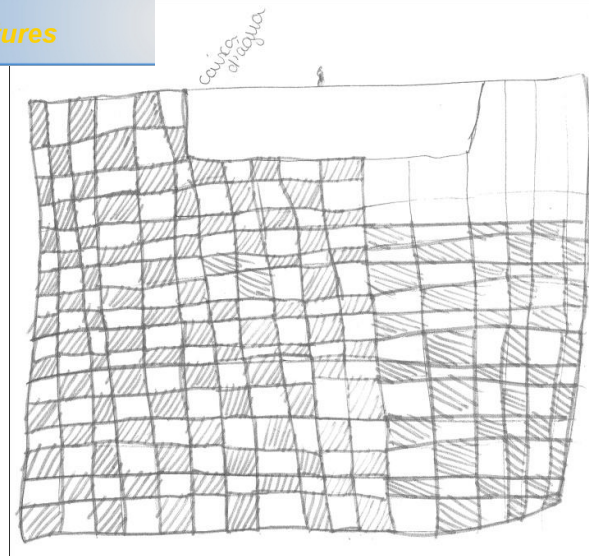


Figura 10 . Caixa D'água.

Como já dito, quase não encontramos fontes que falassem da história do Forte São João. De fato, os únicos materiais encontrados sobre o tema foram um breve relato publicado no site da PMV e replicado no site do centro comunitário do Forte São João e, na história oficial do Espírito Santo, o relato de intervenções governamentais decorrentes das ocupações dos morros do maciço central de Vitória. Nesses registros, conta-se que antes mesmo da década de quarenta já havia casas nos morros, apesar de, como contam os moradores, não haver neles nem sequer abastecimento de água. O acesso ao bairro era extremamente dificultoso, com escadas e ladeiras esculpidas nos barrancos pelos próprios moradores. A ocupação dessas terras, assim como a permanência ali, se deu à base de luta, pois ficava nas proximidades do Centro da Cidade, região onde à época moravam as famílias mais abastadas da capital, que, em razão da ocupação, não apenas desses morros, mas dos demais localizados no maciço central, começaram a migrar para a região da Praia do Canto e posteriormente para a área continental da cidade (CICCARONE, 2010).

A permissão oficial da ocupação dos morros do maciço central aconteceu no primeiro governo de Francisco Lacerda, o Chiquinho, na década de cinquenta, governador populista que enfrentou um volumoso êxodo rural em função de crise cafeeira provocada pela acusação de que o café capixaba estava contaminado por pragas. A população que abandonava a zona rural em direção às cidades forçou o governador a cumprir a promessa de campanha de que legalizaria áreas já

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

perímetro urbano. No Forte São João, além dessa permissão, Chiquinho deu início à construção de duas das escadarias (OLIVEIRA, 2008). Contudo, apesar de o contingente populacional dos morros ter aumentado consideravelmente nesse período, foi somente na década de 1970 que os moradores passaram a contar com água encanada e luz elétrica⁵⁰.

Daqui pra cima era muito morador, foi todo mundo embora porque não tinha condições. Há 40 anos já tinha muita gente aqui. E buscávamos lenha lá embaixo.

(Registro dos Grupos Narrativos)

O zoom na caixa d'água reconta essa história, põe em visibilidade que a luta para viver ali, por habitar o centro da capital capixaba, não foi nada simples. Manter a área na ilegalidade possibilita ao Estado negar à população que lhe ocupa condições básicas de moradia. Parte da população que um dia migrou para o Forte não aguentou esse embate, mudando para a periferia da região metropolitana de Vitória. Mas houve insistência de muitos, insistência com que abriram caminhos, escadarias, e também com que buscaram lenhas, materiais de construção e, diariamente, água.

A atenção plaina novamente observando na branca cartolina onde colocarão as Três Marias. Mas é sobre a Igreja+ ou o Colezinho+ que o zoom se dá, abrindo outro território que carrega a mistura entre a presença das igrejas no morro e as políticas sociais. A Igreja Assembleia de Deus, localizada ainda no início da região das Três Marias, é até hoje pelos mais antigos moradores chamada de Colezinho+. O apelido foi dado em função de o prédio, que atualmente abriga seus cultos e atividades, ter sido utilizado na alfabetização de jovens e adultos, nos tempos do projeto Mobral.

Agora nós vamos subir para as Três Marias. Vou fazer as Três Pedras aqui. Aqui vão ser as Três Pedras. Não pode esquecer da Igreja. Fazer a Igreja aqui embaixo.

Antes era coleginho, porque acho que lá tinha Mobral antigamente, há muitos anos. Porque as pessoas conhecem como coleginho. Ali antigamente não era igreja, era um coleginho, era só pra Mobral+, só para os adultos. Antigamente era de Mobral que chamavam as pessoas que não sabia nem ler, nem escrever, chamavam Mobral. Aí as pessoas falam coleginho, não falam igreja. Tem muitos anos ali daquele mesmo jeito, só

⁵⁰ Fonte: Diagonal Urbana, Projeto Terra, SEDEC / DIT / GEO.

a, ali chamava coleginho, acho que tinha um lugar, igreja, desmancharam, fizeram uma igrejinha, que aquela igreja ali é antiga, tem muitos anos. Só que as pessoas mais antigas não perderam... falam %á no coleginho+. Não perderam isso aí, %h, perto do coleginho+.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)



Figura 11 . %grejinha+

Contavam isso enquanto desenhavam no mapa a Igreja Assembleia de Deus. No antigo terreno onde a Igreja Batista reunia as crianças foi feito o CMEI; no lugar onde hoje é a Igreja Assembleia de Deus funcionava o Projeto Mobral, ou o %oleginho+. Se educação e assistência social se misturam com as práticas religiosas, a Pastoral com o acompanhamento da saúde das crianças do morro coloca em cena a mistura desse campo religioso com as ações em saúde. Agências que chegaram ao Forte antes mesmo de tais políticas estatais, e cuja presença nas práticas assistenciais de vizinhança e de Estado os moradores registraram em relato e em mapa.

As igrejas nos dão força espiritual pra no outro dia você levantar, batalhar e correr atrás do seu dinheiro. Se você chegar e falar que está precisando disso, disso e disso, a igreja te ajuda. Mas a maior força é a espiritual. Tem o projeto Sarça que cuida das crianças. Mas as outras Igrejas não auxiliam muito materialmente, mais espiritualmente. Mesmo a Igreja católica só auxilia na Pastoral, e mesmo a Pastoral só ajuda se a família falar. Acho que a partir do momento que você tem as informações, deveria procurar um meio pra ajudar. É limitado, mas como pessoas nós não somos limitados. Nas igrejas evangélicas, se algum membro tiver algum problema, a igreja toda se reúne e colabora com aquele irmão, mas elas não invadem a sua casa pra perguntar. Elas esperam você procurar. Antigamente a igreja presbiteriana fornecia gás, cesta básica. Agora só tem o projeto. Graças a Deus ainda tem o projeto, pra cuidar da criança, tirar um pouco das ruas.

(Registro dos Grupos Narrativos)

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

... Igreja Batista, o caminho entre o Buraco Quente e o Cruzeiro, a Caixa d'água e a Igrejinha não apenas reportam-se a densidades de traçados das trajetórias que a vida no Forte desenhou sobre seu território, mas também à ausência daquilo que passou. Os destaques feitos nos percursos dos olhares que plainavam sobre o morro captaram também os resíduos daquilo que um dia se configurou dispondo-os, por meio do relato, na superfície de fabricação do mapa. As atividades da Igreja Batista com as crianças, que hoje solicitam voltar a acontecer, o caminho que ligava sem tantos obstáculos Buraco Quente e Cruzeiro, o ponto de encontro dos moradores na caixa d'água, o *coleginho* que ensinava a ler uma população ainda pouco alfabetizada. Narrando pelo mapa ou por relatos, esses resíduos resistem a seu esquecimento. A insistência em chamar a Igreja Assembleia de Deus de *coleginho* faz crianças e jovens perguntarem por que esse nome, que história ele carrega? É com a pergunta de *por que era chamado de coleginho?* que os moradores narram esse exercício, os mesmos que perguntam, contam os porquês, ou seja, a pergunta não é feita ao outro por não saber, mas como convite a juntos recontarem uma história.

Narrações de resíduos que perturbam totalizações que se pode assumir no olhar. Estranham construções teóricas ou visuais. O CMEI com sua abertura tão intensamente falada foi construído sem se dar conta da importância do caminho que obstruía, as igrejas e suas práticas assistencialistas e moralizantes não vão à casa dos moradores conferir a necessidade que relatam, não contém o povo do Forte no morro, distanciando-o de tudo o mais da cidade, mas convida suas crianças a apropriar-se de outros espaços de Vitória como delas, como parte de suas histórias. A caixa d'água que podemos olhar como monumento a um tempo de precário acesso à água, foi espaço de encontros, de compartilhamentos, e sinaliza que espaços assim são hoje lacunas no morro. Práticas do espaço que estranham geometrias ou geografias, contando maneiras de fazer que provocam, no que poder-se-ia novamente objetificar, outras dissoluções (CERTEAU, 1990).

Orientam-se novamente pelas Três Marias, cartografando intensidades. Não desenharão tudo, então, a que dar evidência? Depois de plainar sobre as Três Marias, a atenção faz seu pouso sobre o chamado *Gegê*.

Aqui são as três pedras, essas pedras aqui são longe, quase lá perto do Gegê. Elas estão juntas por isso que são as Três Marias. Tem muito mato

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

a cima que vem o Gegê. Gegê é um fazendeiro que amoso. Todo mundo fala: lá no Gegê. Ele tem uma chácara lá em cima, tem tipo uma fazenda lá em cima. Tem boi, vaca. Antigamente saía gente aqui pra vender leite pra ele. E antigamente também os bois dele desciam aqui pra baixo, ele soltava os bois. Chegaram até a matar uns bois dele por aí já. Ele é importante, todo mundo conhece Gegê, bom, de ouvir falar. Mora aqui há muitos anos. Ele é muito bem falado. É um senhorzinho já. Ele deve estar com cento e poucos anos. Nunca ouvimos falar em mulher e filhos, só Gegê e capangas, porque ele matou um menino, não deu nada porque o menino invadiu a propriedade dele pra roubar jaca. Aí dizem que quando você invade uma propriedade que é da pessoa, a pessoa tem o direito. Quando ele foi invadir o quintal dele pra pegar jaca, acabou matando ele. Aqui tem um portãozinho. A propriedade dele é tão grande que começa no Forte e termina lá no Fradinhos. Perto do Mirante do Romão tem um portãozinho. Se entrar sem permissão, ele não aceita não. Acho que tem até guarda lá, o portão é muito bem equipado, tem uma rua grandona que vai carro lá dentro da propriedade dele. Acho que deve ter vigias lá. As cercas são bem simplesinhas, as que ele tem na entrada, de tábuas mesmo. E aquilo ali é tudo dele. Nunca ouvi falar de ele ter filho, aquele homem, nem sei se ele tem mulher, só mesmo ele. Quase ninguém conhece ele, Gegê. Deve ser uma pessoa muito ilustre, todo mundo ouve falar, mas ninguém sabe quem é. Não faço nem ideia de como é a casa dele. É enorme a fazenda dele, enorme mesmo. Dizem que passando por onde ele mora, saindo do outro lado, você sai na metade do morro da Fonte Grande, que aqui do morro dá acesso prá lá. Querendo ou não o morro tem umas ligações, não entendo as rivalidades, mas ligações têm.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

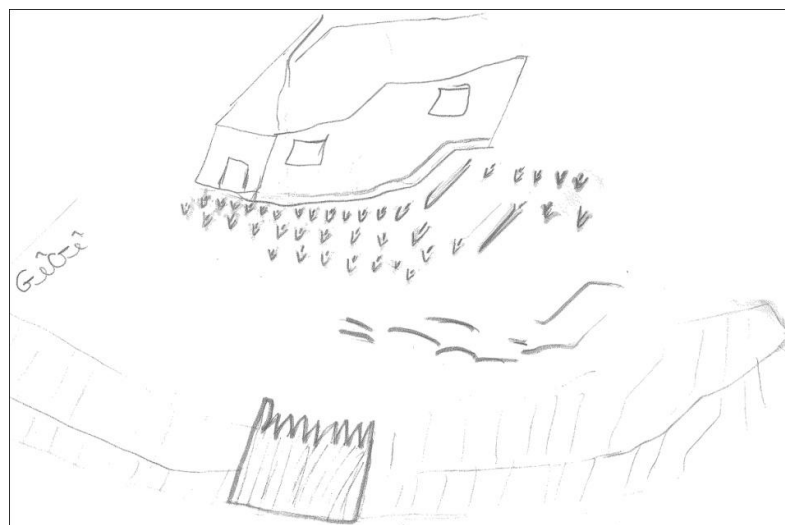


Figura 12 . Fazenda do Gegê.

%D Gegê+ é como chamam o limite do morro que é dado por cercas de madeira indicando onde tem início uma imensa área de pasto do outro lado da encosta do maciço central. A Fazenda GG situada no meio do maciço central faz divisa com

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

centro de Vitória, estendendo-se da Fonte Grande a Fraadinhos, com pecuária extensiva em área de proteção ambiental permanente (CICCARONE, 2010). Gegê é o apelido de seu dono, Geraldo Rebelo, muito falado na região, mas que não era conhecido por nenhum dos participantes do grupo. Se em todo o Forte não há terrenos escriturados, como os moradores dizem tudo registrado em cartório com o recibo+, e a desapropriação justificada pelo risco e pela proteção ambiental é prenúncio recorrente, a atenção que se coloca sobre a fazenda do Gegê evidencia a relação do Forte São João com um território marcado pelo signo da propriedade.

A invasão de propriedade privada+há muito legitima absurdos como o assassinato desse menino de treze anos contado enquanto desenhavam o pasto que representou no mapa a Fazenda do Gegê. A morte do menino foi falada de forma naturalizada, apesar de o terem conhecido de perto e lembrarem seu nome, tal ocorrência é entendida como decorrente de seu erro de ter chegado perto demais da propriedade do Gegê. Cuidado com o Gegê+ era uma frase que contam terem ouvido muitas vezes de suas mães. Se hoje a possibilidade de sofrer violências legitimamente+ pode não mais carregar o consolidado medo dos capangas do Gegê, ainda se efetua pelo Estado por meio da força policial. A morte de jovens no morro por policiais, ainda que questionada, carrega também a justificativa de que foi provocada pelo envolvimento com o crime, que legitima o extermínio e o aumento da presença nesse território de leis e repressões de outro código que não o da justiça penal. Cartografia de relações de poder que se operam no Forte São João, forjando limites, áreas proibidas, modos de vida.

As conexões entre os morros tomam, pelo terreno do Gegê, evidência. Passando por ele todos se conectam, fazem parte de uma mesma cidade. É a propriedade que determina a cidade habitável por uns e não por outros. E a garantia de manter a vida sob a lei da propriedade é dada pelo medo da violência que legitimamente pode se operar sobre quem não respeita suas determinações. Medo que se espalha e se mistura com fronteiras geográficas, do ambiente natural, dos usos cotidianos e com reforçados traços determina limites à circulação da população no espaço urbano.

E se a totalização do Forte pelo discurso do medo é questionada a todo tempo por seus moradores, semelhante operação que se efetua em outros morros da cidade é

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

falam o que fala a mídia e afirmam que em razão do medo não tem mais a pretensão de transpor as fronteiras de bairros e transitar por morros vizinhos. Ocupações do mesmo maciço central, conectadas por vias informais por poucos, atualmente, utilizadas. Lá moram amigos, parentes, conhecidos, que já não se pretende visitar por medo da guerra.

Não tem aquele morro que tá matando gente? Piedade. Tantas vezes eu já subi lá com minha colega no horário de almoço. Naquele caminho mesmo. Mataram um rapaz agora. Nessa escadaria onde mataram a primeira mulher, passava lá direto. Agora se me chamarem para ir lá hoje, não vou mais não, sou muito medrosa. Tiro é uma coisa... mas dizem que foi tiro entre polícia e ladrão. Mataram uma menina de 16 anos lá e um outro prenderam. Lá na Fonte Grande não sabia que era assim. Subi uma vez só. Tava lotado de polícia lá, quase morro do coração. Eles estavam protegidos, mas e quem tava subindo a pé?

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

Retornam ao mapa pelas Três Marias e delas direcionam-se a um antigo campinho abandonado onde brincavam quando crianças. Ressaltam ali o tempo que não caminham por aquela região. Por esse zoom falam do abandono de áreas outrora ocupadas por atualmente não transporem os diferentes territórios que compõem o Forte com a frequência de antes. Falam também de uma antiga estradinha que passou por obras da prefeitura, mas que muitos não viram as mudanças que foram feitas por há tempo também não andarem mais por lá.

Aqui são as Três Marias, as três pedras aqui. Aqui vai descendo umas escadinhas e tem a igreja ~~coleginho~~. Tem uma escada aqui mais ou menos e aqui é mais mato. Ah aqui tem um campinho, acho que nem existe mais esse campinho, porque tomaram conta os matos. Lá em cima. Pra cima da igreja, vêm as Três Marias, Gegê e aí tem um campinho, mas ninguém dá valor não, só quem ia lá muito era a gente antigamente. É tipo uma terra solta cheia de mato dos lados.

Aí vem uma escada bem estreitinha. Agora tá boa aquela estradinha. Antigamente era um monte de escadinha. Agora lá tá é bonito. Não consigo andar por lá mais.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)



Figura 13 . Três Marias.

Mapeiam então a região do Forte que se avizinha ao Romão e lá a atenção pausa em zoom sobre o que chamaram de Área Verde+ ou como denomina a prefeitura Área de Proteção Ambiental+(APA). São áreas definidas pela PMV como parte das últimas faixas de área contígua de Mata Atlântica para as que se voltam políticas de proteção e recuperação ambiental. Tais políticas são definidas ao mesmo tempo em que dão início a intervenções urbanas de revitalização do Centro que reiteravam os antigos intentos de expulsão da população que ocupa e habita seus morros. A ecologização da cidade que reivindica a proteção de mangues, morros e encostas, atualiza o conflito que recoloca a questão do que fazer com quem habita esses territórios (CICCARONE, 2010). O zoom que colocam sobre o território de atualização desse conflito não deixa escapar a ressalva de que a mata tem sido por todos esses anos de ocupação do Forte São João mantida viva ali.

Aqui é mato e aqui tem casa, um monte de casinha, aí você vai descendo, descendo e aqui é o coleginho. E descendo aqui no campinho que é perto das Três Marias, já é parte do Mirante do Romão, onde fizeram a metade da rua e onde é a casa de (nome).

Lá é Área Verde. A prefeitura quer tirar todo mundo dali e botar em outro lugar. Os moradores para morar ali tiveram que desmatar algumas árvores. Porque o morro é invadido. As pessoas tiveram que tirar as árvores para construir casa. Mas tem muita árvore. Tem bastante árvore.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

Mistura-se no argumento do resguardo das áreas de interesse ambiental a ilegalidade de suas presenças ali por serem terrenos de que não são proprietários, terrenos invadidos. O encadeamento dessas duas proposições legitima a remoção sistemática de seus moradores. Produz-se para tanto o esquecimento das lutas que tem garantido não só a permanência desses grupos populacionais no Forte São João (população em maior parte formada por moradores antigos e suas duas

que tem possibilitado que mesmo em todos esses anos de ocupação a reserva natural presente ali seja hoje de interesse ambiental. Se após todo esse tempo de ocupação do território do Forte São João as condições ecológicas de seu entorno foram salvaguardadas, é possível que haja estabelecidas ali relações sustentáveis entre os grupos humanos que o habitam e seus recursos naturais (CICCARONE, 2010).

Essas intervenções são efeito de disputas que se fundamentam por critérios técnico-ambientais. A orientação preservacionista que tem se consolidado nas políticas estatais considera a presença humana antecipadamente como ameaça aos recursos naturais (CICCARONE, 2010). Tal regime de verdade tem sido estratégico para o não reconhecimento de grupos cuja presença em áreas urbanas de interesse ambiental não é conveniente aos interesses econômicos e/ou de grupos hegemônicos.

Contextualizando, a zona territorial que abriga o Forte São João é também habitada pela população do bairro de Fradinhos, o chamado *“Bulcão”* da capital. Área nobre, as mansões de Fradinhos se estendem irregularmente sobre a Reserva Ecológica Municipal Pedra dos Dois Olhos. Contudo é sua associação de moradores a que mais a frente tem se posicionado no pleito pela criação do Parque Natural de Fradinhos, que implicaria na retirada de moradores dos altos dos morros e na garantia de que não haveria mais ameaça de aproximação entre os territórios dos bairros do maciço central e seu reduto de exuberante natureza.

Se ambos os grupos habitam tais áreas de proteção ambiental, por que a retirada apenas dos moradores das *“áreas verdes”* dos morros? A identidade de pobreza é associada aí à produção de danos, ao descuido, à ignorância. Ao contrário dos moradores de Fradinhos, que saberiam valorizar e cuidar de seu reduto natural, os moradores dos morros não o sabem e degradariam a mata que seria de interesse de todos os moradores da capital preservar. Nega-se a essa população pelo seu aprisionamento no quadro identitário de pobreza a permanência no território que tem ocupado historicamente (CICCARONE, 2010).

A identificação dos moradores a serem retirados dos morros e encostas do maciço central é feita por agentes externos que buscam identificar a população que habita zonas definidas como APA para ser reassentada sem incluir nessa análise as

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

com esse ambiente natural. Nesse jogo dramatizam-se ou subestimam-se ameaças às reservas, atualizam-se medos e riscos a fim de operar a gestão desses conflitos em nome da proteção.

Critérios técnicos discriminam não só riscos ambientais como habitacionais, que faziam fugir do entendimento dos profissionais responsáveis pela remoção de moradores a recusa em sair de suas casas, atitude lida como de irresponsabilidade. Os efeitos da remoção são pouco percebidos, a indenização que pode chegar ao limite máximo de R\$ 25.000,00 é por vezes considerada alta em comparação com o precário barraco pelo qual se pode quiçá pagar esse valor. Contudo, não se acham terrenos legais a serem comprados por esse preço no centro da capital, modo outro de impelir essas populações para cidades periféricas. Quando a política de remoção se associa à de reassentamento, é frequente a negativa de moradores mesmo em moradias com iminência de desabamento. Isso porque são lhes oferecidos apartamentos de 35 a 45 m², aos quais chamam de *apombais*, quando suas casas, em maioria, possuem quintais onde cultivam hortaliças e criam animais (CICCARONE, 2010).

Desse modo, para colocar em ação essa política de retirada destas populações de seus locais de moradia, foi preciso incidir sobre eles um discurso que desconsidera que as encostas do maciço central têm sido seu habitat para identificá-las como *áreas verdes*, que deveriam retornar a um *estado natural* anterior ao contato com agrupamentos humanos. Orientação defendida pelos preservacionistas que deslocam a ideia de impureza e contaminação, antes atribuídas a ambientes naturais (selvagens), aos agrupamentos humanos identificados pela pobreza (CICCARONE, 2010).

O território em que essa disputa se faz abriu-se no zoom sobre a *Área Verde*, mas elementos desse campo, que as políticas ambientais e de moradia no encontro com o Forte fazem emergir, são trazidos quando dali o olhar encosta nos limites do Forte São João com o Romão e se depara com a rua inacabada. Nos relatos, trazidos em parte anteriormente e que, trago na íntegra agora, os moradores falam da expectativa que carregam há anos da construção dessa rua e de como poderia modificar a vida no Forte São João. Pelo mapa contam o que fez com que o primeiro

continuidade.

o de uma rua pela PMV parasse, sem ter tido ainda

Nem todas as pessoas encaram subir morro. Alguns idosos precisam ser consultados em casa porque não têm condições de ir até à Unidade de Saúde. Os profissionais da saúde demoram a subir por causa da escadaria. Correios e comércio também demoram. Tendo a rua eles podem vir com mais facilidade, podem vir de carro consultar. Tendo a rua o resto pode vir com o tempo, não tem pressa. Tá muito difícil ainda. Com a rua poderíamos contar com caronas dos vizinhos.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Aqui eles não fazem a rua porque tem um moço lá de trás que não quer vender. Então a rua não vem pra cá nunca. Dizem que ele não quer vender.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

A insistência da população do Forte de ali permanecer alcançou operar desvios na política municipal de moradia. As ofertas de remoção das famílias e realocação nos apartamentos apelidados de %pombais+ foram recusadas por parte dos moradores. A construção dos conjuntos habitacionais nas proximidades de Fradinhos encontrou também oposição dos moradores desse bairro que com processo judicial conseguiram frear o início das obras. A prefeitura chegou a propor, para os moradores do Forte listados como em situação de risco habitacional, apartamentos em conjuntos habitacionais construídos em outros bairros da cidade, contudo houve recusa também de parte destes. Por fim, o Projeto Moradia tem atuado no morro na construção e reforma de casas identificadas como em situação de risco. Sonho de muitos moradores, as casas são feitas nos terrenos onde se localiza a habitação em risco, encontrando-se assim com os interesses de grande parte da população, que é permanecer no Forte, mas em melhores condições.

Fazer as casas aqui foi algo importante. Ainda está acontecendo. Esse ano já construíram todas, não vai sair mais nenhuma. As que faltam serão construídas só ano que vem. A expectativa é de uma casa melhor aqui no Forte mesmo. Porque têm as crianças que já estão na creche. São casas de bloco, algumas de dois andares. Tem muitos anos que se espera isso. Se oferecessem para sair, não aceitaria. Já estamos acostumados à vida aqui. Tem a família. A Prefeitura pintou e colocou o telhado em algumas casas.

(Registro dos Grupos Narrativos)

Explicaram que a recusa desse morador em receber a indenização da prefeitura é por não ter encontrado no morro alguém interessado em vender a casa pelo valor a ele oferecido. Assim, por se negar a deixar o bairro, a construção da rua parou.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

lhar sobre o morro, propõem pousar sobre um muro, que uma moradora lembra não existir mais. A diminuição das andanças pelos territórios que compõem o Forte se faz ver novamente ao falarem sobre como não têm tomado conhecimento dessas mudanças. Voltam a plainar, falam da composição rochosa dos morros e daí passeiam no tempo, já não falando de lembranças, mas da realização num tempo por vir de demandas que já há bastante tempo têm insistido em reivindicar. Fazem parte das coisas que sempre se falam, mas nunca são feitas, mas que ainda se esperam.

E o muro do (nome)? Tá onde? Não tem mais muro no Sabará. Derrubaram o muro faz é tempo.

Ô morro pra ter pedra, minha casa é cheia de pedra.

A creche vai ficar boa lá em cima. Daqui há uns três, quatro anos que eles vão começar a fazer. Aqui (no CMEI Robson) eles poderiam colocar um colégio da 1^a a 5^a série para as crianças ficarem por aqui mesmo. Porque aqui têm quatro salas lá em cima, acho que dá pra fazer. Porque as crianças agora estão indo muito cedo pra escola, agora é com 6 anos, fico com medo, é muito novo ainda. Aí poderia fazer pelo menos até a quarta série aqui em cima, que pelo menos já está mais crescidinho e depois descer lá pra baixo. Acho que deveria ser um colégio, até a quarta série mais ou menos, quinta. Até a quarta série tá bom que aí a criança já tá mais desenvolvida.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

Com um vislumbrar de outros possíveis para a vida no Forte São João voltam a plainar observando os zooms que foram dados. Casas, escadarias e mata dão liga a cada território aberto, narrado. Aberto mesmo, pois terminam com a expressão *vai embora*, concluindo o desenho do mapa sem nele esperarem encerrar o Forte São João.

Caixa d'água, Três Marias, aí vem descendo, mais casas, mais casas só. Aqui é mato, mato, mato, mato, mato. Descendo, descendo, descendo, descendo, descendo. Agora só vêm casas, casinhas, até chegar na caixa d'água. Escada, escada, casas de um lado, casas de outro. As Três Marias, as três pedras que por isso são chamadas Três Marias, Gegê que é importante, Assembleia que é o coleginho, que é uma igreja, quer dizer, a igreja. Escada, mato, casa, bastante casa, casa, casa e árvore, árvore, árvore, e vai embora! É isso mesmo.

(Falas que acompanharam o desenho do mapa)

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)



Figura 14 . Região do Cruzero e do Buraco Quente

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)



Figura 15 . Região das Três Marias

Traçados de um mapa que fala de suas trajetórias questionando formas, atualizando outras, lançando sobre elas suspeitas, afirmando territórios, transgredindo outros. Intensidades variantes, temporalidades mistas, percursos sucedidos por passos indefinidos. Mapa do Forte São João que a cada zoom evidencia as redes que se atualizam em seu cotidiano, gráfico e relatos abertos, pois incapazes de reproduzir o que é variabilidade. Com esse traçado aberto de um mapa fechamos os grupos narrativos que contaram um entre tantos Fortes São João, território criado na rede em que juntos tecemos o percurso dessa pesquisa.

O TERRITÓRIO DE UMA PESQUISA OU

UMA REDE+..

Vamos ver o que está acontecendo+. O desafio e a convocação que moveu essa pesquisa foi acompanhar o processo de tessitura de redes entre a vida do Forte São João e as políticas de assistência social. Contudo, ver o que está acontecendo+ e caminhar em seu acompanhamento carrega necessariamente a possibilidade de a pesquisa fazer-se outra em seu processo de construção. Contamos nas páginas desta dissertação o caminho de uma pesquisa que se fez outra por uma experiência de ocupação.

Os moradores do Forte São João ocuparam o território dessa pesquisa fazendo dela um modo de falar da vida no Forte. A ocupação de um território, lida cotidiana dessa população, operou-se também no percurso de produção desta dissertação. Desde o início, ao abrimos a pesquisa às quebradas, os moradores foram viabilizando esse processo de ocupação: modificaram os usuários que participariam dos grupos, o funcionamento desses encontros, as redes a que dariam visibilidade e as que manteriam sob silenciamento, colocaram o Forte em mapa contando a história de uma ocupação e com o mapa arremataram a pesquisa como uma nova experiência desta arte táctica.

A ausência, percebida pelos moradores, do Forte no mapa da cidade de Vitória, evidencia um alheamento, do quadro de representação desse território, do cotidiano dessa população, reduzindo suas vidas em classificações que possibilitam seu enquadramento nos critérios socioeconômicos que fundamentam políticas sociais. A Cidade, como marco totalizador e quase mítico de estratégias socioeconômicas e políticas (CERTEAU, 1990), deixa sempre escapar movimentos contraditórios, que se articulam fora do quadro que esta evidencia através de regimes de dizibilidade e visibilidade, mas que operam de forma táctica nesses territórios identitários neles intervindo a seu favor. E se é pela táctica que a população do Forte aquece redes que conectam suas vidas às políticas sociais, foi também com essa arte que fizeram a pesquisa tratar muito menos das conexões que estabelecem com a política de assistência social e mais da vida no Forte e suas conexões com as políticas de Estado.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

território através do convite a pesquisar, foi andar em quebradas, pois cada passo era feito por novas intervenções, alterações, desvios, operações táticas que no território da pesquisa faziam-na variar. Procedimentos multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos de ocupação da cidade e da pesquisa. Assim, a experiência dessa pesquisa foi a de criação conjunta de um território, e junto disso de sua ocupação.

Operação tática a que também me convidaram experimentar. Em uma das manhãs de sábado que passei no Forte São João, sentamos na varanda para lermos as páginas do registro dos grupos narrativos e ao mesmo tempo vemos os passantes para se possível envolvê-los nesse processo de validação. O sol estava a pino, compartilhávamos de um churrasco feito pela moradora que nesse dia nos recebia em sua casa. Muita água já havia rolado na pesquisa, e na força dessa correnteza seu formato há muito já não era o mesmo.

Contudo, ainda nesse momento, insistia em chamar os moradores já conhecidos do tempo em que trabalhava no CRAS Centro pelos nomes registrados nos prontuários. No caminhar da pesquisa, chamá-los desse modo passou a soar estranho, ninguém no morro os conhecia por esses nomes e, logo, também nas conversas, nos grupos e pelo Forte, nunca os nomes com que me referia a eles eram utilizados. No entanto, no início da pesquisa, não me sentia à vontade, com a rua sob meus pés, de chamá-los do modo como se fazia ali no morro. Mas já habitava o morro de um outro jeito, a rua sob meus pés já havia desaparecido e estava aprendendo a caminhar na irregularidade de quebradas. Atrevi-me. Em meio àquelas conversas, quando a referência que fiz a uma das moradoras presentes desafinou em meu ouvido, perguntei se poderia chamá-la pelo nome que no morro a conheciam.

Ela não respondeu sozinha, disseram que sim, que poderia, pois agora fazia parte da comunidade. Ocupação de um território que interpunha pesquisa e vida no morro fazendo-a um modo de falar de suas vidas e possibilitando que eu os chame por um outro nome. Comunidade feita em rede, rede de amizade, da vizinhança como chamam a festa do bairro, para afirmar que essa comunidade nada tem a ver com a que se espera encontrar num centro comunitário.

Rede que penso hoje ter sido tecida num movimento como o andar na corda de um equilibrista. O movimento da corda a cada passo convida o equilibrista a, para com

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

experimentar desorganizações e reorganizações constantes e sequentes do corpo a fim de alcançar estabelecer com esse movimento, relações, conexões, nunca completamente adquiridas (CERTEAU, 1990). Arte tática de ocupação que fez dessa pesquisa compartilhamento coletivo de uma experimentação.

Fazer esse trabalho foi assim equilibrar-me, não numa corda, mas em quebradas que possibilitavam deixar a rua do quadro da ideia de pobreza e conhecer a vida que se afirma em meio a suas determinações. Por certo muito nos escapou, mas não era esgotar neste texto todo movimento de redes na vida do Forte o que essa pesquisa objetivou. Tarefa impossível e recusável se afirmamos ser esse não um território estável, mas um território que a todo tempo se faz, se desfaz e se refaz. Na ocupação da pesquisa o Forte falou, mas não falou de tudo, falou daquilo que lhes parecia importante evidenciar. É desse Forte que essa pesquisa fala, há muitos outros que não quiseram ou não puderam visibilizar.

E no que foi visibilizado, há as táticas que possibilitaram na política de Assistência Social fissuras, aproximações com a vida de seus usuários, movimentos às vezes despercebidos, mas que fazem-na variar no sentido de fazer-se política pública. São parcas, frágeis e não reconhecidas tais variações. Há nas práticas de assistência social muito mais conexão com as redes frias das artes de governar que se operam pela máquina estatal que com essas vias outras, cotidianas, inventivas, da dura lida da população que a seus programas e benefícios procura acessar. Mas as fissuras visibilizam que esse campo não é homogêneo, há forças em embate ali, operando manutenção, mas também provocando variação. As trapaçarias operadas por usuários e trabalhadores provocam aberturas que fazem a política mais próxima à lida cotidiana, operando o aquecimento da rede entre política de assistência social e vida no Forte São João.

Se o funcionamento frio da rede faz a relação entre a vida no Forte São João e as políticas sociais distante e reprodutora do aprisionamento de suas existências em quadros identitários, este texto faz falar de outro funcionamento da rede, que ocupa em diferentes graus de intensidade essas políticas, e também o território do Forte, fazendo-os variar. Rede que contaminou essa pesquisa, inquietou seus rumos e prumos, e transformou também seus horizontes. Terminado este texto, não

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

uito menos as inquietações que levaram essa pesquisadora a abandonar medos e ruas e subir as escadarias labirínticas do Forte São João.

Do primeiro ao último encontro, os moradores interferiram nos objetivos dessa pesquisa, quiseram saber o que eu esperava dela, deixaram claro que minhas expectativas não faziam sentido para eles, e fizeram falar em seus relatos que curso esperavam instrumentalizados dela tomar. Propuseram utilizá-la para dizer às diferentes políticas sociais suas buscas, ~~o~~ ~~l~~ ~~i~~ ~~z~~ ~~e~~ ~~r~~ ~~q~~ ~~u~~ ~~e~~ ~~o~~ ~~F~~ ~~o~~ ~~r~~ ~~t~~ ~~e~~ ~~e~~ ~~s~~ ~~t~~ ~~á~~ ~~a~~ ~~q~~ ~~u~~ ~~i~~ ~~+~~. Desse modo não há conclusão nessa pesquisa, como não há início ou fim na tecedura de uma rede. Contamos em suas páginas como essa pesquisa passou a compor a rede que conecta vida no Forte São João e políticas sociais. Apenas um recorte no curso de uma rede.

REFERÊNCIAS

ABBÊS, Claudia Elizabeth. **Interferir entre desejo e capital**. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2002.

_____. Urgências e emergências em saúde: Perspectivas de profissionais e usuários. Rio de Janeiro: **Cadernos de Saúde Pública**, vol.22, nº. 3, Mar. 2006, pp. 691-693.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. In: **Mana É estudos de antropologia social**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social / Contra-capa, Volume 7 . nº 2, Out. 2001.

AGUIAR, Kátia Faria de. **Ligações Perigosas e Alianças Insurgentes: Subjetividades e movimentos urbanos**. Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: Departamento de Psicologia Social . Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Presépio. In: **Contos de Aprendiz**. Rio de Janeiro: Record, 1951.

ARAGÃO, Elizabeth Maria Andrade. Recorte de uma realidade: em busca da construção de cidadania. In: NOVO, Helerina Aparecida, SOUZA, Lídio de Souza e ANDRADE, Ângela Nobre de (Orgs.). **Ética, cidadania e participação: debates no campo da psicologia**. Vitória: EDUFES/CCHN Publicações, p. 43-59, 2001.

ARANTES, Antônio. **A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano**. São Paulo: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, p. 191-203, 1994.

ATHAYDE, Milton; BRITO, Jussara. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. Rio de Janeiro: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 2, p. 239-265, 2003.

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n.3, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura**. (Obras escolhidas v.1). São Paulo: Brasiliense, 7 Ed., 1994.

Relações sociais e a questão social na trajetória brasileiro. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 2, Dez., 2003.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CASTEL, Robert. **A Gestão dos Riscos: da Antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

_____. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **Artes de fazer: A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

CICCARONE, Celeste. A igualdade por baixo e a escadaria pelo céu: Erradicação da pobreza, ambientalismo e pluralidade num caso de conflito socioambiental na cidade de Vitória. In: **SINAIS - Revista Eletrônica**. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010. pp. 04-53.

CICONELLO, Alexandre. O conceito legal de público no terceiro setor. In: Terceiro setor/textos de Alexandre Ciconello [et al.]. Eduardo Szazi, (org.), et al. **Terceiro setor: temas polêmicos 1**. São Paulo: Peirópolis, 2004. Disponível em: http://www.abong.org.br/novosite/download/conceito_legal.pdf> Acesso em 16 Ago. 2012. Horário: 12:44.

COCCO, Giuseppe. Bio-Renda e Mobilização Produtiva. Araraquara: **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v.1, n.1, Jul./Dez. 2008.

CODATO, Adriano Nervo. Uma História Política da Transição Brasileira: Da ditadura militar à democracia. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política**, nº 25, p. 83-106, Nov. 2005.

COHN, Amélia. **Gastos sociais e políticas sociais nos anos 90: a persistência do padrão histórico de proteção social brasileiro**. Petrópolis: XXIV Encontro Anual da Anpocs: Estrutura Social e Desigualdade, Out. 2000, 15 p.

COIMBRA, Cecília; MONTEIRO, Ana; FILHO, Manoel Mendonça. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 18, nº 2, Maio/Ago, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 16 Out. 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, v. 3, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. A imanência: uma vida... In: **Gilles Deleuze: imagens de um filósofo da imanência**. Londrina: Editora UEL, 1997.

a das famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: PUC/NAU, 1996.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

_____. **Segurança, Território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. Conversa com Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Ditos e Escritos VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 25 Ed., 2012.

_____. **O que é a crítica?** (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf> Acesso em 14/08/2012.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura** (Obras escolhidas v.1). São Paulo: Brasiliense, 7 Ed., p. 7-19, 1994.

GOTTARDO, Suzana Maria. **Políticas de Comunidade nos terrenos da educação**. Vitória: Dissertação de mestrado em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo . Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, 2011.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Transversalidade. In: GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho; PASSOS, Eduardo. Pesquisa-intervenção como método: a formação como intervenção. In: CARVALHO, Sergio Resende; BARROS, Maria Elisabeth Barros de; FERIGATO, Sabrina. (Orgs.). **Conexões: Saúde Coletiva e Políticas de Subjetividade**. São Paulo: Hucitec, 2009.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho. **Narrativas de Resistências: Educação e Políticas**. Niterói: UFF/2004.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

impello; MACHADO, Leila Domingues. Configurações do privado. In: BARROS, Maria Elisabeth Barros de; SILVA, Alacir de Araújo. (Orgs.). **Psicopedagogia**: alguns hibridismos possíveis. Vitória: Edufes, 2000.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 2.ed., 1999.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOURAU, René. Pequeno Manual de Análise Institucional. In: ALTOÉ, Sonia. (org.) **René Lourau**: Analista Institucional em Tempo Integral. São Paulo: Hucitec, 2004.

MACHADO, Leila Domingues. Subjetividades contemporâneas. In: BARROS, Maria Elisabeth Barros de. **Psicologia**: Questões contemporâneas. Vitória: EDUFES, 1999.

MATTEDI, Juliana. **Projeto Comitê da Paz: Experiências que constroem**. Vitória: Dissertação de mestrado em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo . Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, 2011.

MONTEIRO, Peter Ribon. **Vitória**: cidade e presépio, os vazios visíveis da capital capixaba. São Paulo: Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2002.

NANCY, Jean Luc. **La comunidad enfrentada**. Buenos Aires: Ediciones La Cebra, 2007.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Clever Manolo Coimbra de. **Atenção Básica na Assistência Social**: Entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade. Vitória: Dissertação de Mestrado em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo . Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, 2010.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo público do estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 3 Ed., 2008.

ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade**: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Sinergia: Relume Dumará, 2009.

PALOMBINI, Analice de Lima. **Vertigens de uma psicanálise a céu aberto**: a cidade. Contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.

PASSOS, Eduardo. A importância da humanização a saúde. Florianópolis: **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**. v. 1, n. 1, Jan./Jun. 2008.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo. Rio de Janeiro: **Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa**, PUC-RJ, v. 13, n. 1, p. 89-99, 2001.

_____. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. Rio de Janeiro: **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.10, n^o 3, Jul/Set. 2005.

_____. Clínica, política e as modulações do capitalismo. **Revista Lugar Comum**, Jan/Jun 2004, p. 159-171.

_____. Passagens da Clínica. In: MACIEL, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Sílvia (orgs.). **Polifonias: Clínica, Política e Criação**. Rio de Janeiro: Conreacapa, 2006, pp. 89-100.

PAULANI, Leda. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 109-136.

PELBART, Peter Pál. Império e biopotência. In: PELBART, Peter Pál. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003. P. 81-89.

_____. A comunidade dos sem comunidade. In: PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 28-41.

PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: SEGUNDA RODADA. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Estudos 13 alterado e revisado, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo - Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 16 ed., 1979.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome . Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

RENDON, José Arouche de Toledo. **Obras**. São Paulo: Governo do Estado. 1978.

SANTOS, Milton O dinheiro e o território. BECKER, Bertha; SANTOS, Milton (Orgs). **Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 3.ed., 2007, pp. 12- 21.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p.15-20.

Globalização: do pensamento único à consciência
ard, 3 ed., 2000.

SANTOS FILHO, Serafim. **Avaliação e humanização em saúde:** aproximações metodológicas. Ijuí: Unijuí, 2009.

SCHWARTZ, Yves. **Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe.** Toulouse: Octarès, 2000.

SERRES, Michel. **Filosofia Mestiça.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. Porto Alegre: **Sociologias**, ano 8, nº 15, Jan/Jun 2006, p. 326-351.

SILVA, Rosane Neves da. **A invenção da psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2005.

SPOSATI, Adailza. **A menina LOAS:** Um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 5 ed., 2010.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. Acolhimento num serviço de saúde entendido como uma rede de conversações. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Mattos (orgs.). **Construção da integralidade. É cotidiano, saberes e práticas em saúde.** Rio de Janeiro: IMS-UERJ-Abrasco, 2003. pp. 49-61.

TESSAROLO, Enzo Mayer; KROHLING, Aloísio. A Passagem do Programa Comunidade Solidária para o Programa Bolsa Família: continuidades e rupturas. **CAOS É Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, nº 16, Mar. 2011, pp. 74 . 92.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

VANDRESEN, Daniel Salésio. **Governamentalidade e liberalismo em Michel Foucault.** Anais da XIII Semana Acadêmica de Filosofia da UNIOESTE - 07 a 11 de junho de 2010.

VAZ, Paulo. Risco e Justiça. In: Calomeni, Tereza Cristina Barreto (org.). **Michel Foucault: entre o murmúrio e a palavra.** Campos: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004, p. 101-131.

VEIGA, Cynthia Greive. **Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, Século XIX.** Belo Horizonte: Educação em Revista, v.26, n.01, Abril, 2010, p.263-286.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4 ed., 1998.



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

erenças. São Paulo: Brasiliense, 1976.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL. **Texto base apresentado à CIT no processo de revisão da NOB SUAS 2005.** Secretaria Nacional de Assistência Social . Departamento de Gestão do SUAS . Coordenação Geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial, 2005.

VILHENA, Luiz dos Santos. **A Bahia no século XVIII.** Salvador: Itapuã, v.3, 1969.



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

APÊNDICES

APÊNDICE A Ë Roteiro do Primeiro Encontro dos Grupos Narrativos.

Como é viver no Forte São João?

O que se aprende/ensina vivendo aqui?

Com que se conta para viver aqui?

Se comparecer equipamentos sociais, perguntar:

Como esses equipamentos ajudam/atrapalham a vida aqui?

Sempre (se pode contar com/incomodou) esses serviços por aqui?

Se comparecer o CRAS, perguntar:

Contem-me alguma (s) situação que podem exemplificar a relação entre a população do Forte São João e o CRAS.

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo com a participação no projeto de pesquisa abaixo discriminado nos seguintes termos:

Projeto: Entre o favor, o direito e o controle: A experiência da pobreza e as políticas sócio-assistenciais no morro Forte São João.

Responsável: Ludmilla Ferraz Dias Vieira

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia Coelho Heckert

Justificativa e objetivo da pesquisa:

Essa pesquisa pretende mapear processos disparados pelo entrecruzamento entre os modos de vida da população em situação de pobreza e a política nacional de assistência social em construção, tomando como campo de pesquisa o bairro Forte São João, buscando identificar os efeitos desse entrecruzamento na ampliação ou redução do público como espaço de criação coletiva de novos modos de se viver em sociedade.

Descrição dos procedimentos de pesquisa:

Grupos narrativos e validação coletiva.

Benefícios esperados:

Objetivamos trazer elementos que contribuam para a discussão dos sentidos da construção pública de políticas. Almejamos também que esse trabalho possa trazer questões relevantes no campo das políticas focais, principalmente as sócio-assistenciais. Com as validações e restituições dos produtos desta pesquisa esperamos fortalecer ações que busquem a ampliação do caráter público das políticas de assistência social, e instigar outros movimentos nesse sentido, em especial, no município de Vitória.

Esclarecimentos quanto à participação dos sujeitos na pesquisa:

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

participantes. Nome e informações pessoais serão mantidos em

- Os encontros dos grupos, quando gravados em áudio, estarão disponíveis aos participantes e não serão transcritos, sendo o registro oficial as narrativas produzidas e validadas pelo grupo.
- É permitido desistir, a qualquer momento, da participação;
- É possível obter todas as informações e esclarecimentos que julgar serem necessários diretamente com a pesquisadora;
- A pesquisa em seu formato de ~~monografia~~ **dissertação** estará disponível aos participantes interessados;
- Os resultados da pesquisa serão apresentados em artigos e eventos científicos sem qualquer identificação dos seus participantes.
- Não haverá riscos para a sua saúde;
- Não haverá nenhuma forma de pagamento;

Estando assim de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias.

Vitória, _____ de _____ de _____.

Participante voluntário da pesquisa

Ludmilla Ferraz Dias Vieira

Pesquisadora

Ana Lúcia Coelho Heckert

Pesquisadora responsável

APÊNDICE C É Autorização para realização de pesquisa

Eu,

_____,
RG Nº _____, Gerente de Atenção à Família da Secretaria Municipal de
Assistência Social de Vitória/ES, autorizo a realização de projeto de pesquisa abaixo discriminado, a
ser desenvolvido na referida instituição, nos seguintes termos:

Projeto: Entre o favor, o direito e o controle: A experiência da pobreza e as políticas sócio-assistenciais no morro Forte São João.

Responsável: Ludmilla Ferraz Dias Vieira

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Coelho Heckert

Justificativa e objetivo da pesquisa:

Essa pesquisa pretende mapear processos disparados pelo entrecruzamento entre os modos de vida da população em situação de pobreza e a política nacional de assistência social em construção, tomando como campo de pesquisa o bairro Forte São João, buscando identificar os efeitos desse entrecruzamento na ampliação ou redução do público como espaço de criação coletiva de novos modos de se viver em sociedade.

Descrição dos procedimentos de pesquisa:

Grupos narrativos e validação coletiva.

Benefícios esperados:

Objetivamos trazer elementos que contribuam para a discussão dos sentidos da construção pública de políticas. Almejamos também que esse trabalho possa trazer questões relevantes no campo das políticas focais, principalmente as sócio-assistenciais. Com as validações e restituições dos produtos desta pesquisa esperamos fortalecer ações que busquem a ampliação do caráter público das políticas de assistência social, e instigar outros movimentos nesse sentido, em especial, no município de Vitória.

Esclarecimentos quanto à participação dos sujeitos na pesquisa:

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

participantes. Nome e informações pessoais serão mantidos em

- Os encontros dos grupos, quando gravados em áudio, estarão disponíveis aos participantes e não serão transcritos, sendo o registro oficial as narrativas produzidas e validadas pelo grupo.
- É permitido desistir, a qualquer momento, da participação;
- É possível obter todas as informações e esclarecimentos que julgar serem necessários diretamente com a pesquisadora;
- A pesquisa em seu formato de ~~D~~Dissertação+estará disponível aos participantes interessados;
- Os resultados da pesquisa serão apresentados em artigos e eventos científicos sem qualquer identificação dos seus participantes.
- Não haverá riscos para a sua saúde;
- Não haverá nenhuma forma de pagamento;

Estando assim de acordo, autorizo o projeto de pesquisa em duas vias.

Vitória, _____ de _____ de _____.

Gerente de Atenção à Família

Ludmilla Ferraz Dias Vieira

Pesquisadora

Ana Lúcia Coelho Heckert

Pesquisadora responsável

Para qualquer esclarecimento da pesquisadora, caso surjam dúvidas:

Fone: (27) 9761-0942 / e-mail: ludmillaferraz@yahoo.com.br

Para esclarecimentos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFES):

Fone: (27) 3335-7211